



# Anais da Assembléia

37

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 23 DE ABRIL de 1987.

ANO XIII

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 25.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 1987  
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

Às onze horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acir Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (51). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Gernote Kirinus, Paulino José Delazeri e Rafael Greca (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -  
Sob a proteção de Deus, iniciamos os  
nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura  
das atas das sessões anteriores, que  
são aprovadas sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura  
do seguinte

## EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM N. 37/87

Curitiba, 15 de abril de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei dispondo que, no período de 01 de maio de 1987 a 31 de dezembro de 1988, os atos e documentos relativos à identidade civil de pessoas com mais de dezessete anos, ficam isentos da Taxa de Segurança de que tratam as Leis n. 7257, de 30 de novembro de 1979, e 7812, de 29 de dezembro de 1983.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis, por consubstanciar medidas de elevado alcance social, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da coletividade.

Constitui preocupação de meu Governo ensejar condições no sentido de facilitar o acesso de pessoas carentes aos documentos básicos da cidadania. Assim, através de programa de ação conjunta das Secretarias de Estado da Segurança Pública e da justiça, pretende-se fornecer, gratuitamente, à população em geral, um milhão de novas carteiras de identidade, a fim de que, com tal incentivo, todo o cidadão paranaense seja identificado civilmente.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.<sup>o</sup> - Os atos e documentos relativos à identidade civil das pessoas com mais de 17 anos, ficam, no período compreendido entre 01 de maio de 1987 e 31 de dezembro de 1988, isentos da Taxa de Segurança de que tratam as Leis n. 7257, de 30 de novembro de 1979 e 7812, de 29 de dezembro de 1983.

Art. 2.<sup>o</sup> - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Indicações:

## INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Através deste, estamos encaminhando a Vossa Excelência, a relação dos membros da "Comissão Parlamentar Especial, para Estudo da Situação Municipal e Racionalização Administrativa", da Bancada do PMDB, de acordo com o que preceitua o Regimento Interno desta Casa.

1. Deputado NILTON BARBOSA.

2. Deputado TADEU LÚCIO MACHADO.
3. Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN.
4. Deputada VERA AGIBERT.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) CAÍTO QUINTANA  
Líder do PMDB.

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Estamos encaminhando a Vossa Excelência, a relação dos membros do Partido da Frente Liberal para integrarem as seguintes "Comissões Especiais", sempre obedecendo à proporcionalidade regimental:

"COMISSÃO ESPECIAL COM O OBJETIVO DE DISCUTIR, ELABORAR E APRESENTAR SUGESTÕES DE MATÉRIAS CONSTITUCIONAIS":

Deputado BASÍLIO ZANUSSO e  
Deputado ANTÔNIO COSTENARO NETO.

"COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAR A APLICAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTES DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO A SEREM CONTRATADOS PELA COPEL":

Titular: Deputado DAVID CHERIEGATE.

Suplente: Deputado JOÃO ARRUDA.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO  
Líder do PFL.

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tenho a elevada honra de indicar a Vossa Excelência, para fins de anotação, os nomes dos Deputados ALGACI TÚLIO e VALDERI MENDES VILELA, para representarem o PDT, respectivamente, nas Comissões de Acompanhamento e Fiscalização do Empréstimo para as Obras da Usina de Salto Segredo e de Emendas à Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI  
Líder do PDT.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, Regime de Urgência à tramitação, nesta Casa, dos Projetos de Lei n. 177/86, 189/86, 200/86, 218/86 e 039/87; e dos Projetos de Resolução n. 003/87, 004/87, 005/87, 006/87, 007/87 e 008/87.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, na forma regimental, votação nominal para o Projeto de Lei n. 32/87.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Líderes abaixo-assinados, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o suprimento do Pequeno e Grande Expedientes nas sessões realizadas no período matutino.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Líder do PTB.

PEDRO TONELLI - Líder do PT.

ANTÔNIO BELINATI - Líder do PDT.

CAÍTO QUINTANA - Líder do PMDB.

EZEQUIAS LOSSO - Líder do PL.

BASÍLIO ZANUSSO - Líder do PFL.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição de COMISSÃO ESPECIAL INTERPARTIDÁRIA, objetivando estudo pormenorizado e acurado do problema que trata da autonomia das universidades estaduais do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

##### JUSTIFICATIVA:

Desde a remessa da Mensagem do Sr. Governador do Estado a esta Casa de Leis, objetivando a Reforma Administrativa do Estado, tornou-se controversa a discussão pertinente à autonomia das universidades estaduais.

Se de um lado a medida adotada pelo Senhor Governador tem o acatamento e o apoio de alguns, de outra parte, sofre indiscutível resistência da parte de outros, no caso, os dirigentes, professores e alunos dessas universidades.

Tratando-se, portanto, de matéria controversa, importante seria a participação do Poder Legislativo nesta discussão, não apenas no que diga respeito à intenção e à legalidade da matéria, mas, principalmente, no que tange aos reais benefícios ou prejuízos de tal medida.

Preliminarmente, já realizou-se neste Poder, Mesa Redonda, com o fito de discutir-se o problema, mas por ser de grande relevância o tema, e por pretendermos respaldar o papel do Poder Legislativo no presente processo, é que contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa à presente Proposição.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. ROSA FRAGA DE ANDRADE, ocorrido nesta Capital, na semana que passou.

Requer, outrossim, que após a decisão plenária, seja enviado expediente à família enlutada, que reside na Rua Itacolomi, 1815, Vila São Jorge - Portão.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) ANTONIO BÁRBARA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. PERCY BOSTELMANN, ocorrido no último dia 17 nesta Capital.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

Aos 59 anos de idade, faleceu no último dia 17, nesta Capital, o Sr. Percy Bostelmann, uma das figuras mais respeitadas nos meios de comunicação do Paraná.

O passamento do Sr. Sérgio Fraga, como era carinhosamente conhecido na radiofonia do Paraná, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o grande círculo de amigos e colegas de trabalho.

Deixou viúva D. Maria e três filhos.

Foi fundador da Rádio Clube Paranaense PRB-2, onde militou por longos anos no tradicional Programa "Revista Matinal", mantendo até sua morte o Programa "Relembrando". Foi Presidente do Colorado Esporte Clube e era Cidadão Honorário de Curitiba.

Sérgio Fraga, a vida privou seus familiares do convívio. Entretanto, no céu, as mãos têm mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; nos corações dos amigos, sua eterna presença.

A Assembléia Legislativa tem o sagrado dever de associar-se à dor que abalou a família Bostelmann, endereçando a ela um voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado RAFAEL GRECA, que a esta subscreve, ouvido o Egrégio Plenário desta Assembléia, solicita a inserção nos Anais da presente sessão, de voto de profundo pesar pelo falecimento, de maneira trágica, na tarde de quinta-feira santa próxima passada, dia 16 de abril de 1987, na Rodovia Ponta Grossa/Castro, do ilustre Professor Doutor NEWTON ISAAC DA SILVA CARNEIRO e de sua excelentíssima esposa, Dona ELZA GOMES DE CARNEIRO.

Justifica-se a presente inserção pelo indesculpável lapso da Governadoria do Estado do Paraná que, mercê dos dias santificados, ou desatenta à tradição e à his-

tória deste Estado, deixou de decretar LUTTO OFICIAL pela irreparável perda.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) RAFAEL GRECA.

#### JUSTIFICATIVA:

O Professor Newton Carneiro, paranaense de antiga tradição, filho do Coronel David Carneiro, precursor da justiça social no Brasil e ervateiro de renome, faleceu em lamentável acidente automobilístico, com seu carro precipitando-se numa ribanceira na precária ligação rodoviária entre Castro e Ponta Grossa, quando se dirigia para uma fazenda onde passaria os dias santificados. A queda do carro no precipício sobreveio a morte instantânea, que consternou a sociedade paranaense e, certamente, ao ser conhecida, consternará o meio cultural e artístico do Brasil, e de vários países do mundo.

#### HOMEM PARANISTA

Em essência, esta seria a primeira definição do intelectual e político que perdemos. Criado no engenho de erva-mate, sucessor de gente da estirpe e da importância do Barão do Cerro Azul, ou de seu pai o Coronel David Carneiro, diretor da "Moínhos Unidos Brasil - Mate".

Poucos paranaenses, em todos os tempos, conheceram como ele, a história do Estado. E é muito menor o número de habitantes desta terra que, a maneira como ele fez, tenham se dedicado à pesquisa e levantamento exaustivo das nossas raízes.

Foi Secretário de Estado da Educação e da Cultura, responsável pela retomada dos valores essencialmente paranaenses, num tempo em que estava ameaçada, inclusive a integridade física do nosso território, por idéias como o Território do Iguaçu ou o Estado do Parapanema. Era então, a década de 50.

Na mesma época, ao lado de homens como Bento Munhoz da Rocha Netto, presidiu a Comissão de Festejos do Centenário do Paraná, em 1953, responsável pela transformação cultural de Curitiba, de cidade provinciana e voltada para os interiores de suas casas, na "Capital Universitária do Paraná", dos semeadores, orgulhosos de sua história, e capazes de se servirem das lições da História para projetar o futuro.

É deste tempo, com responsabilidade direta do Professor Newton Carneiro, que a Governadoria esqueceu de prantear oficialmente, a execução de obras como o PALÁCIO IGUAÇU - cujo acervo artístico, o professor pessoalmente escolheu, a BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ, da qual o professor foi defensor emérito e mecenas de numerosas doações -, o TEATRO GUAÍRA, a EXPOSIÇÃO DO CENTENÁRIO DO ESTADO - da qual se originaram bens culturais e sociais como o Colé-

gio Militar de Curitiba e a Sociedade Hípica Paranaense, e ainda a PRAÇA 19 DE DEZEMBRO, com o majestoso conjunto escultural que concilia o famoso HOMEM NU, o obelisco, e o imenso painel de pedra e azulejos, onde artistas como Erbo Stenzel, Cozzo e Poty, disseram aos paranaenses da formação étnica, econômica e histórica deste Estado, e onde se implantou na paisagem de Curitiba esta estátua do "Homem Paranaense" olhando para onde o sol se põe, convite, em pedra e gênio artístico, à generosa ocupação do nosso território, até as barrancas do Rio Paraná.

É também deste tempo, a edição de álbuns comemorativos que são fonte de referência bibliográfica sobre a formação do Estado. PODE-SE DIZER QUE O PROFESSOR NEWTON CARNEIRO FOI O COORDENADOR - O MENTOR - DE UM MOVIMENTO DE REAVALIAÇÃO DO PARANÁ, por ocasião do centenário.

Há que se ressaltar que sua contribuição não parou aí. Colecionador de fama internacional, sua casa é um relicário de arte e bibliografia sobre o Paraná e o Sul do Brasil.

Há uma coleção, por ele reunida, de objetos relacionados com os ciclos do Tropeirismo e da Erva-Mate, e ainda com a sociedade brasileira do Reino de Portugal, Brasil, Algarves, do Império dos Bragança e das várias repúblicas - sempre novas no ideário e envelhecidas na praxis política.

Para se ter uma idéia da importância de sua biblioteca, há que se citar um só exemplar lá existente - que pessoalmente admirei, do livro do PADRE MONTOYA, jesuíta das REDUÇÕES DE GUAIÁRA, que, nos idos de 1600, publicou na Europa, em tipografia quase artesanal, o relato da experiência das Missões Espanholas em nosso território, com o título de "CONQUISTA ESPIRITUAL".

Este livro, numa segunda edição, daria notícia a Voltaire das "MISSÕES", enfocadas no filme premiado este ano com o Oscar de fotografia e sucesso de bilheteria (apesar de equivocado), a ponto de o sábio francês incluir nas aventuras do seu "CANDIDE" uma passagem pelas Reduções.

A incrível cultura do Professor Newton Carneiro permitiu-lhe vislumbrar, nas suas viagens pelo mundo, boa parte da iconografia relacionada com a história do Paraná e do Brasil, sobretudo as pranchas, aquarelas e litografias, decorrentes das missões de pintores como Rugendas e Debret, que ao início do Primeiro Império percorreram este País, bem como da Missão Langsdorff, cujo acervo está em São Petersburgo, hoje Leningrado, e que o Dr. Newton inventariou e desejava, pelo menos em reprodução, trazer ao Paraná.

O ilustre professor resgatou para a memória do Paraná a obra do sábio suíço

Frederico Guilherme Michard, em pesquisas pessoais feitas no Museu de Vevey, na Suíça, dando-nos notícia deste aquarelista e naturalista que, amigo da Casa Real brasileira, escolheu viver isolado nos sertões da Baía de Guaraqueçaba.

Quando da restauração da igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, em 1978/1979, dando-nos a pista, através de empréstimo de reedição de 1933, de um raro opúsculo sobre a história daquele edifício, para localizarmos o original onde o Comendador Antônio Ricardo Lustoza de Andrade, em 1880, relatava toda a trajetória histórica do templo franciscano mais antigo da cidade e do Estado.

A reedição do livro de Lustoza de Andrade, em fac-símile, promovida por este Deputado, através da Fundação Cultural de Curitiba, teve do Professor Newton cuidadoso prefácio. E seria depois citada por Pietro Maria Bardi, no seu trabalho "A Arte da Prata no Brasil". O próprio Professor Newton Carneiro, quando quebrou-se a imagem de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, em 1975, custeou e conseguiu a análise por testes cronodazonômicos da idade da madeira e da procedência da mesma, dando à cidade, a certeza de que sua Virgem Padroeira era talhada em cedro do Mar Báltico, uma árvore cortada em 1878. Tais fatos realizaram-se junto aos Institutos Florestais da União Soviética, com os quais o professor mantinha correspondência, e a documentação está armazenada na Casa da Memória, da Fundação Cultural de Curitiba.

Em setembro de 1980, a Casa Romário Martins, da mesma Fundação Cultural da Capital, publicou a transcrição da sua palestra "A ARTE PARANAENSE ANTES DE ANDERSEN", admirável relato do seu conhecimento de todos os níveis de expressão artística e artesanal do Paraná ancestral. Tal palestra foi proferida na mesma Casa Romário Martins, a 22 de maio de 1980, na comemoração dos cem anos de visita de D. Pedro II e Dona Tereza Cristina ao Paraná.

Pelo texto da palestra percebe-se no professor que entra para a eternidade, um imenso conhecimento das madeiras do Paraná e do nosso mobiliário.

O Doutor Newton Carneiro era profundo especialista na "Araucária Brasiliensis" - tendo orientado estudos de engenharia florestal de nomeada internacional que colocaram o nosso pinheiro em extinção, como ponto de atenção da comunidade científica internacional.

Professor e diretor da Escola de Florestas do Paraná - animador do Curso de Engenharia Florestal - Newton Carneiro conseguiu convênios com a Alemanha e com outros países, capazes de dar àquela Escola o nível de excelência entre as escolas de

Florestas da América do Sul e do mundo.

Foi mentor de diversas edições de livros voltados ao Paraná. Membro do Conselho de Editoração do Governo Ney Braga, junto à Secretaria de Estado da Cultura, sem qualquer remuneração, empenhou-se pela reedição de obras como "A GEOGRAFIA FÍSICA DO PARANÁ", do geólogo REINHARDT MAACK, ou "O PARANÁ NO CENTENÁRIO", de Rocha Pombo ou as fac-símiles dos microfílm de toda a coleção de jornais "O 1.º DE DEZEMBRO", o primeiro órgão de imprensa da Província, editado a partir de 1853, de inestimável valor para a pesquisa histórica, e mais fac-símiles de revistas como "A ILUSTRAÇÃO PARANAENSE" e outras. Nisto foi colaborador incansável da Professora Cassiana Lacerda Carollo.

No entanto, sua maior contribuição, foi na redação da introdução e no empréstimo de iconografia, para a edição do álbum magistral "PINTORES DA PAISAGEM DO PARANÁ" em 1982 - onde, ao seu texto precioso permitiu acesso da população - embora a limitada tiragem do livro - a tesouros de arte, mostrando o Paraná primitivo que integram sua coleção particular.

#### Homem do Mundo

O Doutor Newton Carneiro foi também um homem do mundo. Eleito Deputado Federal por dois mandatos, adquiriu, fruto da sua cultura refinada, inúmeras amizades, sobretudo através da Comissão de Relações Exteriores do nosso Parlamento, à qual emprestou um brilho invulgar.

Assim, foi consultor da FAO - Organização das Nações Unidas preocupado com o meio ambiente, os recursos naturais, a agricultura e a alimentação da humanidade.

Foi consultor do MASP - o Museu de Arte de São Paulo - de cujos mentores Assis Chateaubriand e Pietro Maria Bardi foi amigo e contemporâneo. Entre os seus amigos podem ser contadas personalidades tão diversas quanto o Professor Willson Martins, hoje diretor do Departamento de Línguas Ibéricas da Universidade de Nova Iorque, o professor Joaquim Cardoso, curador da biblioteca "lusobrasileira" da Universidade Católica de Washington, a Professora Maria Esther Teixeira Cruz, discípula do restaurador Edson Motta, e pioneira do restauro de imagens e telas em Curitiba, ou ainda a Condessa de Paris, herdeira da família D'Eu e de Orleans e Bragança, e que seria rainha de França se restaurada a monarquia na "Pátria da República da Revolução de 1789, e ainda o bibliófilo e industrial paulista José Mindlin.

Atualmente, salvo engano pessoal deste Deputado, o Professor Newton Carneiro presidia o Conselho da Biblioteca Nacional do Brasil.

Sua presença, pessoal, ou por manifes-

tação à distância - via telefone ou representação - era constante nos leilões internacionais onde figurassem obras de arte voltadas à história do Brasil e do Paraná. Durante a vida de Madame Garfunkel foi empenhado membro do Conselho da Aliança Francesa de Curitiba.

Com Dona Elza Gomes de Carneiro, o professor manteve harmoniosa união, da qual nasceram os filhos Carlos Alberto, José Álvaro, Newton, Antônio Ernesto e João Henrique.

#### Lições da Memória.

A presente memória é para confirmar a idéia de que só seremos fortes enquanto atentos à nossa história.

Vale aqui a lição de Santo Agostinho, expressa pelo Bispo de Hipona, no século IV, de que somos esperança, momento e memória.

"Esperança que temos do futuro.

Momento que vivemos no presente.

Memórias que assimilamos do passado".

Assim, este requerimento - como a vida dos ilustres paranaenses que enfocamos - é ainda esperança enquanto não despachado favoravelmente, faz-se momento imperioso - em nome da Justiça - no presente, e servirá, temos certeza, à memória de todos no passado no qual todo futuro - pela condição humana - se transforma.

#### As Providências

Registre-se nos Anais, o teor inteiro deste requerimento.

Envie-se cópia a Governadoria sugerindo que tente reparar o lapso do doloroso silêncio oficial, que imaginamos não decorra da ignorância, senão da burocracia.

Envie-se cópia ao Secretário de Estado da Cultura, Doutor René Dotti, sugerindo a reedição do álbum "Pintores da Paisagem Paranaense", cuja parte mais cara - os fotolitos a cores - já está pronta e armazenada na Secretaria, faltando apenas a reimpressão.

Seria grande homenagem ao professor Newton.

Sugira-se à Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, que organize estudos no sentido de manter no Paraná, o precioso acervo Newton Carneiro, para que se evite o fenômeno lamentável da Biblioteca Guimarães que acabou na Universidade de Camberra, na Austrália.

Oficie-se, dando ciência deste texto ao Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, e à Diretoria do Curso de Florestas do Paraná.

Envie-se cópia com nossas homenagens aos filhos, Carlos Alberto, José Álvaro, Newton, Antônio Ernesto e João Henrique Carneiro, no endereço da família à Avenida Visconde de Guarapuava, 5.045, em Curitiba.

ba; e aos irmãos Doutor David Carneiro e família, e Dona Rachel Carneiro do Amaral, no endereço Brigadeiro Franco, 1828, em Curitiba.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário o envio de notas de Congratulações, pelo transcurso do 40.<sup>o</sup> aniversário da Associação dos Professores do Paraná- A.P.P., a realizar-se no dia 25 do corrente.

Requer, também, que do presente requerimento se dê ciência ao Professor PAULO MAIA DE OLIVEIRA, presidente da A.P.P., à Rua Voluntários da Pátria, 475, 14.<sup>o</sup> andar.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata da presente sessão, de votos de congratulações e expressões de regozijo, pela data que assinala a 27 de abril em curso, os 80 anos de Fundação do Jornal "DIÁRIO DOS CAMPOS", órgão de divulgação da maior representatividade e expressão no seio da comunidade princesina, que tem como diretriz primordial e meta de ação, a seriedade de informação, a consciência do dever e a preservação de sua identidade como instrumento integrante de um sistema onde a imprensa é peça de substancial importância para o engrandecimento da Nação.

Solicita, ainda, sejam suas manifestações estendidas àquela Direção, na pessoa do Dr. HENRIQUE DYNIEWICZ, Diretor-Presidente, personalidade que, por sua indubitável capacidade profissional e administrativa, goza do mais alto conceito, bem como aos demais membros da Direção.

Desta decisão, Requer, seja dado ciência da proposição em apreço, no seguinte endereço: Rua Santos Dumont, 747 - Caixa Postal 147- Ponta Grossa- Pr.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

#### JUSTIFICATIVA:

Fundado a 27 de abril de 1907, numa iniciativa do saudoso Jacob Holzmann, o DIÁRIO DOS CAMPOS, recebeu como primeiro nome "O PROGRESSO", dado pelos amigos do fundador Coronel Diogo de Oliveira Penteado, Manoel Xavier Pereira e Capitão José Baily Ribas. O redator era Augusto da Silva, engenheiro da Estrada de Ferro "São Paulo-Rio Grande", e sua sede foi estabelecida à Rua Sete de Setembro, n. 52.

Até fins de 1912, "O Progresso" conti-

nuou circulando. Todavia, ao passar a ser diário, foi batizado de "DIÁRIO DOS CAMPOS" e ostentava orgulhosamente o subtítulo de "O Progresso", denominando-se sua razão social "Holzmann & Couto".

Posteriormente, Jacob Holzmann vende sua parte no Jornal a Eliseu de Campos Mello que assume todo o passivo e ativo da empresa. Um ano depois, Jacob Holzmann retorna para o Jornal, agora como gerente. Em 1932, já era diretor José Hoffmann.

Em 1963, o "Diário dos Campos" passa a ser administrado pelo Grupo Slaviero, sob a razão social de "Impressora Campos Gerais Ltda", permanecendo até hoje, sob a Direção de HENRIQUE DYNIEWICZ, liderado por Ricardo Slaviero e Rotildo Slaviero Júnior.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso regimental de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja registrado na Ata da presente sessão, votos de regozijo pela passagem, hoje, do "Dia do Escoteiro".

Outrossim, Requer ainda, que da decisão seja dada a devida ciência à União dos Escoteiros do Brasil - Região do Paraná, com sede à Rua Ermelino de Leão, n. 49, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### JUSTIFICATIVA:

Baden Powell criou, em 1907, um método educacional que revolucionou a pedagogia mundial, desenvolvendo uma técnica de educação que permitia aos jovens se autodirigirem, utilizando o princípio de "aprender, fazendo".

Dessa data em diante, grandes realizações foram obtidas mundialmente pelo grupo, ao ponto de cento e doze nações adotarem o Escotismo como um dos melhores sistemas de educação da juventude.

O Escotismo tornou-se uma grande fraternidade mundial, totalizando um número de mais ou menos dez milhões de jovens e adolescentes integrados a esse movimento.

Na última mensagem, enquanto vivo, Baden Powell apresentou aos jovens o que devem fazer, para cumprir seus deveres para com Deus e a Pátria.

1- Crer em Deus que nos colocou neste delicioso mundo para sermos felizes e saborearmos a vida.

2- A felicidade não vem da riqueza, nem do sucesso profissional, nem do comodismo da vida regalada e da satisfação dos próprios apetites.

3- A felicidade é, enquanto jovem, tornar-se forte, para poder ser útil e gozar a vida quando adulto.

4- O estudo da natureza mostrará quão



cheio de coisas belas e maravilhosas Deus fez o mundo para o nosso deleite.

5- Devemos ficar contentes com o que possuímos e tirar disso o melhor proveito; ver o lado bom das coisas em vez do lado pior.

6- Mas, o melhor meio para alcançar a felicidade é proporcionar aos outros a felicidade.

7- Devemos procurar deixar este mundo um pouco melhor do que o encontramos e, quando chegar a hora de morrer, poderemos morrer felizes sentindo que pelo menos o tempo não foi desperdiçado e que procuramos fazer o melhor possível.

Deste modo, é importante estarmos sempre "bem preparados" para viver felizes, mantendo-nos sempre fiéis à "Promessa Escoteira"- mesmo quando já tenhamos deixado de ser rapazes - e Deus ajuda-nos a todos a procederem assim".

Finalmente, temos certeza absoluta de que o movimento por ele fundado, adquiriu um sentimento de fraternidade mundial muito forte, e os ideais de Baden Powell se espalharam pelo mundo inteiro, sendo hoje uma realidade nesta geração, para que os jovens possam desenvolver eficientemente a forma de servir, no amor a Deus, à Pátria e ao próximo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata, de um voto de congratulações pela passagem do 40.<sup>o</sup> aniversário de fundação da Associação dos Professores do Estado do Paraná, no próximo dia 25 do corrente.

Durante todo o período de sua existência, a Associação desenvolveu um profícuo serviço em favor dos direitos do mestre, enfrentando sempre inúmeras dificuldades que foram superadas principalmente, graças à enorme força de vontade de seus diretores que nunca mediram esforços na reivindicação de melhores condições de trabalho ao professorado paranaense.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência ao Professor Paulo Maia de Oliveira, Presidente da APP, com endereço à Rua Voluntários da Pátria, n. 475, 14.<sup>o</sup> andar.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, solicitando o encaminhamento

à esta Casa de Leis, de uma Mensagem propondo a alteração de dispositivo, dando outras providências, na Lei n. 6639, de 29 de novembro de 1974, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art.3.<sup>o</sup> - "São associados facultativos do Fundo, independentemente de idade e condições de saúde, todos os atuais e futuros Deputados".

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de alteração de dispositivo da lei em questão, somente virá ao encontro do interesse dos Parlamentares que, por motivos diversos, não necessitam dos benefícios e assistência do Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar-FEPPA, deixando assim, facultativo ao Parlamentar a opção pelo Fundo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Rafael de Almeida Magalhães, Digníssimo Ministro de Estado da Previdência Social, solicitando levantamento dos custos de gastos do Sistema Médico-Hospitalar e aposentadorias, em decorrência de doenças provocadas pelo uso do fumo.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente propositura tem como escopo, indicar sugestões ao Senhor Ministro, no sentido de que os gastos com doenças decorrentes do uso do fumo, sejam cobrados de impostos adicionais sobre a venda do cigarro.

Esse sistema terá suas vantagens como, entre outras, a de que o Ministério economizará bilhões de cruzados, que poderão ser redistribuídos aos setores mais carentes da Previdência Social, proporcionando aos beneficiários, um atendimento mais digno e racional.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de correspondência ao Ilustríssimo Senhor Engenheiro Toyoshi Sakay - Chefe do 9.<sup>o</sup> Distrito Rodoviário Federal- DNER- Avenida Victor Ferreira do Amaral, 1500- Tarumã - Curitiba - Pr., solicitando melhor fiscalização no trecho da BR.276, entre Curitiba e Campo Largo, no que tange aos eucaliptos, plantados às margens da Rodovia, que poderão cair sobre o leito da

mesma, com sérios riscos de sinistros aos seus usuários.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem o sentido de alertar os responsáveis pela fiscalização do 9.º D.R.F- DNER, no que tange aos eucaliptos plantados às margens da Rodovia, com seu sistema radicular comprometido, e que poderão cair sobre o leito da pista de rolamento, no trecho Curitiba a Campo Largo, com sérios riscos de sinistros aos seus usuários.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois e ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Doutor JOÃO CARLOS FINARDI, Presidente do Conglomerado BANESTADO, solicitando a REINSTALAÇÃO na Cidade de Francisco Beltrão, da Agência Regional daquela entidade financeira que atenderá a cerca de trinta municípios da Região.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) JOÃO ARRUDA

#### JUSTIFICATIVA:

A Agência Regional do Banestado de Francisco Beltrão, foi criada e instalada em 1982, sendo desativada no ano seguinte, atendendo plano de economia da Entidade. O Sudoeste do Paraná, no entanto, continuou a progredir e com o seu crescimento aumentou o movimento de todas as agências do BANESTADO no Sudoeste, fazendo o pagamento de todo o funcionalismo estadual, financiando agricultores e pecuaristas, comerciantes e industriais, e captando poupança.

Toda a força do BANESTADO no Sudoeste paranaense é reconhecida pelas lideranças políticas e sociais da região, que agora se unem numa única voz, reclamando a solicitada Regional - entre elas: Rotary Club, Lyons Club, Associação Comercial e Industrial, Clube de Diretores Lojistas, Câmara de Vereadores e membros influentes da sociedade, não só de Francisco Beltrão, como de outros municípios.

Pelo amplo e geral movimento sócio-econômico de apoio manifestado pelas forças regionais, prescreve-se útil e até aconselhável a seqüência do estudo que viabilize a reinstalação da Agência Regional do BANESTADO em Francisco Beltrão, para centralizar nesse Município as decisões regionais do Conglomerado BANESTADO.

Isso exposto, e para atender essa importante massa reivindicatória, fazemos respeitosamente, a presente solicitação à Egrêgia Mesa da Assembléia Legislativa do Paraná.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, OSMAR FERNANDES DIAS, solicitando o valioso empenho daquela autoridade, no sentido de gestionar, junto aos setores competentes, visando a liberação de recursos para a construção de uma unidade de Abastecimento da CEASA, em Ponta Grossa, a exemplo das existentes nos Municípios de Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu etc., proposição que se constitui numa antiga aspiração da Região dos Campos Gerais, justificada pelas prioridades a seguir evidenciadas.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando que, dentro das "Propostas Gerais" da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná, no que diz respeito ao abastecimento para o Paraná, consta como prioridades: o aumento de produtividade e produção de alimentos básicos, com redução do custo relativo; o implemento de mecanismos de aproximação do produtor com o consumidor, possibilitando aumento da rentabilidade do produtor e redução dos preços ao consumidor.

Considerando, ainda, que são Propostas Específicas desse mesmo plano:

1. Ampliar e aprimorar a infra-estrutura oficial de distribuição e comercialização de alimentos básicos, nas áreas carentes, atuando como controladora de preços e qualidade a nível de varejo;

2. Estabelecer mecanismos que permitam a efetiva aproximação entre associações de moradores e produtores rurais, reduzindo a intermediação e propiciando novas relações de trocas;

3. Estimular a participação popular nos mecanismos de defesa dos produtores e dos consumidores organizados, principalmente nos aspectos de fiscalização quanto a preços, disponibilidade e qualidade de alimentos;

4. Incentivar as iniciativas que visem a produção coletiva ou individual de alimentos básicos e hortifrutigranjeiros em áreas ociosas contíguas aos perímetros urbanos, absorvendo a mão-de-obra disponível, e destinando a produção para programas especiais de alimentação;

Considerando que uma Central de Abastecimento ligada à CEASA, na Região dos Campos Gerais, poderia abastecer sacolões, varejões, feiras-livres, hortomercados, feiras móveis e compras comunitárias, em todos os municípios da região; dar apoio à



produção, através da criação e manutenção de cinturões verdes, diminuindo a dependência de produtos de outras regiões e Estados, evitando a evasão de divisas;

Considerando que poderá dar maior movimentação econômico-financeira ao município e à região, e melhorar o atendimento desse Setor no interior do Estado, que hoje está desprivilegiado e, dessa forma favorecer diretamente a quarenta municípios do Centro Sul e Norte Velho do Estado com uma população estimada de 1.150.000 habitantes.

Acreditamos ser de extrema necessidade e urgência para a Região de Ponta Grossa, a construção dessa Unidade de Abastecimento, ligada à CEASA, com características técnicas que venham suprir as necessidades acima mencionadas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Dr. Rubens Bueno, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando estudos para viabilizar ajuda financeira à Associação Marrecas do Bem-Estar ao Menor - AMARBEM, que presta assistência a 200 crianças carentes, entre as idades de 4 a 14 anos, com uma receita mensal de Cz\$ 24.736,00 e despesa mensal de Cz\$ 48.000,00.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) JOÃO ARRUDA.

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Marrecas do Bem-Estar do Menor - AMARBEM, fundada em 23 de fevereiro de 1981 e legalmente registrada em 22 de abril de 1981, reconhecida de utilidade pública pela Lei Municipal número 866/81 (02.07.81) e Lei Estadual número 7670 (17.11.82), vem mantendo ininterrupto atendimento a 200 crianças carentes, entre as idades de 4 e 14 anos.

Originou-se de um extraordinário movimento social que integrou toda a sociedade beltronense, prestando assistência com os pequenos recursos recebidos do Instituto de Assistência ao Menor - IAM, e da Prefeitura Municipal, que propiciam receita mensal não superior a Cz\$ 24.736,00 para uma despesa fixa de Cz\$ 48.000,00 mensais, sendo o déficit de Cz\$ 23.264,00 coberto à custa de contribuições arrecadadas com enormes sacrifícios entre os membros da sociedade.

A solicitação ora feita à Egrégia Mesa da Assembléia é oportuna, pois o Dr. Rubens Bueno tem, em sua agenda de viagens, visita programada a Francisco Beltrão para o próximo dia 27 de abril, quando poderá realizar visita à entidade e constatar pessoalmente a necessidade de auxílio ora

deprecada.

Pelo que realiza há muitos anos na área de assistência ao menor carente e pela magnífica coincidência com os objetivos do Governo Álvaro Dias nesse importante campo de atividade, temos certeza de que o apoio da Assembléia Legislativa do Paraná será decisivo para sensibilizar o Sr. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, que, certamente, acolherá favoravelmente o pedido em favor da AMARBEM, de Francisco Beltrão.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente de solicitação dirigido ao Excelentíssimo Sr. Governador Álvaro Dias e ao Secretário de Estado da Agricultura, no sentido de que intercedam junto às autoridades econômicas do Governo Federal para um urgente reajuste de 26% no preço do trigo a ser comprado pelo Governo, e de 39% nos Valores Básicos de Custo, para a safra que está sendo plantada, diante do risco de uma considerável queda na área plantada e na produtividade.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de telex dirigido ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, ao Conselho Superior da Previdência Social e com cópia aos Deputados Federais do Paraná, solicitando que sejam equiparados os benefícios dos trabalhadores rurais com os dos trabalhadores urbanos.

Sala das Sessões em 23.04.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado, solicitando a implementação de uma Corporação de Bombeiros, em Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

#### JUSTIFICATIVA:

Estimular "a criação e apoio ao equipamento e funcionamento de Corpos de Bombeiros comunitários", através de articulações conjuntas entre o Estado, os Municí-

prios e as comunidades. "Ampliar e reequi-  
par o Corpo de Bombeiros, aumentando sua  
presença nas cidades maiores". São objeti-  
vos estabelecidos na área de Segurança,  
nas Diretrizes de Governo:

O município de Marechal Cândido Rondon  
se encontra em crescimento constante, tan-  
to no aspecto populacional como no cultu-  
ral, econômico ou social. Hoje, a efetiva-  
ção de uma Corporação de Corpo de Bombe-  
iros, viria ao encontro das necessidades de  
segurança daqueles municípios. Importante  
se faz mencionar que há poucos meses a ci-  
dade foi abalada com o incêndio que des-  
truiu a sede do Fórum, e outros prejuízos  
sofridos por particulares em outros incên-  
dios, onde, na prática, sentiu-se a neces-  
sidade de corporação especializada.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,  
no uso de suas atribuições regimentais,  
REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de  
expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro  
Dias, DD. Governador do Estado do Paraná,  
para que, juntamente com o Engenheiro  
Heinz Georg Herwig, MD. Secretário de Es-  
tado dos Transportes, estude a inclusão  
dos Municípios de Mandaguaçu e Iguaraçu no  
Programa de Pavimentação Rural lançado re-  
centemente pelo governo, viabilizando as-  
sim a pavimentação da estrada de leito na-  
tural que liga a Cidade de Mandaguaçu ao  
Distrito de Ângulo, com acesso ao Distrito  
de Pulitópolis, este situado no Município  
de Mandaguaçu e aquele, em Iguaraçu.

O percurso referenciado na presente  
petição não só traria benefícios de ordem  
econômica para os municípios acima cita-  
dos, como acionaria uma escala progressis-  
ta de inúmeros movimentos na região, no  
que tange exclusivamente ao seu desenvol-  
vimento.

Sala das Sessões, em 23.04.1987

(a) ANTÔNIO BARBARA

Apoio: Ferrari Júnior

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de  
suas atribuições regimentais e, após ouvi-  
do o Egrégio Plenário, REQUER seja enviado  
ofício ao Excelentíssimo Dr. Antônio Car-  
los Magalhães, DD. Ministro das Comunica-  
ções, apoiando a reivindicação formulada  
pelo Vereador Mário Bittencourt de Olivei-  
ra, de Ponta Grossa, quanto à revisão da  
disposição contida na Portaria Ministerial  
n. 209/86, de 06 de agosto de 1986, que  
proíbe a negociação de aparelhos telefô-  
nicos entre usuários.

Com a edição da citada portaria, inú-  
meras negociações e contratos particula-  
res, já entabulados, ficaram inválidos

da respectiva regulamentação, ocasionando  
sérios transtornos às partes interessadas.

Tal situação fere os direitos assegura-  
dos aos usuários pelos contratos firma-  
dos com as Companhias Concessionárias dos  
Serviços de Telecomunicações.

O legítimo proprietário, também é pre-  
judicado no deterioramento do preço, oca-  
sionado pela determinação de exclusivida-  
de de compra às concessionárias ao preço  
de mercado, por elas fixado para pagamento  
em 45 dias, o que, de maneira alguma acom-  
panha as taxas inflacionárias vigentes.

Saliente-se, ainda, o direito de dis-  
ponibilidade dos serviços telefônicos re-  
sidenciais, bem como os exigidos pelas  
atividades profissionais, comerciais e in-  
dustriais, que devem ser facilitados pelo  
Poder Público.

Pelas razões expostas, esperamos a  
atenção do Governo Federal, através de seu  
Digníssimo Ministro das Comunicações, re-  
considerando e formulando os termos da  
Portaria n. 209/86, cuja reivindicação é  
anseio popular da Nação brasileira.

Sala das Sessões, em 23.04.1987.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das  
atribuições que lhe são conferidas pelo  
Regimento Interno da Assembléia Legisla-  
tiva do Estado do Paraná, REQUER, após mani-  
festação do Plenário e em Regime de Urgên-  
cia, seja oficiada ao ilustre Secretário  
de Estado dos Transportes, Senhor Heinz  
Georg Herwig, a solicitação apresentada  
pelo Senhor Prefeito Municipal de Fran-  
cisco Alves, a seguir:

- Inclusão, no Programa de Obras e Pa-  
vimentação de Estradas Municipais do Go-  
verno do Estado, dos trechos: Bairro Pal-  
mital, Alto Alegre, passando pelo Bairro  
Catarinense, Ouro Verde e Encantado, até o  
distrito de Rio Bonito, numa extensão de  
aproximadamente vinte quilômetros, no Mu-  
nicípio de Francisco Alves, PR.

Sala das Sessões, em 23.04.1987.

(a) NILTON BARBOSA

#### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação é justificada  
pelo fato de que grande quantidade de pe-  
quenos proprietários rurais, com diversi-  
ficada produção agrícola e, ainda, consi-  
derável parte da população, inclusive es-  
tudentes de 1.º e 2.º graus, vêem-se pre-  
judicados quando a região é assolada pelas  
chuvas, pois que os referidos trechos fi-  
cam praticamente intransitáveis devido à  
ação danosa das águas sobre o solo.

O atendimento ao solicitado em muito  
irá beneficiar aquela população que dia-  
riamente transita por aquelas estradas e  
que está a reclamar constantemente das di-

ficuldades enfrentadas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, Doutor Belmiro Valverde Castor, no sentido de que este determine a imediata implantação do 2.º Grau no Colégio José de Anchieta, Distrito de Graciosa, Município de Paranavaí, neste Estado.

Sala das Sessões, em 23.04.1987.

(a) EDUARDO BAGGIO

#### JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Graciosa, localiza-se a 20 km de seu Município-sede, Paranavaí. Face a este motivo, suas estruturas de ensino vem sofrendo sérios problemas no tocante ao precário sistema ali implantado, que não possui 2.º Grau. Na atualidade, cerca de trinta alunos vêm se deslocando diariamente até Paranavaí, isto sem levar em conta o grande número de desistentes, que pelo motivo de locomoção deixam de estudar.

Diante disso, solicitamos a imediata implantação do 2.º grau junto ao Colégio José de Anchieta, no Município de Paranavaí.

#### REQUERIMENTO 002/87

Senhor Presidente.

Oficiar à Secretaria de Estado da Educação e ao Deputado Eduardo Baggio, para que implantem o segundo grau no Colégio José de Anchieta, no Distrito de Graciosa.

#### JUSTIFICATIVA:

Mercê do desenvolvimento industrial do distrito iminentemente agrícola que é Graciosa, toda mão-de-obra dos seus moradores é absorvida no próprio distrito.

A distância até a sede do município é de 20 km, e associado à escassez de meios de transportes, ou despesas de locomoção, impõe-se a necessidade de implantação de 2.º Grau junto ao Colégio estadual existente.

Atualmente, em torno de trinta jovens se deslocam, com dificuldades, à sede do município, para frequentar o 2.º Grau, enquanto que outros jovens deixam os estudos ao concluir o 1.º Grau, devido às dificuldades decorrentes.

Há também, os casos de moradores que se mudam para a cidade para pôr fim ao problema, gerando mais carência de mão-de-obra na zona rural.

Sala das Sessões, 09.03.1987.

(a) GENÉCIO FEUSER

Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

Estado do Paraná - Gabinete da Presidência  
Ofício n. 009/87

Paranavaí, 17 de março de 1987.

Senhor Deputado.

Esta Câmara Municipal, em sessão plenária do dia 16 de março do corrente ano, acolheu pela unanimidade de seus membros, o Requerimento n. 002/87, de autoria do Vereador Genécio Feuser, cuja cópia segue em anexo, através do qual, solicita a Vossa Excelência, para envidar esforços, objetivando a implantação do segundo grau no Colégio José de Anchieta, no Distrito de Graciosa.

Certos de contarmos com a atenção de Vossa Excelência, aproveitamos o ensejo para externar-lhe nossos mais caros votos de estima e apreço.

Atenciosamente

(a) WILLY BRANDALISE

Presidente

Excelentíssimo Senhor

EDUARDO FERREIRA BAGGIO

DD. Deputado Estadual

CURITIBA - PARANÁ

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Lopes dos Santos, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando medidas cabíveis para a implantação da 2.ª Vara Cível na Comarca de Telêmaco Borba.

Sala das Sessões, em 23.04.1987.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

#### JUSTIFICATIVA:

Evidentemente, a eficiência no julgamento de processos, por si só, não acarretará diminuição de crimes.

Mas, é dever do Estado envidar esforços para combatê-los, nas suas causas e conseqüências, e quanto menos tempo for gasto na apreciação de processos, melhor estará cumprindo tal mister.

A Comarca de Telêmaco Borba cresceu, e com ela o número de processos registrados.

O Poder Judiciário, tem encontrado naquela Comarca representantes dignos, honestos e dinâmicos, que tem sabido honrá-lo.

A única forma de garantir à população um atendimento condigno e eficiente é implantar, na Comarca, a 2.ª Vara Cível.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e

considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando sejam iniciados os estudos e cumprimentos das formalidades legais aplicáveis ao caso, para a construção imediata de uma nova ponte sobre o Rio Cinzas, no local que liga o Município de Bandeirantes a Itambaracá, na região Norte do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.04.1987

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

A referida solicitação se faz em função de que a ponte ali existente, construída há mais de trinta anos, oferece passagem apenas para um veículo no mesmo sentido, e hoje, dado o grande crescimento da agro-indústria na cidade de Bandeirantes, e o potencial agrícola da região que utiliza a referida ponte para o escoamento da produção de algodão, soja, milho, cana de açúcar, feijão, etc., e ainda o grande número de acidentes que vêm ocorrendo naquele local, em consequência do aumento do movimento rodoviário nas safras de algodão (fevereiro a maio) e cana de açúcar (maio a dezembro) justificam de imediato a construção de uma nova ponte, viabilizando o tráfego nos dois sentidos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiada ao ilustre Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Senhor Ary Veloso Queiroz, a solicitação apresentada pelo Senhor Prefeito Municipal de Francisco Alves, a seguir:

- Execução dos serviços de distribuição de água potável no Bairro Catarinense, Município de Francisco Alves.

Sala das Sessões, em 23.04.1987.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

A população residente no Bairro Catarinense não conta ainda com os benefícios da distribuição de água potável, o que provoca o aparecimento de doenças parasitárias, principalmente nas crianças, fato que traz grande descontentamento à comunidade local.

Tal benefício irá atingir uma população de aproximadamente setecentas pessoas, num total de cento e trinta residências, além de estabelecimentos comerciais e de ensino.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado Nilton Barbosa, usando das

atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiada ao ilustre Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Heinz Georg Herwig, a solicitação do Senhor Prefeito Municipal de Francisco Alves, a seguir:

- Reconstrução, em alvenaria, da ponte sobre o Rio Xambrê, divisa dos Municípios de Francisco Alves e Iporã.

Sala das Sessões, em 23.04.1987.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a solicitação apresentada pelo fato de que a citada ponte atende as necessidades de deslocamento dos habitantes de ambos os municípios, que trafegam pela mesma. A referida ponte encontra-se em péssimas condições de conservação, e oferece sérios riscos às pessoas que dela fazem uso constantemente.

Este fato vem gerando grande descontentamento aos usuários e, atendida a solicitação, resolvido estaria o problema hoje enfrentado pelos mesmos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, DD. Governador do Estado do Paraná, para que, juntamente com o Engenheiro Heinz Georg Herwig, MD. Secretário de Estado dos Transportes, estude a inclusão dos Municípios de Mandaguari e Astorga no Programa de Pavimentação Rural, lançado recentemente pelo Governo, viabilizando assim a pavimentação asfáltica entre as duas cidades, numa distância aproximadamente de trinta e três quilômetros, visto atualmente se tem acesso a Mandaguari a Astorga por um projeto muito mais longo, passando por Maringá, inviabilizando assim o trajeto que, nas condições ora sugeridas, traria excelentes benefícios para as comunidades circunvizinhas.

Sala das Sessões, em 23.04.1987.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

Apoiamento: Ferrari Júnior

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, DD. Governador do Estado do Paraná, para que, juntamente com o Engenheiro Heinz Georg Herwig, MD. Secretário de Estado dos Transportes, estude a inclusão dos Municípios de Tapejara e Indianópolis

no Programa de Pavimentação Rural, lançado recentemente pelo Governo, viabilizando assim a pavimentação asfáltica da estrada de leito natural que liga estas duas cidades.

O percurso referenciado nesta petição de certa forma poderá não ser de grandes dificuldades, pois, já existe ligação asfáltica entre Tapejara e Cianorte, o que facilitará ainda mais a implantação de um entroncamento até Indianópolis, aproximadamente a seis quilômetros de Tapejara, que somados aos vinte quilômetros de via natural, darão o acesso a esta cidade.

Sala das Sessões, em 23.04.1987.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, DD. Governador do Estado do Paraná, para que, juntamente com o Engenheiro Heinz Georg Herwig, MD. Secretário de Estado dos Transportes, estude a inclusão dos Municípios de Guaporema, Mirador, Amaporã e Guairaçá no Programa de Pavimentação Rural, lançado pelo Governo recentemente, viabilizando a pavimentação asfáltica da estrada de leito natural que as interliga, numa distância aproximada de 47,5 quilômetros.

Como excelentes áreas de produção agrícola, os Municípios acima referenciados, localizados no Noroeste do Estado, em muito serão beneficiados com o empreendimento, visando a obtenção de melhorias no transporte e escoamento da safra.

Sala das Sessões, em 23.04.1987.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, DD. Governador do Estado do Paraná, para que, juntamente com o Engenheiro Heinz Georg Herwig, MD. Secretário de Estado dos Transportes, estude a inclusão do Município de Munhoz de Melo no Programa de Pavimentação Rural, lançado recentemente pelo Governo, viabilizando assim, a pavimentação asfáltica da estrada de leito natural que liga esta cidade ao Distrito de Fênix, numa distância de treze quilômetros.

Como excelente centro de produção agrícola, o Município acima referenciado, localizado no Norte do Estado, em muito será beneficiado com o empreendimento, visando a obtenção de melhorias no transpor-

te e escoamento da safra agrícola.

Sala das Sessões, em 23.04.1987.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, DD. Governador do Estado do Paraná, para que, juntamente com o Engenheiro Heinz Georg Herwig, MD. Secretário de Estado dos Transportes, estude a inclusão do Município de Fênix no Programa de Pavimentação Rural, lançado pelo Governo recentemente, viabilizando a pavimentação asfáltica da estrada de leito natural que liga esta cidade do Distrito de Bela Vista, numa distância aproximada de dez quilômetros, visando a obtenção de melhores condições de transporte e escoamento de safras agrícolas, que destaca-se em excelente nível no cenário produtivo do Estado.

Sala das Sessões, em 23.04.1987.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, MD. Governador do Estado do Paraná, para que, juntamente com o Engenheiro Heinz Georg Herwig, MD. Secretário de Estado dos Transportes, estude a inclusão do Município de Engenheiro Beltrão no Programa de Pavimentação Rural, lançado pelo Governo recentemente, viabilizando a pavimentação da estrada de leito natural que liga esta cidade ao Distrito de Ivaí, passando ainda pelos Distritos de Jumarim, Rio Claro, Triângulo e Salto das Bananeiras, onde se situa a Usina de Alcool, referencial econômico de excelente exploração do Município.

Vale ainda salientar, que todo o Município participa economicamente de excelente produtividade agrícola, destacando-se essencialmente a lavoura branca, razão pela qual justifica-se o pedido, que terá cunho direcionado no escoamento de safras.

Sala das Sessões, em 23.04.1987.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, DD. Governador do Estado do Paraná, para que, juntamente com o Engenheiro Heinz Georg Herwig, MD. Secretário de Es-

tado dos Transportes, estude a inclusão dos Municípios de Santo Antônio do Caiuá e Inajá, no programa de Pavimentação Rural, lançado recentemente pelo Governo, viabilizando assim, a pavimentação asfáltica entre as duas cidades, numa distância aproximada de quinze quilômetros, pois trata-se de uma área altamente produtiva e essa ligação asfáltica certamente atenderá aos anseios da população que aguarda esse benefício já há algum tempo.

Sala das Sessões, em 23.04.1987.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes Heinz Georg Herwig e ao DD. Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, Antônio José Correia Ribas, providências no sentido de transferir aos cuidados e manutenção do D.E.R., o trecho Água da Limeira, passando pelo Bairro Cristo Rei (Areião) até a Rodovia Municipal Carlos Pereira Araújo, no Município de Ibaiti.

Sala das Sessões, em 23.04.1987.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI

#### JUSTIFICATIVA:

A solicitação visa atender à comunidade de Ibaiti, mormente a dezenas de pais e alunos que transitam pela estrada do trecho Água da Limeira, percorrendo a pé a distância de sete quilômetros todos os dias, em uma estrada de lastimável estado de conservação, tendo em vista que o Município não dispõe de recursos para fazer qualquer melhoria na referida estrada.

Corroborando nosso pedido, segue anexas as assinaturas dos estudantes da 5.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> séries da Escola Municipal "João Severino Sales" - Campinho - maiores interessados na urgente medida que propomos.

Ao Ilustríssimo Senhor

Deputado Estadual Luiz Antônio Setti

Nós, estudantes da Educação Integrada, 5.<sup>a</sup> série, 6.<sup>a</sup> série e 7.<sup>a</sup> série, da Escola Municipal "João Severino Sales" - Campinho, vimos abaixo-assinados solicitar de Vossa Senhoria, providências junto ao Departamento de Estradas de Rodagem para que transfiram aos cuidados a manutenção ao D.E.R., o trecho Água da Limeira passando pelo bairro Cristo Rei (Areião) até Rodovia Municipal Carlos Pereira de Araújo. Para que fique mais claro segue mapa anexo do trecho em necessidade e em caráter de urgência.

Esperando seu pronto e atencioso manifesto no interesse do assunto, preciosos

agradecimentos e estima dos abaixo-assinados.

Seguem-se trinta assinaturas.

#### ABAIXO-ASSINADO

Nós que abaixo assinamos este documento, somos solidários à proposta de solicitar às autoridades que a estrada de ligação do bairro Areião (Estrada Municipal) a PR-004 passe pertencer à Rede Estadual, tornando uma estrada com conservação do DER.

Seguem-se cento e vinte e sete assinaturas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expedientes aos Excelentíssimos Senhores BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR e EWALDO PODOLAN, respectivamente, Secretário de Estado da Educação e Diretor-Superintendente da FUNDEPAR, solicitando ampliação da Escola Estadual "Edite Cordeiro Marques" - Ensino de 1.º Grau, no município de Turvo.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

#### JUSTIFICATIVA:

Em 1982, existia na localidade de Turvo, duas escolas. A Escola Estadual Dr. João Ferreira Neves, de 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> séries, com amplas dependências, isto é, oito salas de aula, banheiros, secretaria, cozinha, cancha esportiva, etc.

Nos últimos dois anos, houve um acréscimo do número de matrículas no 1.º Grau, além disso, a implantação de duas novas turmas de 2.º Grau.

Acontece que, nessas dependências, hoje estão instaladas a Prefeitura, a Câmara Municipal, Agência dos Correios, além do Posto Telefônico, e a cancha esportiva está completamente desativada.

Toda a comunidade escolar que usava essas dependências, a partir de 1983, passou para a Escola Estadual "Edite Cordeiro Marques" - Ensino de 1.º Grau, que até esta data atendia somente alunos de 1.º a 4.º séries, sem que a mesma, para tanto, recebesse qualquer ampliação.

A diretoria da Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual "Edite Cordeiro Marques" - Ensino de 1.º e 2.º Graus, tomou conhecimento dos diversos problemas que alunos e professores vêm enfrentando naquele estabelecimento de ensino, para cumprimento da sua tarefa e no bom andamento das atividades educacionais no que diz respeito ao espaço físico da escola.

Conclui-se, portanto, que a educação ficou relegada ao segundo plano no referido município, e as conseqüências aí es-



tão, e carecem de solução a curto prazo dessa Secretaria e da FUNDEPAR.

Uma vez aprovado, que se dê ciência aos Excelentíssimos Senhores Prefeito Municipal, Presidente da Câmara de Vereadores, Presidente do Diretório Municipal do PMDB e Diretor da Escola Estadual "Edite Cordeiro Marques" - Ensino de 1.º Grau, em Turvo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, para que, juntamente com o Engenheiro Heinz Georg Herwig, Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes, estude a inclusão dos municípios de Atalaia e Uniflor no Programa de Pavimentação Asfáltica lançado recentemente pelo Governo, viabilizando assim, a pavimentação da estrada de leito natural que liga estas cidades, numa distância aproximada de 14 quilômetros, que para seu acesso há de se fazer por Nova Esperança, inviabilizando assim o percurso que por demais é longo.

O trecho acima mencionado, trata-se de uma área exclusivamente agrícola, constituída de pequenos proprietários e o tráfego de precaríssimas condições, oferece uma série de riscos ao transporte de safras, particularmente em dias chuvosos onde seu leito sofre danificações procedentes de erosão, muito comum neste solo.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, para que, juntamente com o Engenheiro Heinz Georg Herwig, Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes, estude a inclusão dos municípios de Itambé e Marialva no Programa de Pavimentação Asfáltica lançado recentemente pelo Governo, viabilizando assim, a pavimentação da estrada de leito natural que liga Itambé ao distrito de Aquidaban, este situado no município de Marialva, passando pelo distrito de São Luiz.

O atendimento do benefício acima mencionado aos municípios citados, concluiria para uma progressiva mudança nos hábitos das comunidades atendidas, que passariam ao uso da nova estrada favorecendo o escoamento de safras agrícolas e transporte mais confortável pela região.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

Apoio: Ferrari Júnior.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, para que, juntamente com o Engenheiro Heinz Georg Herwig, Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes, estude a inclusão do município de Flórida, que indiretamente beneficiará o município de Iguaraçu, no Programa de Pavimentação Asfáltica lançado recentemente pelo Governo, viabilizando assim, a pavimentação da estrada de leito natural que liga a cidade de Flórida ao distrito do Ângulo, passando pela Água da Valência, visando melhorias de condições para o transporte e escoamento de safras agrícolas dos quais a área em referência é uma das maiores na região.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Digníssimo Senhor Antônio Lopes de Noronha, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando reforma total da viatura policial da cidade de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

A atual viatura da Polícia Militar de Engenheiro Beltrão sofreu um acidente automobilístico, ficando totalmente danificada e sem condições de uso. A população local necessita de proteção policial e a reforma total da referida viatura virá a agilizar o trabalho policial naquele município.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Presidente das Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, solicitando-lhe estudos para viabilizar a instalação de uma Rede Telefônica no distrito de Itacolomi, no município de Cambira.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

#### JUSTIFICATIVA:

O presente expediente é apresentado

baseando-se nas reivindicações da população daquele Distrito, tendo em vista a necessidade da instalação de telefones particulares, uma vez que a localidade só conta com o P.S., o que vem trazendo uma série de dificuldades para os moradores, especialmente nos casos emergenciais em que qualquer tipo de comunicação é indispensável.

Por tratar-se, seguramente, de uma justa reivindicação, e por entender que a instalação de uma rede telefônica beneficiará em muito um distrito que possui estrutura, população e condições econômicas suficientes para tal, espera-se por parte dessa Companhia, o pronto atendimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Digníssimo Senhor Roberto de Abreu Sodré, Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, solicitando atribuição de "status" de Embaixada para a Representação Diplomática da Organização para a Libertação da Palestina no Brasil.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

A Organização para a Libertação da Palestina - O.L.P. é a única e legítima representante do povo palestino, no Brasil e em todos os outros países do mundo. Na maioria dos países da O.L.P. tem "status" de Embaixada, sendo necessário para melhor atendimento à comunidade palestina radicada em nosso País, que a referida representação diplomática se transforme em Embaixada.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Lopes dos Santos, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando medidas cabíveis para a implantação da 2ª Vara Cível, na comarca de Apucarana.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

#### JUSTIFICATIVA:

O crescente aumento de processos registrados na comarca de Apucarana, é consequência natural do desenvolvimento da mesma.

Para garantir à população um atendimento eficiente é imprescindível a implantação de nova Vara Cível.

A dignidade e honestidade dos juízes de Apucarana são incontestáveis, pois,

sempre souberam elevar o Poder Judiciário do Paraná.

É preciso registrar que, recentemente, na audiência da instalação da Correição Geral Ordinária, o Corregedor da Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento constatou tal acúmulo, e hoje a imprensa escrita divulga seu depoimento, o qual afirma que tal implantação é prioridade imperiosa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, REQUEREM à Mesa, após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais desta sessão, o documento anexo, contendo as Conclusões da Mesa Redonda sobre a Autonomia Universitária, levado a efeito no dia 22 do corrente.

Solicitam ainda, que o documento anexo seja dado conhecimento a todas as Lideranças de Bancadas com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, demais presentes. Parabéns às famílias universitárias de Londrina, Maringá, Ponta Grossa, que estão aqui muito bem representadas, acompanhando o desenrolar dessa 1ª Discussão da Reforma Administrativa, que coloca em discussão a autonomia das Universidades. Por isso, parabéns pela presença, pelo apoio e pela ajuda, porque democracia se constrói dessa forma: assumindo, participando e exigindo.

Iniciamos esse último dia de sessões da semana, com um fato que talvez será o fato mais importante deste ano legislativo. Quando se começa a discutir a Reforma Administrativa, anunciada e tão propalada, creio que vou iniciar este Pequeno Expediente e depois continuarei no Horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Vou tentar colocar alguns aspectos desta Reforma Administrativa, que nós já conseguimos detectar de antemão, para melhor se entender e melhor se posicionar.

Porque queira ou não, nós os Pares desta Casa, temos um compromisso público e um compromisso político, creio eu, com a população paranaense e que precisa ser preservada nessa instância de poder.

Primeiro, o Projeto de Reforma Administrativa, anunciado através de mensagem e que só depois de anunciado é que passou a ser discutido, aliás lamentavelmente,

porque um Projeto de Reforma Administrativa do ponto de vista democrático, devia ser discutido anteriormente, para depois ser encaminhado à discussão e à votação do Poder Legislativo. Ele não traz quase nada de novo, se for comparado com a lei anterior, a Lei n. 6636, pelo menos do ponto de vista para melhor. Para melhor do nosso ponto de vista, ele não traz nada de novo, muito pelo contrário, nós percebemos que analisando os artigos 7, 14, 15, 73 em diante, as Disposições Gerais e Transitórias, nós vamos perceber, intencionalmente, qual é o fundamento e o pano de fundo desta reforma Administrativa, que visa, principalmente, centralizar ainda mais o poder nas mãos do Governador do Estado.

Isto é lamentável. Quando se quer o fim do autoritarismo, se quer a implementação e o progresso da democracia, quando é tão importante que a sociedade organizada tenha espaço para fazer com que se tenha força nas decisões e se tenha voz e vez nas decisões gerais, tira-se isso, o pouquinho que se tem, contrariando aquilo que se prega e se fortifica, o poder autoritário.

Nós sentimos isso quando o Governador tenta abrir um espaço para criar mais seis secretarias. Isso já nós questionamos. E tem mais: quando ele tem o poder de nomear diretores subalternos ao ITCF, bem como diretores das secretarias vinculadas e também do controle financeiro e todo o controle das universidades.

Senhor Presidente, está esgotado o tempo, mas eu comunico que vou continuar no Horário da Liderança do PT, expondo alguns pontos que nós temos que levar em conta nesta questão da reforma Administrativa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa registra, com prazer, a presença nesta Casa, do Sr. Miguel Diniso, ex-Deputado Estadual e atual Prefeito de Cambará. Seja bem-vindo.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Cândido Bastos.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Esta Assembléia Legislativa vive momentos históricos de sua existência. Ela não apenas assiste, mas é convidada a participar intimamente, do processo de reconstrução moral da administração pública. E a isto é convidada pelo Governador Álvaro Dias que, através de suas mensagens, vem buscando apoio desta Casa para as medidas destinadas a sanear a gestão do Estado.

Recebemos agora mais uma destas mensagens saneadoras e exemplares. É a que extingue cerca de 8.300 cargos de provimento efetivo da Parte Permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, proporcionando ao Estado uma economia mensal de aproximadamente vinte milhões de cruzados.

Em sua justificativa, simples e objetiva, o Governador afirma que esta medida enquadra-se "entre aquelas que atendem à racionalização dos serviços públicos", afastando os gastos desnecessários e redirecionando recursos para atividades imprescindíveis ao atendimento das reais necessidades da população paranaense.

Administrar a coisa pública não significa simplesmente economizar ou cortar gastos. A gestão da coisa pública diferencia-se da gestão da coisa privada porque, enquanto esta visa maximizar o lucro, aquela visa maximizar sua eficácia social. O ponto de partida e os objetivos são necessariamente diversos.

Ao Estado não cabe fazer economia por fazer. Cabe-lhe, isto sim, fazer economia em seu sentido mais radical: gerir bem a própria casa. Economizar, para o Estado, significa avaliar a utilização de cada centavo para saber sua destinação e sua rentabilidade social. Seus recursos provêm do suor, do trabalho do povo. Não podem ser malbaratados com a largueza dos que ganham sem nada fazer, nem com a insensibilidade dos que gastam porque não sabem seu custo.

Ao cortar o desnecessário, o Governador Álvaro Dias pensa no essencial. Corta o supérfluo para acrescer no que é realmente importante. Rompe, desta forma, com a visão paternalista do Estado todo-poderoso, imenso e generoso "cabide de empregos", doador de privilégios e distribuidor de benesses, principalmente para os amigos do poder. Instaura, pelo contrário, o enfoque do Estado gestor da coisa pública, fiscalizador do bem comum e implementador dos setores que beneficiam a grande maioria da população.

Estamos diante de um momento histórico importante, um momento de formação da sociedade brasileira moderna. Esta transição significa incorporar, ao mercado e ao processo econômico e político, os quase cem milhões de brasileiros que estão à margem, além de modernizar as instituições em colapso. Assumir este momento histórico não pode significar apenas a tomada de algumas medidas periféricas, destinadas antes a distrair a atenção. Significa, sim, aparelhar efetivamente o Estado para acolher as pessoas a uma vida digna.

A reforma das instituições, como já o apontou a eminente historiadora Aspásia Camargo, deve começar pela administração pública. Diz ela que "é preciso modernizar

o Estado, livrá-lo deste compromisso histórico com o clientelismo", modernizando o processo de gestão da coisa pública, abrindo canais de meritocracia, de competência, de modernidade. E é isto exatamente, que o Governador Álvaro Dias vem tentando dizer e fazer, vencendo obstáculos e resistências, enfrentando até ameaças.

Com esta mensagem, Álvaro Dias reafirma seu compromisso com os ideais do PMDB, e com as esperanças do povo paranaense, que o escolheu de forma esmagadora.

A nós, Deputados eleitos por esse mesmo povo, cabe-nos apoiá-lo, aperfeiçoar suas iniciativas, contribuir decisivamente para que o Paraná rompa a casca imobilista que o recobriu durante décadas, para abrir-se ao ar novo da modernidade, que não é apenas desenvolvimento econômico, mas também e principalmente o desenvolvimento social."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Deputado Antônio Belinati, inscrito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós temos a alegria de proceder à leitura, para conhecimento dos Deputados que ainda não receberam, uma cópia da Ata de uma importante Mesa Redonda realizada ontem, no Plenarinho desta Casa de Leis, reunindo Secretários de Estado, Deputados, Reitores, Professores, alunos e funcionários das universidades estaduais de: Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

É importante que cada Deputado receba uma cópia destas conclusões. Quem sabe até para poder orientar o Parlamentar na hora de votar o Projeto de Reforma Administrativa do Governador do Estado e que se aprovado, fatalmente acabará com a autonomia das universidades estaduais. Os participantes da Mesa Redonda concluíram que:

(Passa a ler as conclusões).

"Deve ser formulada proposta de adendo ao artigo 7.º do Projeto de Reforma Administrativa, no sentido de garantir às instituições de ensino superior mantidas pelo Estado, a sua autonomia didática, científica, disciplinar, administrativa e financeira. Exercida na forma da lei e de seus Estatutos, atendendo ao disposto do artigo 138, inciso 13 da Constituição do Estado do Paraná:

2 - Igualmente, deve ser reconhecido e garantido aos professores, funcionários e alunos o direito à livre organização e a participação na gestão das instituições - nos termos da lei e do artigo 138, inciso 14., da Constituição Estadual;

3 - Que o Estado assegure na mensagem de reformulação do orçamento vigente, den-

tro das rubricas já previstas para as instituições de ensino superior, mantidas pelo Governo do Estado, pessoal, custeio e capital, a suplementação orçamentária necessária.

4 - Que seja dada continuidade aos estudos e debates sobre questões da universidade paranaense, levantadas nesta Mesa Redonda, através de uma comissão interpartidária especial, formada dentro da Assembléia Legislativa.

5 - Deve ser destacada a manifestação da vontade política do Governo do Estado do Paraná, expressa pelos Secretários presentes, de manter o sistema estadual de ensino superior o qual, progressivamente, será tornado inteiramente público e gratuito.

6 - Finalmente, os participantes destacam o clima de diálogo reinante entre o Secretariado presente e recomendam às autoridades e Assembléia Legislativa, a observância dos princípios acordados acima, com vistas ao desenvolvimento continuado da comunidade e do Estado do Paraná.

Curitiba, 22 de abril de 1987."

Assinaram esta ata de conclusões os principais participantes da Mesa Redonda de ontem.

Esperamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que estas conclusões sirvam de luz e de orientação na hora em que cada Parlamentar, acima de sigla partidária, for dar seu voto neste projeto de reforma administrativa, com o desejo, acima de tudo, de que votem pela autonomia das universidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Encerrado o Pequeno Expediente, iniciamos o Grande Expediente.

Esta Presidência registra as presenças dos Vereadores de Altônia, João Roda, João Alves do Prado, Sebastião Garcia e José Luiz.

No Grande Expediente, tem a palavra o Deputado Nestor Baptista, inscrito, por trinta minutos.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de mais nada, a nossa alegria por ver esta Casa realmente tomada de pessoas interessadas e preocupadas em resolver a situação não só do Estado do Paraná, mas em resolver também os problemas graves que enfrenta o País nos dias atuais.

Quero registrar aqui, a participação do Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, o deputado Antônio Annibelli, no recente Encontro de Presidentes de Assembléias Legislativas, realizado em Ouro Preto, em Minas Gerais, quando o Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná

cumpriu destacado papel; inclusive, fazendo registrar neste Encontro, a presença ativa do Estado do Paraná e também exigindo a participação das Assembléias Legislativas de todo o Brasil na Assembléia Nacional Constituinte.

Indiscutivelmente, os cinqüenta e quatro Deputados desta Casa e a população do Paraná estiveram representados com a brilhante participação do Deputado Antônio Annibelli, neste Encontro de Presidentes de Assembléias Legislativas, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais.

(Passa a ler):

"A grande meta da credibilidade, o Governo tanto pode fazer o jogo da verdade, tornando-se popular, quanto descambar para o fingimento, tornando-se populista. O populismo é o desvio do processo democrático que, mergulhando na retórica demagógica, apenas reforça o paternalismo e o elitismo tradicionais em nossa sociedade.

Desde o início de sua administração, o Governador Álvaro Dias tem procurado a credibilidade, através de medidas autenticamente populares. Não tem procurado aparecer como o "pai bonzinho", onisciente e auto-suficiente. Ao contrário, tem jogado o jogo da verdade, assumindo todas as consequências que este jogo traz. Tem plena consciência de que é um jogo difícil e de resultados imediatos inseguros. No entanto, é através dele que tem buscado o apreço e a confiança da maioria do povo, consolidando sua popularidade por medidas coerentes com as esperanças nele depositadas.

Pois bem, mais uma vez o Governador Álvaro Dias tem a coragem de assumir medidas saneadoras na administração pública, agora com a Mensagem n. 38/87 enviada a esta Assembléia, através da qual apresenta proposta de Emenda Constitucional alterando o artigo 147, da Carta Estadual.

Trata-se de revogar o benefício da remuneração vitalícia a que têm direito os ex-Governadores.

Argumentando que o cargo de Governador nasce de um mandato emanado do povo, não sendo, portanto, um emprego, mas uma missão, o Governador Álvaro Dias entende que a esta não pode corresponder, jamais, a uma "aposentadoria". Esta é uma lógica irretorquível, não apenas na sua forma, mas principalmente em seu denso conteúdo ético.

Os cargos públicos, exercidos por mandato popular, não podem ser encarados como sinecura ou como fonte de benefícios pessoais. É missão que, no seu sentido originário, significa um "envio". O homem público é mero "enviado" do povo para gritar suas dores, anunciar suas esperanças e tornar reais suas vontades. Seu mandato não é um bem pessoal, mas público. "Seus"

votos não são propriedade pessoal, mas pública. Não prevalece mais a sua vontade, nem seus desejos, nem seu querer, mas a vontade, o desejo e o querer daqueles que o "enviaram" a cumprir sua missão.

O ato de desprendimento austero do Governador Álvaro Dias deve servir de exemplo para nossa meditação.

No momento em que espoucam escândalos demonstrando a malversação do dinheiro público, no momento em que homens públicos têm a coragem de assomar aos meios de comunicação para defender privilégios que ofendem a miséria do nosso povo; no momento em que alguns, prevalecendo-se das funções para as quais foram eleitos, tentam criar esteios para sua futura segurança pessoal, neste momento é sadio e reconfortante apreciarmos, nesta Casa que deve ser a guardiã da moralidade pública, uma Mensagem com semelhante densidade ética.

A Nação está farta de escândalos.

A Nação está farta de privilégios.

A Nação está farta, ouso dizê-lo, de falta de pudor.

Talvez, neste momento Constituinte, a Nação, no fundo, queira que se torne realidade aquela proposta de Constituição, hoje antológica, de apenas um artigo: "Fica decretado que todos deverão ter vergonha na cara".

Não podemos, como representantes do povo, furtar-nos mais ao dever de dar satisfação à Nação de suas aspirações mais fortes e veementes.

Esta medida tomada pelo Governador Álvaro Dias, ao lado de todas as que já tomou e das que tomará para o futuro, devolve-nos a dignidade de sermos paranaenses e brasileiros. Resgata nossa identidade como homens públicos. Renova nosso orgulho em sermos peemedebistas.

A moralidade não se resgata apenas por atos administrativos. Ela exige gestos simbólicos que, pela sua ousadia, dinamizem nossa confiança e esperança. É este sentido simbólico, denso e fecundo, que faz com que a marca da seriedade, austeridade e probidade de Álvaro Dias comecem já a ser a marca registrada do Paraná. Rompe-mos assim, o esclerosamente do poder e seu ranço autoritário-elitista para iniciar um processo de construção de uma sociedade mais sadia, mais generosa e mais justa".

O Sr. Pedro Tonelli - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento do orador).

Muito obrigado pelo aparte. Eu gostaria, em parte, de endossar algo que o Líder do Governo pronunciou aqui, no sentido de como bem intencionado está o Governador em relação à verdade, à moralidade e outras justificativas mais. Acho realmente que a decisão de enviar a Mensagem da re-

vogação do artigo 147 e de cortar privilégios de alguns que não são privilégios de todos, são medidas necessárias, assim como outras.

Mas, eu gostaria que o Líder do Governo, que hoje tem uma função importante aqui nesta Casa, quando se abre a discussão e também na votação da reforma administrativa, eu gostaria que ele se pronunciasse se nessa reforma administrativa, eu não consegui localizar ainda como Parlamentar, com compromissos nesta Casa, se também serão reprimidos, serão excluídos das folhas de pagamento, os gastos abusivos com propaganda, os gastos abusivos com obras faraônicas, os favorecimentos como houve no passado Governador Álvaro Dias, através da anistia fiscal que perdoou o ICM das empresas, porque o trabalhador paga imposto e o empresário não paga.

E eu gostaria de ouvir a opinião dele, como Líder do governo e que também esta Casa considerasse. Será que essas medidas, a caça aos marajás e aos "fantasmas", neste momento, não está servindo como a cortina de fumaça para tentar escamotear e se justificar perante a opinião pública, aquilo que no passado se chamava de "caça às bruxas" ou perseguição política. Porque se está vendo aí muita coisa em nome da reforma administrativa, muitos trabalhadores que estão trabalhando, que não são marajás, que não são "fantasmas", que nunca foram consultados para serem contratados, que não foram consultados para serem demitidos, e que agora estão ficando no olho da rua.

Gostaria de saber também, se não são medidas simplesmente para tentar readquirir a credibilidade perdida pelo fracasso do Plano Cruzado e que os Governadores.

(PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa quer fazer uma advertência às galerias. O Regimento Interno desta Casa não permite manifestação das galerias. Então, chamamos a atenção daqueles que honram esta Casa com sua visita, mas não vamos admitir manifestações a favor de "a" ou de "b", sob pena de encerrarmos a sessão. Tem a palavra o nobre Deputado.

O Sr. Pedro Tonelli - Só para concluir. Eu queria questionar mais.

Será que o uso desse argumento moralizante, através de fatos que vão até a opinião pública, será que não é um argumento para atingir os setores da população, sensível a esse tipo de propostas, sem, no entanto, mexer na estrutura do Estado e na estrutura da administração.

É isso que gostaria de se ouvir do Líder do Governo quanto a esta questão da reforma administrativa.

Muito obrigado.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Deputado Pedro Tonelli, eu ouvi atentamente o aparte de Vossa Excelência e tenho ouvido a sua atuação atenta e, até destacada nesta Casa, preocupado com os problemas da nossa população.

Mas, permito-me reportar a pronunciamiento aqui já feito - e a Bancada do PMDB se posiciona da mesma maneira - que fiz a Vossa Excelência um desafio, quando ocupou a tribuna aqui, e que se levantasse alguma coisa contra o Governador Álvaro Dias, até usando de palavra do próprio Deputado Tonelli, de "escamotear" a verdade.

Eu gostaria de dizer que o desafio continua de pé!

Mas, preocupa-me também, nobre Deputado Pedro Tonelli, determinadas posições - e aqui nós estamos, hoje, com a Casa tomada por uma juventude sequiosa de educação, sequiosa de liberdade, preocupada em discutir o seu destino, coisa que até a bem pouco tempo era proibido. Hoje, nós vemos a Assembléia tomada pela juventude, coisa que no meu tempo de estudante, não acontecia. Porque, antes de se chegar ao Centro Cívico, já se estava em cana.

Preocupa-me, Deputado Pedro Tonelli, que o Partido de Vossa Excelência que tem tomado posições lamentáveis ao lado da UDR, tente, hoje, agredir sistematicamente o Governo Federal, que tem errado, porque não, mas, para proteger o Delfim Netto, para proteger o Mario Henrique Simonsen, para proteger o Geisel, para proteger o Figueiredo, e toda aquela quadrilha que mandou neste País por tanto tempo.

Eu entendo, nobre Deputado Pedro Tonelli, a preocupação de Vossa Excelência, mas não posso acreditar que a nossa juventude, que o nosso povo, tenha uma memória tão curta, para esquecer os desmandos de ontem.

A reforma administrativa, nobre Deputado, visa, acima de tudo, acabar com a lentidão da máquina administrativa: cara, gorda, inchada, muitas vezes preguiçosa e indolente, a reforma administrativa, nobre Deputado, tem o objetivo de fazer com que haja eficiência, haja agilidade, haja mais trabalho neste Paraná que trabalha para quase todo o Brasil; para que o Paraná não esteja na situação que podemos observar ontem, do Rio Grande do Sul, um Estado que está falido, que gasta mais com seus duzentos e cinquenta mil funcionários por mês, do que arrecada com o ICM, e, veja bem, que é um Estado que tem uma grande arrecadação.

O Governador Álvaro Dias não "escamoteou" e não "escamoteará" a verdade, e faço de novo o desafio, para que se levante alguma tentativa do Governador em esconder



a verdade!

Vou mais além: o Governador Álvaro Dias é, hoje, um dos governadores mais prestigiados da chamada Nova República!

Ainda ontem, esteve aqui o Ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, e, coisa que não acontecia neste Paraná há muito tempo, o Ministro veio trazer soluções para os problemas do Paraná, soluções para a agricultura paranaense, soluções para a inchada e preocupante situação da região metropolitana; a integração do Estado do Paraná, definitivamente, com o Estado do Mato Grosso e com outros Estados da Federação, proporcionando ao nosso produtor e ao nosso agricultor, a maneira mais fácil e mais barata do escoamento da sua produção, da sua safra.

Tivemos, ontem, a garantia, através do Ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares de que a "Ferrovia da Produção" tão discutida, tão necessária, será construída e inaugurada no Governo Álvaro Dias. Tivemos a liberação - logo concederei aparte ao Deputado Caíto Quintana, Líder da Bancada do PMDB para falar da "Ferrovia da Produção", - porque o Deputado Caíto Quintana, eu me recordo, bem no início do seu mandato teve até um livro colocado em várias bibliotecas, não só do Paraná, mas de outros Estados do País, falando das ferrovias, da necessidade das ferrovias, e da "Ferrovia da Produção" aqui no Estado do Paraná, do que ela vai representar; e referindo-se também ao contorno Leste, que tira uma rodovia, a BR-116, do Centro de Curitiba, praticamente. A BR corta hoje Curitiba; do lado de lá estão mais de quatrocentas mil pessoas. Assinado o convênio para que essa obra seja realizada a Cidade de Curitiba ficará desafogada. A ponte em Porto Camargo. A pista dupla, Senhores Deputados, ligando o Paraná a Santa Catarina, para que acabemos definitivamente com a chamada "Rodovia da Morte", a estrada mais perigosa deste País.

E o próprio Ministro dos Transportes, ontem, sentia a satisfação de prefeitos, vereadores, inclusive da região do Deputado Pedro Tonelli, pelas obras aqui anunciadas. O próprio Ministro José Reinaldo Tavares declarava que a "Ferrovia da Produção" não está hoje em pleno andamento, em pleno desenvolvimento, em vista da lentidão até mesmo da classe política paranaense, que se desinteressou de um trabalho iniciado já há alguns anos, mas que a presença do Governador Álvaro Dias reativou, reavivando a necessidade desta obra prioritária para a produção do Paraná, do Mato Grosso, e até do Paraguai e Argentina, países vizinhos.

Isto representa uma solução social para grande parte da população paranaense.

Concedo aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado Nestor Baptista, Vossa Excelência, ao comentar as matérias, as mensagens enviadas pelo Governo à Assembléia Legislativa, faz justiça, sim senhor, e porque não, a um Governo que inicia seu mandato preocupado com a questão financeira do Estado do Paraná, com o inchaço da nossa máquina administrativa, num Paraná de trabalhadores que tem aproximadamente cento e setenta mil funcionários públicos, custando hoje já mais de 100% da nossa receita tributária. É preocupante, Senhor Deputado porque para além do discurso prático usado por todos, administração se faz através da racionalização de serviço.

Nós todos temos plena consciência de que a solução dos problemas públicos do Brasil de hoje passa pela racionalização dos serviços, pela diminuição de gastos do Poder Público. Vossa Excelência cita também a "Ferrovia da Produção", e eu queria dar, neste aparte, só um enfoque, Senhor Deputado, porque muitos de nós falam, falam e falam sobre a questão dos preços dos produtos agrícolas. E nós sabemos que hoje, embora o agricultor esteja pedindo, com justiça, um preço mínimo maior para seu produto, mesmo assim nós estamos chegando no mercado consumidor internacional sem poder competir com os demais países produtores. Por que? Por causa do custo do transporte dos produtos saídos da lavoura até o mercado consumidor.

Eu citaria como dado, nobre Deputado Nestor Baptista, que apenas no transporte da soja brasileira, tomando com base a região produtora até os centros consumidores, nós podemos através da "Ferrovia da Soja" ter uma economia de 100 milhões de dólares ao ano no transporte desses produtos. Onde se poderá aplicar estes 100 milhões de dólares? Exatamente na possibilidade de darmos o preço justo, mais digno para o nosso produtor e chegarmos ao mercado internacional com poder de competir com os países mais avançados inclusive com os Estados Unidos.

Então veja Vossa Excelência a construção da "Ferrovia da Soja" não é pura e simplesmente deitar trilhos para ligar Guaíra a Guarapuava. É uma solução, inclusive para o preço mínimo do produto do agricultor. É uma solução para o problema de competição do produto brasileiro no mercado internacional, porque os estudos nos mostram que hoje, o pagamento de aproximadamente 70 dólares por tonelada de carga, até o mercado consumidor, tendo como base o Japão, poderá ser reduzido para 25 ou 30 dólares, através do sistema interligado de ferrovia.

Grande conquista do Estado do Paraná, grande conquista do Governador Álvaro Dias, que demonstrou vontade política no início do seu governo, ao desencalhar de uma vez por todas, a "Ferrovia da Produção". Parabenizo Vossa Excelência pelas suas palavras. Ficaremos na trincheira de luta tendo certeza de que estaremos unidos com muitos Parlamentares de outros Partidos, que já deram o seu apoio, nesta Casa, a essa conquista do Paraná. E se Deus quiser, e a pressão política não se arrefecer, ainda neste ano, nós teremos o início da construção desta ferrovia, para que o Paraná encontre o caminho do Brasil, ainda neste ano, para poder transportar os produtos que aqui produzimos, e que aqui hoje infelizmente não têm competitividade lá fora, no mercado consumidor.

Deputado Nestor Baptista, as medidas tomadas pelo Governador Álvaro Dias, jamais estarão escamoteando nada, porque elas estão sendo feitas por meio de mensagens claras, límpidas e cristalinas, a ser aprovadas por esta Casa. E está na hora, realmente, de dinamizar o Poder Público, de torná-lo mais respeitado, de torná-lo mais ágil, de torná-lo mais sério, para bem gerir a economia do povo paranaense.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Caíto Quintana, e peço permissão para incorporá-lo ao pronunciamento que faço neste instante.

Mas, quero aproveitar também, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e dizer que hoje, como afirmei no início do meu pronunciamento, a Casa recebe um contingente importante da população do Paraná.

Estudantes preocupados com o ensino público, com o ensino gratuito, com a autonomia, com a educação em melhores condições.

Quero lembrar e quero falar, se me permitem os companheiros da Bancada do PMDB, até, um pouco de mim; como empresário que fui, como bancário que fui, e como estudante. E me refiro ao comerciante, ao bancário e ao estudante, porque fui, nas três atividades, um grevista militante. Participei de diversos movimentos da Universidade, na Universidade Federal do Paraná, na Faculdade de Direito, onde fiz o meu curso; nos tempos mais negros para a classe estudantil brasileira, em 1968, 1969 e 1970, enquanto se disputava a Copa do Mundo, no México, enquanto o Presidente Médici punha o radinho no ouvido, para dizer que era popular, que estava ao lado do povo, o povo desaparecia, o estudante apanhava e não podia falar.

Hoje, com a Casa tomada por estudantes do Paraná, com a preocupação que esta classe tem, como nós também temos pelo en-

sino gratuito, pelo ensino público, e pela melhoria de ensino. Não faltarão aqueles que ontem estavam somados aos que fizeram o acordo MEC-USAID, aqueles que importaram mecanismos para dominar e alienar a educação brasileira, para desorientar o jovem brasileiro, para acabar com as lideranças brasileiras.

Não faltarão aqueles escondidos ontem do lado de lá, que farão os seus discursos demagógicos, afirmando que sempre estiveram com a autonomia, que sempre estiveram com o ensino gratuito, que sempre quiseram acabar com as escolas particulares, que sempre quiseram que o pobre estivesse na escola.

Não faltarão os fazedores de média, preocupados em ganhar o aplauso desta juventude preocupada, que aqui está. Preocupada, como também está a Bancada do PMDB, em solucionar os problemas que têm o Estado do Paraná.

Mas, eu também quero lembrar, que nada se faz com tanta rapidez, e nada se faz com perfeição.

Poderemos errar, mas com a preocupação primordial de acertar e de corrigir, mais adiante, os erros que porventura possamos cometer, nos dias de hoje, na Reforma Administrativa, que começa a ser discutida, que saiu do palanque, saiu da mesa do Palácio e veio para a Assembléia, numa demonstração clara para a população do Paraná, que ninguém quer esconder nada, que ninguém quer escamotear nada, porque todos os Deputados com assento nesta Casa, do PMDB, do PT, do PDT, do PFL, do PL, do PDS, todos têm acesso à mensagem, todos poderão discutí-la, todos poderão propor emendas a essa mensagem que aqui está sendo enviada, numa demonstração mais que democrática do governador Álvaro Dias e até da maioria desta Casa, que quer discutir com todos os Deputados, e porque não, com a população do Paraná, preocupada em resolver os problemas deste Estado. Está aqui a mensagem para ser discutida, analisada, emendada e aprovada, ou rejeitada, se assim entender a grande maioria.

Eu tenho um finalzinho de pronunciamento, e concedo o aparte, novamente, ao Deputado Pedro Tonelli.

O Sr. Pedro Tonelli - Agradeço essa oportunidade, nobre Deputado.

Ficaram algumas dúvidas quando as explicações dadas pelo nobre Líder do Governo. Eu acho que como já falei aqui anteriormente, e volto a repetir, não se justifica mais nesta Casa o nobre representante do Governo, chegar aqui e atribuir tudo o que há de errado, a erros do passado. Essa agremiação, essa composição de forças que governa este Estado, já o faz há cinco anos. Ora, passado este tempo,

deveríamos já, ter uma confiança plena das mudanças que tanto se espera.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Deputado Pedro Tonelli, eu só quero lhe fazer uma pergunta. Vossa Excelência tem feito muitas indagações a mim, tem me feito muitas perguntas.

Vossa Excelência sabe quais são os sete países mais ricos do mundo, mais fortes, mais cultos e de maior produção?

Gostaria que Vossa Excelência me respondesse.

O Sr. Pedro Tonelli - Sei, sim. E também sei porque.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Não, eu gostaria que Vossa Excelência me respondesse quais são.

O Sr. Pedro Tonelli - Os que são mais ricos, o são porque eles acumulam a riqueza dos demais que estão pobres. E a mesma coisa está acontecendo aqui, alguns estão enchendo a barriga e uma maioria está passando fome.

Eu posso continuar meu aparte?

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Presidência lamenta, mas o tempo de Vossa Excelência está esgotado. Vossa Excelência poderá fazer uso da palavra no Horário da Liderança, se assim a Liderança o entender.

Vossa Excelência tem a palavra no Horário da Liderança do PMDB.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Eu continuo, portanto, Sr. Presidente.

Mas não quero fazer um teste, veja bem, nobre Deputado Pedro Tonelli, vou lhe conceder o aparte, não tenha dúvida, não quero fazer um teste de cultura, com Vossa Excelência, porque a grande maioria não sabe dar a resposta correta. Quero apenas dizer, veja bem, que nem todos os países vivem da exploração, mas vivem de um passado, vivem de uma solidez industrial, de uma solidez de respeito às demais nações. Se os norte-americanos têm explorado violentamente os países do Terceiro Mundo se têm explorado sistematicamente o Brasil, nós sabemos que outros países, que são fortes, não têm agido da mesma maneira, mas têm um passado que dá a solidez para que construa um futuro forte, um futuro socialmente promissor.

Nobre Deputado, nós temos que falar do passado, porque não, porque nós não podemos querer apenas dizer que o Paraná começou existir a partir de 1983, quando o Governador José Richa assumiu o Governo do Paraná. Absolutamente. Não podemos dizer, também, que o Brasil passou a existir a

partir da eleição, ainda que indireta, do falecido Presidente Tancredo Neves para a Presidência da República.

Ora, nobre Deputado, não podemos nos esquecer, e tivemos aqui nesta Casa, para reavivar a memória dos mais esquecidos, uma CPI para apurar a corrupção, inclusive de 1983, para cá.

Se Vossa Excelência não sabe, eu quero dizer que a denúncia que apurou, no Governo do PMDB, a corrupção no Porto de Paranaguá, em 1983, foi de minha autoria, nobre Deputado, porque o PMDB havia colocado para ser Superintendente do Porto um cidadão que se mostrou depois como um dos mais corruptos do Paraná. Denunciamos aqui, a Bancada do PMDB entendeu e o Governador José Richa afastou um cidadão corrupto. Agora, não podemos esquecer, por exemplo, a situação delicada do BADEP, que fez um empréstimo de seis milhões de dólares a uma empresa que já tinha um pedido de falência decretado lá no Pará.

Veja bem, nobre Deputado, é por isso que a pequena, a média e as microempresas não puderam, Sr. Deputado, ser atendidos no Governo de 1983 para cá. Nós tivemos que fazer um trabalho saneador. É claro que também no passado nós tivemos alguns acertos. Por que não? É claro que não é só no PMDB que tem gente séria. É claro que não. Eu tenho dito sistematicamente em reuniões de nosso Partido, que este está inchado demais, Deputado. Tem gente de toda coloração. Tem do ponta direita ao ponta esquerda.

Entretanto, não podemos entender que as coisas começaram simplesmente agora. E Vossa Excelência, como Deputado atuante que é, como inteligente que é, como batalhador que tem demonstrado ser nesta Casa - e faço questão até de registrá-lo publicamente, há de entender que nós temos que respeitar, veja bem, o passado, para que tenhamos um futuro forte.

O Sr. Pedro Tonelli - Vossa Excelência me permite um aparte?

Quanto à questão que o nobre Líder do Governo formulou, eu queria deixar o assunto bem claro: nos questionou sobre o comportamento do Governador Álvaro Dias. Eu, sinceramente, já fui questionado sobre isso por outros Parlamentares desta Casa. Eu não vim aqui para fazer avaliação pessoal de ninguém; estou aqui é para fazer uma avaliação política do governo; não quero entrar no campo da convivência pessoal, ou familiar, ou particular do Governador do Estado Álvaro Dias, ou de qualquer Parlamentar desta Casa.

O SR. NESTOR BAPTISTA - E nem pode, Deputado.

O Sr. Pedro Tonelli - Então, esta é a resposta que eu dou.

E queria dizer mais: Vossa Excelência mencionou, agora, e o Deputado Caíto Quintana endossou, que há recursos para fazer uma ferrovia, ou ferrovias. Eu gostaria de questioná-la socialmente. Sabemos que a "Ferrovia do Sarney", que está sendo implantada agora, é uma ferrovia que não parte de nada e não leva a nada. Não sei se socialmente interessa, eu sei que ela interessa para às empresas construtoras. A ferrovia do Paraná precisa ser questionada, porque vai endividar, mais ainda o Estado, que já está endividado. Enfim, quem vai ter que assumir, quem vai ter que avalizar, são os cofres públicos.

Nós acabamos de aprovar, de autorizar o Executivo a contrair um empréstimo de 700 milhões de dólares. E os recursos da FAEP, esses sim, da FAEP e da Sociedade Rural, que está saindo dos cofres do Governo do Estado? Esses vão ajudar a UDR e não o PT, conforme Vossa Excelência reafirmou nesta Tribuna.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Eu apenas quero dizer a Vossa Excelência acerca dos recursos da FAEP, que inclusive mantivemos contato aqui nesta Casa, e aprovamos um pedido de Vossa Excelência, para esclarecer o assunto, porque, realmente, se houve erro, quem errou terá que pagar. Nós não estamos escondendo nada.

Agora, preocupa-me, nobre Deputado, veja, preocupa-me e muito, que a FAEP tenha destinado ou tenha recebido dinheiro, e não por exemplo, a Fundação Caetano Munhoz da Rocha, quando nós sabemos da necessidade de saúde que há no Paraná. Preocupamos este assunto, e já colocamos à disposição de Vossa Excelência. Mas também Vossa Excelência coloca uma interrogação na minha cabeça, quando questiona a posição de prefeitos, de vereadores, de deputados, de pequenos, de micro, de médios produtores deste Paraná, que vieram aqui nesta Casa, inclusive num encontro aqui realizado, prefeitos que vieram ontem, e de todos os Partidos nobre Deputado, agradecer ao Ministro José Tavares pela liberação da vultosa quantia de 1 bilhão, 570 milhões de cruzados para obras aqui no Paraná e para a "Ferrovia da Produção". Nós devemos, Deputado Pedro Tonelli, discutir a ferrovia, claro que devemos, mas só precisamos entender sua necessidade, a qual, pelo que já pudemos apurar, pelo que pudemos sentir com os prefeitos de toda essa região, incluindo os do Estado do Mato Grosso, e até entre os países vizinhos mencionados há pouco -, esta ferrovia é mais que necessária. Quanto à ferrovia do Presidente Sarney citada por Vossa Excelência, nós também somos

contrários a ela. Estão falando numa ferrovia no Estado de Alagoas e nós já estamos até propondo que lá, em Alagoas, a ferrovia se chame de "Ferrovia dos Marajás", porque também entendo que não há essa necessidade da ferrovia. Agora, o Paraná abrir mão de "Ferrovia da Produção" por uma pequena divergência ideológica desse ou daquele partido, por uma pequena desafinação entre um prefeito de uma cidade e de outra cidade, convenhamos que é uma temeridade.

O Paraná precisa dessa ferrovia, o Brasil precisa dessa ferrovia, e nós não vamos perder esta oportunidade. Concedo aparte ao Deputado Domingos Scarpellini:

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Deputado Nestor Baptista, eu gostaria de, apartando, cumprimentá-lo pelas colocações aqui feitas e, ao mesmo tempo, registrar a presença aqui do nosso companheiro, combativo ex-Deputado Estadual que por aqui passou, vereador em Goioerê, o Deputado Jaime Rodrigues de Carvalho, que atualmente reside e faz política no Mato Grosso do Norte.

Caro Deputado, eu gostaria de nesta oportunidade, lembrar algumas das coisas que se passaram aqui nesta Assembléia, nesta tribuna ....

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) O tempo de Vossa Excelência está esgotado, pediríamos ao Deputado que concluísse, por gentileza.

O Sr. Domingos Scarpellini - No que diz respeito à autonomia universitária, falaremos ainda em outra oportunidade sobre esse assunto. Mas, quero cumprimentar Vossa Excelência, lembrando que aqueles que estiveram defendendo o 477, aqueles que defenderam o regime militar, que participaram de uma maneira ou de outra na defesa da ditadura militar que levou esse País à escuridão, ao medo, não têm condições agora de vir falar em autonomia, de vir falar em democracia universitária.

Mas, nós iremos falar e tratar desse assunto em outras oportunidades. Parabéns pelas colocações. Obrigada.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Eu apenas gostaria de agradecer aos Senhores Deputados, e pedir ao Deputado Pedro Tonelli, que nos seus pronunciamentos, nos permita o aparte que por certo faremos.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Gostaria que ficasse registrado que a Liderança do PMDB usou onze minutos do seu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Usou nove minutos e quarenta e cinco segundos. Tem a palavra o representante do PT.

O SR. PEDRO TONELLI - Continuando a análise da Reforma Administrativa como um todo, procurei - no início - colocar alguns pontos, pontos esses de suma importância para se avaliar o conjunto da Reforma Administrativa, gostaria de reiterar o que estamos afirmando antes, o projeto tem um cunho centralizador das decisões de poder, centralizando nas mãos do Governador o poder de decisões neste Estado, o poder de intervenção.

O projeto tem um outro ponto em que fica evidente a sua intenção de dificultar à população e os setores interessados, principalmente às entidades representativas, dos servidores públicos, as atribuições suas de fiscalizar e controlar os setores administrativos. Isto está um tanto explícito intencionalmente neste projeto de reforma administrativa.

O projeto, por exemplo, fere a autonomia das universidades estaduais, que já era conquistada garantida constitucionalmente. Com isto, demonstra claramente a sua intenção.

Além disso, é um projeto tecnocrático, é um projeto redigido às escondidas da população, dos funcionários e, claro, isto para nós é um desrespeito à democracia, às normas democráticas. Não sei se o nosso Governo do Estado aprendeu esta lição quando da elaboração do Plano Cruzado I, que também foi uma surpresa para a Nação e que acabou não dando certo.

O projeto não propõe uma política administrativa global, que realmente desempenhe a máquina administrativa, não prevê o aproveitamento dos excedentes funcionais e também não inclui obras sociais de que a sociedade tanto carece. Ele constitui-se, no nosso ponto de vista, numa forma de burocratizar ainda mais a máquina administrativa.

Outro aspecto é que o projeto cria mais cargos do que extingue. Ele extingue cinquenta e seis cargos e cria sessenta e três, estes custam quase o dobro daqueles. Isto não evidencia redução de custos para os cofres públicos.

Olhando isto resta-nos questionar, levantar algumas questões, que já formulei ao eminente Líder do Governo e outras que queremos questionar no decorrer...

O Sr. Nestor Baptista - Permite um aparte, Deputado?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência, concederei.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Vossa Exce-

lência me concede um aparte?

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência, darei. Acrescento mais. Este projeto de reforma administrativa, para que tivesse o nosso apoio, teria que explicitar a intenção real de formar presente a verdade, a moralização e o uso dos recursos públicos a serviço do público.

Não podemos mais admitir que se tenha dinheiro para construir obras faraônicas, que interessam ao grupo C. R. Almeida, as empresas vendedoras de cimento - a Votorantim -, aos banqueiros que irão financiá-las só não interessando à população, para a que está faltando emprego, terra, casa para morar, educação condizente, que não tem recursos para a saúde, que não tem recursos para muitas coisas que são necessárias para a sociedade. E aí vemos o Líder do Governo, Deputado Nestor Baptista, comparar o Brasil aos países desenvolvidos. Com certeza ele gostaria de ver as empresas fortalecidas, como nos países que dominam este mundo todo.

Digo mais ainda. Se é que há um compromisso com a verdade, realmente, a verdade não está provada. E aqui nesta Casa também não. Na semana passada, denunciei aqui nesta tribuna corrupção e o imoralismo na COHAPAR, por meio do abuso na utilização dos recursos do povo, com gastos abusivos. Ouvi a resposta do Deputado Domingos Scarpellini, dizendo que o Governo do Estado já estava tomando as providências, e, no entanto, constato que até agora nenhuma providência foi tomada. Continuam lá, impunes, aqueles que cometeram os absurdos do passado.

Então, é uma questão ...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência concede um aparte, ilustre Deputado?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência, só um momentinho ...

O Dr. Dirceu Manfrinato - Eu espero que Vossa Excelência, na sua sequência, seja democrático, e dê o aparte aos outros Deputados.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu vou conceder sim, aguarde que já sai.

O Sr. Domingos Scarpellini - Vossa Excelência permite um aparte, Deputado, já que fez referências ao meu nome aí?

O SR. PEDRO TONELLI - Outra coisa que eu gostaria de deixar claro, aqui, é quanto à intenção do Governador Álvaro

Dias, a qual deveria ser claro e explícito, porque para nós, do Partido dos Trabalhadores, e creio que para todos, nesta Casa, quando faltam recursos e se quer a moralização, não se justifica o que consta de matéria do dia 19 de abril, domingo passado, do jornal "O Estado de São Paulo", na qual se fala da casa, paga pelos cofres públicos, onde vai morar o Governador, e atentem para o detalhe, uma casa com mais de dois mil metros quadrados ...

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência. Uma casa com mais ...

O Sr. Nestor Baptista - Eu gostaria que Vossa Excelência repetisse e que me concedesse o aparte Vossa Excelência tem que ter um pouco de democracia que tanto apregoa. Eu usei a tribuna e lhe dei três vezes o aparte.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu vou conceder os apartes, se der, se não der, concederei amanhã, pois já estou inscrito no Grande Expediente. Aliás, amanhã não, segunda-feira.

O Sr. Dirceu Manfrinato Vossa Excelência no discurso do Deputado Nestor Baptista, fez um discurso paralelo, nem aparte foi.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu gostaria de deixar bem claro o meu último questionamento, quanto à casa do Governador, uma casa com mais de dois mil metros, que tem ...

O Sr. Nestor Baptista - Eu perguntaria a Vossa Excelência se seria melhor o Estado perder a casa ...

O Sr. Algaci Túlio - (Pela Ordem) Este Parlamento ouviu atentamente, e com muito respeito, o Líder do Governo, quando subiu à tribuna e usou a palavra por trinta e tantos minutos. Este mesmo respeito este Parlamento pede em relação do Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Presidência garante a palavra ao Deputado que está na tribuna.

O Sr. Nestor Baptista - E eu solicito um aparte, Senhor Deputado.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu só vou concluir e depois concederei o aparte, pela ordem aos que solicitaram. (Sem revisão do orador)

O Sr. Nestor Baptista - Pois é, mas Vossa Excelência faz uma acusação e desconhece a acusação que faz, esta casa foi dada...

O Sr. Valderi Mendes Vilela - (Pela Ordem)

Eu gostaria que Vossa Excelência descontasse o tempo em que o nobre Deputado Pedro Tonelli foi importunado, no seu pronunciamento, para que ele concluísse o seu raciocínio, uma vez que ele foi impedido de transmitir a esta Casa o seu pronunciamento da forma com que começou.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa agradece e já concedeu o tempo para o Deputado Pedro Tonelli concluir o seu pensamento.

O tempo está esgotado.

No Horário das Lideranças, a Mesa concede a palavra ao Senhor Deputado Lindolfo Júnior, no Horário do PFL, por oito minutos e meio.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Deputados, Deputadas, comunidade universitária.

Eu gostaria, Senhor Presidente, em nome da Liderança do Partido da Frente Liberal, de começar o nosso pronunciamento, pedindo para que se registre nos Anais desta Casa, os dizeres de uma das faixas aqui colocadas: "Os Governos passam, a Universidade fica". O que nós queremos, Senhor Presidente, contando com o bom senso dos Senhores Deputados Estaduais, neste momento histórico em que vive a população brasileira, que enfrenta as agruras, as dificuldades que aí estão. Mas, quando leio aquela faixa com os dizeres "Os Governos passam, a Universidade fica", concluo que precisamos, acima de tudo, traçar o nosso discurso norteado pelo bom senso, pela sinceridade, apregoadas pelo governador Álvaro Dias durante a campanha eleitoral.

Ele, que durante a campanha dizia e todos nós sabemos das bandeiras tremuladas pelo governador em prol do ensino, do professorado, aqui mesmo desta tribuna, e na tribuna da Câmara Federal, quando assumiu a Presidência do D.C.E. em Londrina -, e lá, naquela oportunidade, nas suas palavras e no seu discurso, se manifestava, se posicionava o então candidato Álvaro Dias ao lado do ensino público e gratuito, e da autonomia das universidades. E essa autonomia Senhores Deputados, ela transcende esse parlamento, assim como os governos de Ney Braga, de Hosken de Novaes, de José Richa e de Álvaro Dias.

A Universidade é o universo de pensamentos, de aprendizado, e ela precisa ser valorizada. Neste sentido, e mormente agora, é necessário que o Partido da Frente



Liberal se posicione ao lado dos universitários. Os professores não estão querendo aumento de salário, Senhores Deputados. Porque não são os professores que lotam essas galerias da Assembléia Legislativa. Aqui estão alunos, alunos que, como Lindolfo Júnior, na Universidade Estadual de Maringá, passou pelo curso de Letras e depois pelo curso de Direito, Universidade esta que, neste momento histórico, participa conosco das discussões na Mesa Redonda promovida por esta Assembléia Legislativa, na qual os deputados de todos os partidos foram unânimes em afirmar, inclusive com a participação do Líder da bancada do PMDB, Deputado Caíto Quintana, que naquela oportunidade se mostrou favoravelmente à autonomia das Universidades e até destacou a sua importância, acrescentando que precisávamos aprofundar ainda mais o nosso diálogo com os Reitores da Universidade de Ponta Grossa, o professor João; professor Fernando Ponte, Reitor da Universidade Estadual de Maringá; e o Reitor Jorge, da Universidade de Londrina.

Todos estavam aqui, todos discutiram ao lado dos Secretários de Estado - Secretário Francisco Borjado Magalhães, ao lado do Secretário Belmiro Valverde, Secretário Ascêncio Ferreira, e outras lideranças do Governo, e todos foram unânimes em afirmar que a autonomia deve ser mantida para as universidades estaduais.

O Sr. Domingos Scarpellini - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Gostaria de conceder, com muito prazer, porque tenho certeza que o aparte de Vossa Excelência só vai enriquecer o nosso pronunciamento, o nosso posicionamento, o nosso pensamento, Deputado Domingos Scarpellini.

O Sr. Domingos Scarpellini - Deputado Lindolfo Júnior, Vossa Excelência fala em nome do Partido da Frente Liberal. Não queremos dizer que Vossa Excelência esteja comprometido com a velha República, porque ainda é um jovem Parlamentar e não tem ...

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Não temos compromisso com o passado, Senhor Deputado.

O Sr. Domingos Scarpellini ... não tem vícios com a estrutura que, muitas vezes, o seu partido herdou. Mas, já que Vossa Excelência está cobrando do Governo do Estado, eu gostaria de cobrar de Vossa Excelência a sua interferência junto ao Ministro da Educação, que é da Frente Liberal, na Aliança Democrática, para que resolva a crise da Universidade Federal do Paraná, onde os alunos estão prestes a perder o ano letivo. E, no entanto, o Mi-

nistro que é da Frente Liberal, até agora está insensível aos reclamos dos estudantes, dos professores, insensível ao ensino superior.

Nós estamos vendo, se despejar sobre o PMDB e sobre o Governo Álvaro Dias, que está com trinta e poucos dias, toda a carga e todo o depósito do entulho autoritário debitado ao nosso Governo e nós precisamos ...

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Domingos Scarpellini, e gostaria de acrescentar ainda mais, para enriquecer o aparte de Vossa Excelência, que, infelizmente, o País não vai bem porque o nosso Partido não tem as rédeas da área econômica.

(Discussões paralelas).

Saiba Vossa Excelência que nós temos compromissos com o passado e que, na campanha das "DIRETAS JÁ", este Deputado, então Vereador em Maringá, foi para o palanque das "DIRETAS", o palanque do PMDB; foi admoestado pelo meu Partido, o PDS, mas, não me curvei ante à cúpula do meu Partido de então, o PDS.

(Discussões paralelas).

(Soam os tímpanos)

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Esta Presidência lamenta, mas o tempo de Vossa Excelência está esgotado. No entanto, concede, trinta segundos para o seu encerramento.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, apenas para encerrar, gostaria de dizer que nós acreditamos no Governador Álvaro Dias. Ele é um homem sensível aos reclamos do professorado, dos universitários; um homem que, durante estes trinta dias, vem tentando acertar e tem acertado no Governo do Estado.

Não vamos radicalizar!

O nosso Partido não fará uma Oposição festiva como aquela feita no passado! Faremos uma Oposição responsável e construtiva!

E ao encerrar o nosso pronunciamento, Deputado Ferrari Júnior, Vossa Excelência que também representa a nossa região, quero dizer que a comissão definiu pela autonomia das universidades, e o PFL votará ao lado, tenho certeza, do PL, do PMDB, do PDT, do PT, a autonomia não para os professores, não para aumento de salários, mas, para o ensino público e gratuito para os estudantes!

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Ainda no Horário das Lideranças, consultamos a Liderança do PDS, se fará uso do seu

tempo.

(Pausa)

Ausente, consultamos à Liderança do PL. Falará o Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras, Senhores Deputados.

A representação do Partido Liberal deseja, inicialmente, cumprimentar o Presidente desta Casa, Deputado Antônio Annibelli, pela sua notável participação na reunião de Presidentes de Assembleias Legislativas, realizada no Estado de Minas Gerais, que resultou no "Compromisso de Ouro Preto", importante documento nesta fase em que são traçados os rumos da Nação Brasileira.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estarece a todos nós, a passividade com que se vem tratando a questão das greves no campo de ensino, movimentos legítimos, baseados numa gama de reivindicações que precisam ser cobradas com segurança e imediatas. As greves no ensino federal, estadual ou municipal estão sendo empurradas pelas autoridades, na esperança de que o tempo se encarregue de esvair o ânimo consciente de uma classe esclarecida.

É inadmissível que o diálogo seja esquecido, que se torne estanque, que seja minimizado, prejudicando soluções que poderiam já ter acontecido.

No âmbito municipal, em Curitiba, uma greve de professores arrasta-se sem perspectiva de solução, já que o Município alega falta de condições no atendimento às justas reivindicações. Inclusive, busca transferir à área federal ou estadual uma competência que é sua e que não soube administrar. No plano estadual, o movimento que reivindica o fim de uma discussão acadêmica onde o jogo de palavras quer acabar com uma conquista legítima do ensino superior, que é a autonomia das nossas universidades estaduais. No plano federal, os prejuízos de uma greve de quase um mês, cujos reflexos se fazem sentir não apenas para os professores universitários, mas para os alunos e a comunidade em geral.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, em outros tempos certamente o PMDB estaria à frente dos movimentos grevistas e reivindicatórios, gritando a necessidade de que os governantes não fizessem ouvidos moucos às justas aspirações do ensino. Hoje, a situação mudou, empurram, ou rolam uma crise social que se alastra em todas as classes, e que atingiu o ensino. E como chegamos a uma situação deste tipo? Sem dúvida, é hora de repensar este País.

Estamos observando que a questão da educação deste País está sendo vista como

despesa, quando deveria ser olhada como investimento.

É preciso, mais do que nunca, que os Governos, tanto federal, estadual ou municipal, entendam nesta mensagem neoliberal, a importância do investimento no ser humano. Professor atendido com justiça é mestre na acepção da palavra. Ninguém quer privilégio, quer justiça; ninguém quer favores, quer a realidade.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos trazendo a esta tribuna, a palavra de solidariedade do Partido Liberal aos movimentos de professores, seja no âmbito municipal de Curitiba, ou de outros municípios, estadual ou federal. A questão da educação é de primordial importância como base para o futuro deste País. Por isso, enquanto olharmos as questões de ensino com o desprezo de nossos Governantes, constatado em diversos atos, jamais poderemos entregar às futuras gerações um País em desenvolvimento, em todos os sentidos.

Esta tese, aliás, já a defendia nos manifestos, passeatas e manifestações diversas, portando faixas com mensagens semelhantes às que estamos vendo nesta manhã nas galerias deste Plenário, nos idos anos de 1966 e 1967, quando exercemos, ao tempo em que Álvaro Dias estava como Presidente do Diretório Acadêmico de Londrina, as funções de Vice-Presidente de Assuntos do Interior, e posteriormente de Presidente do Conselho de Representantes da União Paranaense de Estudantes. Portanto, não estamos entrando agora nesta questão. Realmente, ela é antiga, mas, é preciso que aqueles que ontem defendiam estas teses, continuem a defendê-las e a praticá-las, o que é mais importante.

De modo especial, quero manifestar o pleno apoio e solidariedade aos termos da Carta Aberta à População", lançada pela Universidade de Maringá, na qual se retrata fielmente, o panorama de uma situação que todos nós devemos defender de forma permanente.

Reiteramos, assim, o que manifestamos há alguns dias em solidariedade à Universidade de Londrina, estendendo, hoje, esta mesma solidariedade à Universidade de Maringá, e às outras Universidades do Paraná. Estamos certos de que desta tribuna, estaremos a postos, juntamente com outros Parlamentares, para transmitir as justas reivindicações, e levantar a nossa voz diante do descaso que está sendo verificado no tocante à educação neste País, onde, repetimos, o ensino não deve ser olhado como despesa, mas, como um importantíssimo investimento.

Concedo o aparte ao eminente companheiro que me solicitou.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Esta

Presidência lamenta, mas, o tempo de Vossa Excelência está esgotado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Solicito trinta segundos para o aparte do nobre Deputado Algaci Túlio.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Vossa Excelência tem trinta segundos.

O Sr. Algaci Túlio - Queria cumprimentá-lo, pela profundidade do seu discurso, analisando o tema da educação, por demais importante.

Nos palanques do PMDB, sempre foi mencionada como sendo prioridade, no entanto, hoje, nós assistimos esse problema todo, com a área municipal paralisada há, vinte e um dias, pela insensibilidade do Governo municipal, do Prefeito Roberto Requião de Melo e Silva; e a exemplo disso estão aí as Universidades paradas, em consequência da má política administrativa do PMDB.

Parabéns, Deputado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - No Horário da Liderança, consultamos à Liderança do PDT, se fará uso do seu tempo.

O Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, tem a palavra.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, demais integrantes desta Casa de Leis.

Voltar ao passado, criticar o passado, é o que se ouve muito nesta tribuna, quando sobem a ela, Deputados que hoje pertencem aos demais Partidos de Oposição.

Mas, voltar ao passado, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é ver a galeria cheia de pessoas e alunos pedindo a retirada do decreto que retira a autonomia das universidades do Paraná. Muito bem dito, o que se vê por aí, é a verdadeira volta ao passado, não tão distante, situação que, temos a grata satisfação de dizê-lo nunca merecer e nosso apoio.

Senhores Deputados, para que alguém não faça alegações referindo-se ao passado, ressaltando de forma veemente, o que disse o Deputado Lindolfo Júnior. Não se discute mais o passado nesta Casa, se discute apenas o presente. Os Deputados eleitos pelo Partido da Frente Liberal não tem herança do PDS, como nós mesmos tivemos do PDS. O primeiro partido pelo que disputamos as eleições, foi o PDT, porque nunca ocupamos quaisquer cargos públicos no passado.

Mas, voltar ao passado, é o que nós vemos hoje aqui, na Assembléia Legislativa, é os alunos reivindicando os direitos de suas escolas; voltar ao passado, é ver um Deputado do PMDB subir à Tribuna e di-

zer que o governador do Estado mandou um projeto, uma mensagem de lei, extinguindo oito mil cargos, economizando vinte milhões de cruzados para o Estado.

E não sei quem está errado, eu não sei quem é que mente, quem é que falta com a verdade, porque na Mensagem n. 32/87, essa mesma da Reforma Administrativa, diz que estes cargos que seriam extintos, oportunamente por lei, a ser aprovada por esta Casa, não estavam sendo ocupados pelo Governo, e isto está dito com toda a clareza.

Ainda, com intuito de desburocratizar a máquina administrativa, economizar o dinheiro público, tão logo sejam ultimados estudos por mim já determinados para a constatação de sua global necessidade de manutenção, proposta de extinção de milhares de cargos do quadro geral do Poder Executivo, no momento, não preenchidos, Senhores Deputados. E hoje, um Deputado do PMDB sobe à Tribuna para dizer que o Estado vai economizar vinte milhões de cruzados por mês, extinguindo cargos que não estavam sendo ocupados. Ora isto é balela. Com isso não existe economia para o Estado, eles não estavam sendo preenchidos...

O Sr. Cândido Bastos - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Darei o aparte oportunamente.

O Sr. Cândido Bastos - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Darei o aparte, eu quero concluir. Senhor Presidente, peço que me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Com a palavra o orador que se encontra na tribuna. A concessão de apartes, depende única e exclusivamente do orador. (Vozes sobrepostas).

Vossa Excelência poderá inscrever-se de acordo com o Regimento Interno, em Explicações Pessoais.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Darei o aparte, sou democrático.

Outro detalhe, Senhores Deputados. O Líder do Governo subiu à tribuna para dizer que nesta Casa se discutem os projetos de lei. Eu pedi vistas, na Comissão de Justiça, para analisar a Mensagem n. 32/87. O que aconteceu? Foi-me negado pelo seu Presidente, usando um artifício de um outro artigo do Regimento Interno caros Deputados, aqui não se discute, senão, como entender que foi apresentada uma Emenda do Deputado Cândido Bastos, na hora sequer chegar às mãos dos membros da Co-

missão.

Entrei com recurso na Executiva.

O Sr. Cândido Bastos - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Darei o aparte, eu tenho tempo ainda.

O Sr. Nestor Baptista - Eu também solicito um aparte a Vossa Excelência.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Pois não, Deputado, se eu não der o aparte, cobrem de mim pela ordem.

Eu disse que não recebi às vistas, e o artigo 60 do Regimento Interno é muito claro nisso: "Consultados os demais Deputados, todos os projetos em Regime de Urgência são dadas vistas por 48 horas aos Deputados que assim requererem".

Por isso, a minha manifestação em plenário. Não pude, na oportunidade em que a Emenda passou pela Comissão, examiná-la, porque o Projeto eu já havia examinado.

Senhores, por isso é que eu condeno quando se sobe à tribuna para criticar o passado. Nós temos compromisso com o presente. O PDT, o PMDB, todos os Partidos que integram esta Casa não foram eleitos pelos votos de 1982 para trás. Eles foram eleitos com os votos de 1986.

Então, companheiros Deputados, é hora de se dizer: basta com as intrigas que se formam nesta Casa com os Deputados eleitos que pertenceram aos outros Partidos, porque desta forma nem Sarney poderia governar o Brasil.

O Sr. Domingos Scarpellini - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, a questão de que nem o Presidente Sarney poderia governar o Brasil, é uma questão muito relativa do ponto de vista partidário. É evidente que é um homem que pertence hoje ao PMDB, com as ressalvas e as desconfianças daqueles peemedebistas que sempre lutaram pela implantação de um regime democrático.

O SR. VALDERI VILELA - Como sei que Vossa Excelência lutou; eu o conheço.

O Sr. Domingos Scarpellini - Eu gostaria de dizer a Vossa Excelência que nós temos que abrir sempre uma janela ao passado, porque se nós tivemos um Brasil que durante vinte e um anos viveu em um regime autoritário, com estudantes que eram "suicidados" pela Ditadura; se nós tivemos um Brasil que teve o Decreto-Lei n. 477; um Brasil onde a Universidade realmente perdeu a sua autonomia científica, a sua autonomia na área da pesquisa, onde milhares

de professores brasileiros tiveram que se exilar no Chile de Salvador Allende, tiveram que buscar asilo em embaixadas e depois se mudaram e se transferiram deste País...

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa lamenta, mas o tempo de Vossa Excelência está esgotado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, eu vou me inscrever em Explicações Pessoais...

O Sr. Domingos Scarpellini - Mais um segundo para concluir: nós temos que olhar para o passado para não deixar se repetir no futuro aquilo que aconteceu.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, eu gostaria de me inscrever em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa defere.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - E pediria um minuto a Vossa Excelência para dar o aparte ao Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Lamentamos, mas a prorrogação do tempo não é permitida para aparte. Vossa Excelência usará da palavra em Explicações Pessoais.

Consultamos à Liderança do PTB se fará uso do seu Horário. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apesar das manifestações de otimismo, expressadas aqui pelos nobres Deputados Líder do Governo e da Bancada Majoritária nesta Casa, com relação às declarações do Ministro dos Transportes de que a Ferrovia da Produção será iniciada ainda neste ano, nós não acreditamos, Senhor Presidente.

Não acreditamos porque esse Governo é um Governo de enganação a partir do Plano Cruzado I que trouxe a todas as Assembleias Legislativas e aos Executivos Estaduais os homens do PMDB. E eles falam no passado, mas o passado é recente, é 21 de fevereiro de 1986, quando começou a enganação contra o povo brasileiro.

E quando o Ministro Reinaldo Tavares vem ao Paraná e diz que a Ferrovia da Produção será iniciada este ano, o Presidente Sarney determinou que a 1. de junho se inicie a Ferrovia Norte-Sul, que interligará o Norte e o Nordeste aos sistemas ferroviários do Centro e do Sul, ao custo de 2 bilhões e 400 milhões de dólares.

Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados:

(Pausa a ler):

"O Paraná é por tradição um Estado que não briga. As nossas reivindicações de um melhor tratamento na distribuição de recursos repassados pela União têm sido quase mendicantes.

Dizem os analistas da nossa política que essa postura tímida do Paraná reflete uma falta de identidade regionalista - como a gaúcha, mineira, paulista, carioca, nordestina - que soma todas as pessoas e todas os políticos em torno das grandes causas.

Somos o "Paraná de Todas as Gentes" - o que fica muito bem nos festivais de folclore, mas não funciona na disputa dos recursos nacionais injustamente enfiados pela União.

O Paraná só pede; quando preterido, cala.

Rivaliza com outros Estados num jogo onde quem pode mais, chora menos. Como não briga, não exige nem impõe, fica apregoando sua contribuição importante para a economia nacional, choramingando a ausência de qualquer equidade na redistribuição da riqueza que ajudou a criar.

Quem pede não ganha, quem chora apanha.

É assim que o Paraná vem sendo tratado: como Estado choramingas, nas suas grandes reivindicações. Quando recebe é benesse, não pela força de exigência que teria plenas condições de exercer.

Vemos hoje um enorme preterição que volta a se repetir.

Assistimos nesta Casa a um pronunciamento novamente delicado e composto, do Partido do Governo. O nobre Deputado Caíto Quintana, falando sobre a "Ferrovia da Produção", disse muito sobre a importância da obra. Mas não reclamou do mais importante. Que ela está ameaçada novamente, apesar de incluída no Plano de Viação Nacional como obra de primeira prioridade porque o Presidente da República, num corracional arroubo bairrista, decretou que se façam três ferrovias no Nordeste, capricho poético que enterrará dinheiro deste País pobre em obras inúteis.

Apenas uma voz levantou-se com energia, quando o Senador Afonso Camargo Netto prometeu que irá até o Judiciário para anular o decreto presidencial. Acha que o Presidente não pode, como déspota baixando ato imperial, contrariar por decreto a decisão do Congresso que estabeleceu o Plano de Viação Nacional.

No Brasil o Presidente tudo pode, o que leva a acreditar que pode de tudo. Mesmo o que lesa a Pátria, como despedir recursos públicos de um povo pobre, numa ferrovia ligando Goiás ao Maranhão - um caminho de desbravamento - quando as regiões produtivas do País se ressentem de

transportes mais baratos.

Não há cargas onde o Presidente quer os trilhos. Será mais uma rota deficitária, pedindo largos anos de investimento inútil até que as regiões beneficiadas se desenvolvam.

"Ferrovia do Coco Verde" - foi como a vimos chamada pela imprensa, embarcando a fruta numa ponta, para adoçar o uisque brasiliense, e brasilienses na outra ponta, para encantar o turismo maranhense.

Tudo ao preço módico de dois e meio bilhões de dólares.

O Paraná já foi preterido na realização de sua ferrovia leste-oeste. O Brasil foi preterido, porque é, sem dúvida, a única obra ferroviária de importância crucial para a economia do País.

A obra já foi chamada de "Ferrovia da Soja" e foi proposta ao Governo Figueiredo. Ficou relegada às gavetas em favor da Ferrovia do Aço, por influência mineira do então vice-Presidente Aureliano Chaves. E assim fez-se um sorvedouro de recursos nacionais que, mesmo se funcionasse, levaria séculos para cobrir seu próprio custo.

Coisas do Brasil. É o capricho de vaidades, o humor emocionado do governante, que direciona os investimentos com dinheiro público.

Senhores Deputados:

Estamos diante de uma causa que não é paranista. Envolve patriotismo. A Ferrovia da Produção barateia em um sexto o transporte das safras da maior região produtora do País. Integra a nova fronteira agrícola - Mato Grosso do Sul - no sistema de exportação de Paranaguá. Oferece competitividade aos produtos brasileiros no exterior, o que hoje eles não têm exatamente pelo alto custo de transporte que levam embutido.

Não basta falar dos interesses do Paraná envolvidos e preteridos; é preciso dizer que é o Brasil que se defronta com um erro administrativo.

É pouco que um homem só grite, voz solitária a confirmar pela exceção que a regra do Paraná é aceitar tudo calado.

As lideranças políticas devem se unir num protesto. É novidade, mas vamos tentar.

Propomos à Casa, portanto, que este protesto seja transformado em moção oficial da Casa, a ser encaminhada aos membros das Bancadas político-partidária - do Paraná na Câmara e no Senado, para que somem também à luta que o Senador Affonso Camargo Netto promete deflagrar.

Oficie-se também ao Governador do Estado, dando-lhe conhecimento de nossas palavras, como manifestação de incentivo para que empunhe com vigor a tarefa de dar ao Paraná uma postura briosa e exigente quando os interesses locais comungam com

os interesses brasileiros.

Finalmente, requeremos que cópias das moções e deste pronunciamento sejam encaminhadas ao Presidente da República e ao Ministro dos Transportes, para que percebam o absurdo do sentimentalismo sobrepor-se ao dever de bem administrar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Antônio Belinati, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados para representarem o PDT nas Comissões de Acompanhamento e Fiscalização do Empréstimo para as Obras da Usina de Salto Segredo e de Emendas à Constituição Estadual. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Basílio Zanusso, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados para integrarem as Comissões Especiais com o objetivo de discutir, elaborar e apresentar sugestões de matérias constitucionais e para acompanhar a aplicação de recursos provenientes de operação de crédito a serem contrados pela COPEL. À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria que Vossa Excelência se me permitir, falasse mais direcional no microfone para que nós pudéssemos ouvir, pois eu não estou conseguindo entender nada do que Vossa Excelência está dizendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados como membros da Comissão Parlamentar Especial, para estudo da situação municipal e racionalização administrativa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 040/87, autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.37/87), dispondo que, no período de 01/05/87 a 31/12/88, os atos e documentos ativos à identidade civil de pessoas com mais de dezessete anos, ficam isentos

da Taxa de Segurança de que tratam as Leis n. 7257, de 30/11/79 e 7812, de 12/12/83. Sem Pareceres. EM REGIME DE URGÊNCIA. -

#### PROJETO DE LEI N. 040/87 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.<sup>o</sup> - Os atos e documentos relativos à identidade civil das pessoas com mais de 17 anos, ficam, no período compreendido entre 01 de maio de 1987 e 31 de dezembro de 1988, isentos da Taxa de Segurança de que tratam as Leis n. 7257, de 30 de novembro de 1979 e 7812, de 29 de dezembro de 1983.

Art. 2.<sup>o</sup> - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) PODER EXECUTIVO.

Para relatar, quanto ao aspecto constitucional, com a palavra o Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, na Comissão Geral da Assembléia, se me permite a benevolência de Vossa Excelência, para colocar os dois projetos constantes da Ordem do Dia de hoje, votam nesta sessão apenas quanto ao seu aspecto constitucional, razão pela qual nenhuma Emenda será apreciada, no dia de hoje, dos referidos projetos, e com respeito ao Parecer do Projeto de Lei n. 40/87, oriundo da Mensagem Governamental n. 37/87, o presente Plano de Lei dispõe que no período de 01/05/87 a 31/12/88, os atos e documentos relativos à identidade civil de pessoas com mais de dezessete anos, ficam isentos da Taxa de Segurança de que tratam as Leis n. 7257, de 30/11/79 e 7812, de 29/12/83.

De acordo com o artigo 47, inciso I, da Constituição Estadual, a competência para a iniciação do processo legislativo das leis que dispõem sobre tal matéria, compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo.

Nestas condições, o nosso Parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o Parecer.

Sala das Sessões,  
Caíto Quintana, Relator.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Em discussão o Parecer. Em votação. APROVADO.

Para falar quanto ao aspecto financeiro da matéria, com a palavra o Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.



O Parecer da Comissão de Finanças, com relação à matéria, é baseado no seguinte teor (Lê):

"PARECER  
COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N. 040/87

PARECER:

O presente Plano de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n. 37/87, dispõe que, no período de 01/05/87 a 31/12/88, os atos e documentos relativos à identidade civil de pessoas com mais de dezessete anos, ficam isentos da Taxa de Segurança de que tratam as Leis n. 7.257, de 30/11/79 e 7.821, de 29/12/83.

A medida proposta recebeu parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE ao Projeto, já que o mesmo atende aos interesses da administração e da coletividade.

É de fundamental importância a Mensagem que o Governador Álvaro Dias encaminha a essa Casa, visando facilitar ao cidadão carente em especial, a obtenção da sua cidadania, ou seja, a Carteira de Identidade.

Há muitos anos, antes mesmo de envore-darmos para o lado político, já cobrávamos essa posição dos governos passados. Lembro-me até, que pelos idos de 1978 ou 1979, um Parlamentar paranaense levantava esse problema a nível federal, era ele, e hoje Presidente desta Casa, o Deputado Antônio Annibelli, que dava entrada de um projeto visando exatamente solucionar esse mesmo problema.

Nós, no contato diário com a população mais carente, sentimos a dificuldade que tem o povo carente para a obtenção de seus documentos. Principalmente aqueles que são vítimas de ladrões, pois além de terem seus poucos recursos roubados, ainda têm na hora de formular a queixa numa delegacia, de pagar uma determinada taxa que é recolhida para o FUNRESPOL. Quer dizer, além de ter pouco, ainda é roubado e tem que pagar para se queixar na polícia.

Nesse sentido, estou dando entrada nesta Casa, de uma Emenda a esse projeto de lei, visando eliminar essa taxa, pois não podemos entender legal esse procedimento da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Em nosso trabalho como Vereador e agora como Deputado, tenho destinado boa parte da verba de assistência social para este tipo de atendimento. Mandando buscar até mesmo em outros Estados, segunda via de documentos.

Diante disso, entendo, como já disse, de fundamental importância esta Mensagem enviada a esta Casa, que visa dar possibi-

lidade ao cidadão carente, a obtenção de sua cidadania.

Sala das Sessões, em 23.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO  
Relator"

Com relação à Emenda que darei entrada amanhã, aliás, na segunda-feira, nesta Casa, em Segunda Discussão, entendo que esta emenda que tem um conteúdo importante, para que a classe carente mereça dos nobres Parlamentares da Situação, o atendimento favorável, pois ela visa atender exatamente as classes mais carentes eu repito; além do mais, Cz\$ 20,00 que uma pessoa roubada do pouco de sua miséria, não deixará o Governo mais pobre e nem mais rico.

Portanto, eu também encareço aos Parlamentares da Situação que na próxima Discussão, votem favorável à minha emenda.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Em discussão o Parecer proposto pelo Deputado Algaci Túlio.

Encerrada a discussão.

Em votação. APROVADO.

Para falar quanto ao aspecto da segurança, com a palavra o Relator, Presidente desta Comissão de Segurança, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.(Lê):

"COMISSÃO DE SEGURANÇA  
PROJETO DE LEI N. 040/87

PARECER:

Pretende-se através do Plano de Lei em exame, oriundo da Mensagem Governamental n. 37/87, dispor que, no período de 01.05.87 a 31.12.88, os atos e documentos relativos à identidade civil de pessoas com mais de dezessete anos, fiquem isentos da Taxa de Segurança de que tratam as Leis n. 7257, de 30/11/79 e 7812, de 29/12/83.

Examinando-se, através desta Comissão de Segurança o Projeto de Lei no seu mérito, cumpre destacar que a concessão de tal benefício vem de encontro a um dos problemas de grande importância social, pois é imprescindível facilitar o acesso de pessoas carentes aos documentos básicos da cidadania. Deve-se considerar ainda, que a existência de indivíduos carentes e opulentos na sociedade é um fato. As relações do governo com estes, pode verter via solidariedade, via hostilidade ou força; que a força seja dirigida aos opulentos para reequilibrar os desníveis e os atos solidários encontrem a maioria, os mais necessitados, oportunizando facilidade de acesso às chances que a vida social possa oferecer a todos os homens. O momento exige: a concepção e o exercício do poder como função social, para o bem-estar coletivo.

Cumprе salientar, nesta oportunidade,

a importância do Parlamento como legítimo representante e intérprete das aspirações e necessidades da população. Nesta Casa, vem tramitando Projeto de Lei do Sr. Deputado Ezequias Losso, cujo teor é semelhante à propositura em questão.

"Ex positis", nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 23.04.87.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Presidente e Relator"

Passo às mãos da Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Em discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação. Aprovado.

Está em discussão o Projeto de Lei n. 40/87, com Pareceres Favoráveis da Comissão Geral da Assembléia.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para discutir) Sr. Presidente, Sras., Srs. Deputados, alunos, professores, comunidade, de um modo geral.

Discutimos hoje, nesta Casa, a Mensagem n. 32/87, Projeto do Executivo Estadual, Projeto de Lei que aqui é encaminhado e que trata da Reforma Administrativa dos órgãos do Poder Executivo, e que objetiva a racionalização do Serviço Público para, através do melhor funcionamento da máquina da administração, ensejar o aprimoramento das condições sociais e econômicas da gente paranaense, como também, a perfeita integração do Estado ao esforço do desenvolvimento nacional.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Esta Presidência chama a atenção do ilustre Deputado que está na tribuna, e indaga ao mesmo se está discutindo o Projeto de Lei n. 32/87.

O SR. ALGACI TÚLIO - Nobre Presidente, Srs. Parlamentares, eu apenas usei trinta segundos do meu tempo, para fazer exatamente o intróito da matéria. O meu pronunciamento todo está em cima da legalidade da matéria.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Vossa Excelência está discutindo a matéria constante no Projeto de Lei n. 32 ou n. 40?

O SR. ALGACI TÚLIO - O Projeto de Lei n. 40.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Vossa Excelência tem a palavra. Desculpe.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Repito, discute-se hoje, em Primeira Discussão, que, como determina o Regimento Interno em seu artigo 145, versará sobre "a sua constitucionalidade e utilidade", sendo esta discussão global.

Pois bem!

Nos diz Sua Excelência o Sr. Governador, que a urgente necessidade de uma reestruturação e redistribuição de funções no sistema da administração pública do Estado do Paraná, obriga o Poder Público a buscar as melhores formas possíveis de aplicação dos meios e recursos que possam ser mobilizados através de procedimentos adequados.

A organização do Poder Executivo, no sistema de administração pública do Estado do Paraná, presentemente é disciplinada pela Lei n. 6636, de 29.11.74.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A matéria é extensa, tanto o Projeto de Lei ora em discussão - cento e dezesseite artigos - como a Lei n. 6636 com cento e vinte e três artigos.

A matéria é de alta relevância e indagação e como, lamentavelmente, sempre acontece, quando se tratam de projetos desta envergadura, tudo é feito "a toque de caixa", e o tempo que temos para estudar e analisar é muito pouco. Mas, de qualquer forma, mesmo com o pouco tempo que dispomos, procuramos juntos à nossa Assessoria Parlamentar, estudar, analisar e entender o projeto em sua real finalidade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, quando Vossa Excelência anunciou a discussão do Projeto, na verdade este Deputado preocupado com as anotações em sua mesa, entendeu que estava em discussão e eu peço escusas e perdão à platéia, porque, na verdade, entendi que estava já em 1ª Discussão a matéria a respeito da Reforma Administrativa. Por esta razão, peço escusa e já me inscrevo para discutir o Projeto da Reforma Administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, estando o nobre Deputado Algaci Túlio na tribuna e já discorrendo sobre a proposição da Reforma Administrativa, e tendo sido anunciado por Vossa Excelência a matéria constante do item primeiro, eu consulto Vossa Excelência e o Plenário se não é possível a inversão da ordem, já que nós vamos discutir apenas dois projetos que constam da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) Está em votação o Projeto de Lei n. 40/87, e se nenhum outro Deputado for fazer uso da

lavra sobre o mesmo, nós colocaremos em votação e imediatamente iniciaremos a discussão do Projeto de Lei n. 32/87, e estaria com a palavra o senhor Deputado Alga-ci Túlio.

Então, está em votação o Projeto e Lei n. 40/87, item 1, da Ordem do Dia. Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. APROVADO.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 032/87, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM n. 32/87, que dispõe sobre a Reforma Administrativa dos Órgãos do Poder Executivo. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.R.H. com EMENDA DA C.C.J.. Em REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n. 26, de 01.04.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 32/87

PARECER:

O Projeto de Lei n. 32/87, oriundo da Mensagem do Poder Executivo n. 32/87, dispõe sobre a reforma administrativa dos órgãos daquele Poder, com a finalidade de racionalizar o serviço público estadual.

A matéria em análise é disposta sistematicamente em nove títulos, com o primeiro tratando da caracterização básica da administração pública estadual como sistema; o segundo, definindo o Poder Executivo como sistema organizacional; o terceiro, tratando da estrutura organizacional básica do Poder Executivo; o quarto, definindo os âmbitos de atuação dos organismos da administração direta; o quinto, tratando das responsabilidades e atribuições das chefias na administração direta; o sexto abordando a definição dos sistemas estruturantes; o sétimo, definindo as bases da ação administrativa; o oitavo, abordando os aspectos básicos de organização e funcionamento das entidades da administração indireta, e o último, cuidando das disposições transitórias.

No Título I - São definidos as metas e objetivos da administração nos campos social, econômico e institucional, com os primeiros artigos caracterizando estes pontos, e o último indicando a obrigatoriedade de aplicação desta Lei como base de planejamento e como modelo de execução.

No Título II - Trata-se da bipartição da administração pública, define-se, hierarquicamente, seus executores e auxiliares; explicita-se as funções concernentes à classificação dos prestadores do serviço público da administração direta, separando-os em: unidades de assessoramento, Secretarias de Estado de natureza instrumental e substantivas, e órgãos de regime especial; é procedido um detalhamento a respeito da autonomia relativa dos órgãos de regime especial, bem como à limitação

da proliferação de tais entidades; por fim, define-se quais os órgãos da administração indireta, bem como sua vinculação à administração direta.

No Título III - enumera-se os órgãos prestadores de serviços públicos a nível básico, além de definir-se suas funções precípuas; explicita-se a estrutura das Secretarias de Estado e enumera-se também quais as unidades do Poder Executivo a nível básico, contendo ainda disposições finais sobre a estrutura básica das Secretarias de Estado, com a definição hierarquizada das instâncias administrativas. Ainda neste título, implementa-se uma modificação importante, transformando a autorização para criação de Secretarias Extraordinárias em autorização para nomeação de Secretários Especiais, com uma enumeração detalhada dos critérios de nomeação, que possibilita uma melhor compreensão de sua forma; finalmente, estabelece-se que decretos do Governador criarão as diversas unidades integrantes das estruturas básicas citadas no art. 11.

No Título IV - Ao definir-se os âmbitos de atuação dos referidos órgãos, define-se também as unidades estruturais que integram estes órgãos, conforme já dispunha a Lei n. 6636/74.

No Título V - Ao tratar-se das responsabilidades e atribuições das chefias na administração direta, define-se quais as fundamentais e as básicas de cada segmento administrativo.

O Título VI - Caracteriza os sistemas estruturantes da administração direta conforme as atividades a serem desenvolvidas, busca alcançar a uniformização necessária, estabelece as formas de funcionamento, definindo objetivos e a forma de atingí-los e, finalmente, cita o programa de racionalização a ser desenvolvido pela SEAD.

O Antepenúltimo Título - Detalha as mudanças das bases de ação administrativa mais pormenorizadamente, e o Título VIII, ao abordar os aspectos básicos da organização e funcionamento dos organismos da administração indireta, estabelece critérios quanto à constituição das entidades, sua vinculação, competência do colegiado diretor e suas funções, bem como a previsão de mecanismos de controle destes organismos.

Quanto ao Título IX, que trata das disposições gerais e transitórias, faz-se necessária uma análise mais acurada, tendo em conta o fato de que nos 22 artigos que o compõem, é que procede-se a disposições de maior vulto.

Nos dois primeiros artigos, em relação à Lei n. 6636/74, não se encontram alterações. O art. 98, além do Chefe da Casa Civil, concede o "status" de Secretário de Estado aos ocupantes dos cargos de Ouvidor

Geral do Estado, Assessor Especial de Governo, Procuradores Gerais da Justiça e do Estado, e aos Secretários Especiais, estabelecendo, ainda, que a nomeação do Ouvidor Geral será procedida mediante "referendum" desta Assembléia.

Os Arts. 99, 100 e 101, não trazem qualquer alteração, havendo no Art. 102, uma solicitação para abertura de créditos adicionais, em obediência ao disposto no Art. 32, da Constituição Estadual, bem como à limitação imposta pela alínea B, do § 3., do referido artigo; também o art. 103 solicita autorização a fim de proceder conversão de Orçamentos Próprios, desvinculando-se tais recursos, fatos estes a serem implementados por decretos regulamentares.

No art. 105, em que são efetuadas transformações e mudanças de denominação em determinadas Secretarias de Estado, pretende-se a autorização para transformação de cargos de provimento em comissão. Os Arts. 106 e 107, dizem respeito à extinção e criação de cargos comissionados, competência privativa do Governador para deflagração de tal processo.

O Art. 108, não trouxe modificações em relação à legislação anterior, e no art. 109, procede-se a extinção de cinco órgãos da Administração, bem como de treze (13) cargos de diretorias, além de modificações nos objetivos, personalidade jurídica e constituição da diretoria do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, adequando-o melhor às funções a serem desempenhadas.

No Art. 110, extingue-se o Departamento Estadual de Estatística e suas atribuições são passadas ao IPARDES; no art. 111, define-se a transferência das responsabilidades dos organismos extintos, que passa aos que assumem a competência das atribuições, e no Art. 112, subordina-se o Conselho Estadual de Defesa do Ambiente à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, autorizando-se o Poder Executivo a adequar sua composição e funcionamento mediante decreto.

O Art. 113, vincula as entidades da administração indireta às Secretarias de Estado, autorizando o Poder Executivo a, mediante decreto, proceder o remanejamento das entidades citadas. O art. 114, enumera quais os órgãos de regime especial, e o art. 115 cria quatro (04) entidades administrativas, define seus objetivos básicos, destina seu patrimônio e receita, sem, no entanto, abordar o aspecto legal das dotações orçamentárias de cada organismo e outros detalhes afins. O parágrafo único deste último artigo cria nove (09) cargos comissionados, para a estrutura dos organismos criados.

Restam aos dois últimos artigos a de-

finição da Secretaria de Estado responsável pela implementação da legislação pretendida, e a revogação da legislação anterior e outras disposições em contrário.

Analizando-se sob o aspecto a que esta Comissão é chamada opinar, temos que a Mensagem obedece aos preceitos dispostos nas alíneas A e B, do § 1.º do Art. 25; no Art. 32, bem como encontra-se dentro das competências definidas pelos incisos I, II, XVI, XVII e XIX, do Art. 47, todos da Constituição do Estado do Paraná.

No entanto, com o intuito de aprimorar a redação do presente diploma legal, evitando-se a dubiedade de interpretação, consideramos necessária a apresentação de Emenda desta Comissão, a qual anexamos a este Parecer, após o que consideramos a matéria dentro dos parâmetros constitucionais, conseqüentemente em condições de ser apreciada, razão pela qual damos nosso Parecer Favorável à sua aprovação, juntamente com a Emenda apresentada.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13.04.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR- Presidente  
CÂNDIDO BASTOS - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N. 32/87

#### P A R E C E R:

O Projeto de Lei em tela, originário da Mensagem Governamental n. 32/87, visa a racionalização dos serviços administrativos do Estado, através da reforma administrativa que propõe.

Tal reforma, para alcançar os objetivos almejados, implica na extinção, modificação e criação de alguns cargos e órgãos do Poder Executivo.

Quanto à nova situação organizacional proposta, não nos cabe contestar, pelo contrário, nos parece meritória, uma vez que o Governo, ao propô-la, visou a obtenção de maior eficiência administrativa a custos compatíveis com a atual situação financeira do Estado.

Análise financeira mais acurada, no âmbito desta Comissão, caberia no aspecto atinente à criação de novos cargos e novos órgãos, porém, da justificativa aposta à Mensagem, depreende-se que o que for criado será limitado ao estritamente necessário ao funcionamento eficiente do sistema da Administração Pública, ressaltando-se que o custo de tais criações será plenamente compensado com as extinções ora propostas.

"Portanto, o custo do funcionamento do sistema como um todo sofrerá, com essas medidas, expressiva diminuição".

Quanto ao aspecto financeiro, portanto, essa Comissão é de parecer FAVORÁVEL, opinando pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 15.04.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente  
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS  
PROJETO DE LEI N. 32/87

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, originário da Mensagem Governamental n. 32/87, tem por escopo o reordenamento das funções da administração do Estado, através da reforma administrativa que propõe.

A proposta encontra-se devidamente embasada em fundamentos técnicos, como denota-se da justificativa aposta à mesma.

Parece-nos meritória quanto à essência e a mais oportuna quanto ao momento, pois visa a racionalização dos serviços administrativos do Estado e a sua conseqüente desburocratização. Meta que deve ser considerada, também, é a que se refere à busca de "maior eficiência da máquina administrativa, a custos compatíveis com a atual situação econômica do Estado. Em síntese, visa a otimização de resultados com os mínimos custos possíveis.

Para a consecução de tais objetivos torna-se imperioso a criação, extinção e modificação de alguns órgãos públicos.

Os que deverão ser criados, o serão para dar suprimento a serviços de profundo interesse do Estado e da sociedade.

Os órgãos que serão extintos, o serão por duplicidade de funções, com as de outros já existentes ou a serem criados.

Quanto ao aspecto dos recursos humanos dos órgãos a serem extintos, ou seja, sobre o aproveitamento dos seus funcionários, a douta Comissão de Constituição e Justiça, ao proceder a sua análise, demonstrou a mesma preocupação, apresentando Emenda ao Projeto de Lei, objetivando corrigir as omissões contidas na mensagem original.

No âmbito desta Comissão, não encontramos óbices quanto à sua aprovação.

Somos, portanto, de Parecer Favorável. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 14.04.87.

(aa) NELSON VASCONCELLOS - Presidente  
CÂNDIDO BASTOS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA

Ao Projeto de Lei n.32/87

Art.1.º - Os incisos I, II, III e IV do Art.115, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.115 - .....

I - Departamento Estadual de Construção, Obras e Manutenção - DECOM, autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Administração, com as finalidades e atribui-

ções definidas no respectivo regulamento, assumindo o patrimônio, receita e pessoal da extinta Empresa de Obras Públicas do Paraná;

II - Fundação de Esportes do Paraná, com finalidades e objetivos voltados à assistência ao esporte amador, vinculada ao Secretário de Estado que atue nessa área, em conformidade com os respectivos estatutos aprovados por decreto do chefe do Poder Executivo, com a receita definida na forma do art.2.º, da Lei n.8.197, de 13 dezembro de 1985, no que couber;

III - Fundação Rádio e Televisão do Paraná, vinculada à Secretaria de Estado da Comunicação Social, com as finalidades e objetivos definidos nos respectivos estatutos aprovados por decreto, assumindo a receita da extinta Paraná Radiofusão S.A., e a parcela patrimonial do Estado, pela condição de acionista majoritário e, no que couber, as atividades desta e da extinta Rádio Estadual do Paraná.

IV - Fundação de Ação Social do Paraná, vinculada à Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, com finalidades e objetivos definidos nos respectivos estatutos, aprovados por decreto, assumindo a receita, patrimônio e pessoal dos extintos Institutos de Assistência ao Menor e Fundação de Promoção Social do Paraná - IAM e PROMOPAR, inclusive as participações financeiras atribuídas por lei aos referidos órgãos extintos."

Art.2.º - O art.117, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.117 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei n.6.636, de 29 de novembro de 1974, mantidos os cargos nela criados e revogados a Lei n.8.197, de 13 de dezembro de 1985; o art.6.º, da Lei n.8.468, de 16 de março de 1987, e demais disposições em contrário."

Art.3.º - O art.98, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.98 - O Chefe da Casa Civil, o Ouvidor Geral do Estado, o Assessor Especial de Governo, o Procurador Geral do Estado, o Procurador Geral de Justiça e os Secretários Especiais têm "status", deveres e prerrogativas de Secretários de Estado, bem como ao Chefe da Casa Militar é atribuído o "status" de Secretário de Estado."

Art.4.º - Fica suprimido o § 2.º do art.109.

Sala das Comissões, em 13.04.87

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;  
CÂNDIDO BASTOS - Relator.

Apoiamento: Acir Mezzadri, Nereu Carlos Massignan, Hermas Brandão, Erondy Silveiro, Gernote Kirinus, José Rogério Carvalho, Valderi Mendes Vilela e José Afonso Júnior.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Com a palavra, o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Senhor Presidente, pela compreensão.

Obrigado aos demais Parlamentares, por entenderem a minha pressa até certo ponto, no sentido exatamente de vir a essa tribuna e alertar os Pares com relação a essa Mensagem encaminhada a esta Casa.

Na seqüência, darei aparte aos companheiros. Peço apenas, que me permitam a conclusão do meu pensamento a respeito da matéria; não quero usar uma hora do tempo que me é destinado.

Senhores Deputados. Temos que reconhecer que a conclusão a que chegamos a respeito desta reforma, que como quer e diz o Senhor Governador, objetiva a racionalização do serviço público, para ensejar o aprimoramento das condições sociais e econômicas da gente paranaense, é bem diversa daquela que se quer fazer crer. As mudanças propostas vão permitir que os objetivos propostos na mensagem sejam alcançados. Mas, como iremos verificar, vão permitir que outros objetivos também sejam conquistados. Já de início, queremos afirmar com toda segurança, se aprovamos este Projeto tal como se encontra, estaremos criando a figura do super-Governador, que irá gerenciar o Estado do Paraná sem precisar do auxílio desta Casa.

Exatamente isso, Srs. Deputados; esta Reforma Administrativa tem por objetivo, tem por escopo principal, criar em torno do Governo do Estado, uma super-estrutura que vai permitir a concentração de Poder nas suas mãos, a ponto de ser prescindida a participação deste Poder na condução do Estado.

Sabemos que Vossas Excelências estarão pensando que estamos exagerando. Mas, na verdade não estamos. Vamos ver rapidamente, porque temos certeza de que a maioria desta Casa já estudou o Projeto detidamente, cuidadosamente e, muitos, tenho certeza, pensam também como nós.

Vejam aqui, as modificações, inclusive estão detalhadas, nesta síntese feita pelo gabinete da Procuradoria desta Casa, onde mostra a criação das Secretarias de Estado, as transformações, a Secretaria de Estado do Interior em Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Secretaria de Estado de Saúde e Bem-Estar Social em Secretaria do Estado da Saúde, Secretaria do Estado do Trabalho e de Assuntos Comunitários em Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social; mudam de nomes. Secretaria de Estado da Agricultura, para Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; são modificações que até inicialmente, nada criam com

problemas para esta Casa.

Cria, também, o cargo de Ouvidor Geral, que me parece S.Exa. o Governador, já resolveu acatar a decisão da maioria da Bancada do PMDB, que evidentemente passará a ser criada uma outra simbologia, para este cargo. Têm os cargos de provimentos em Comissões, que são extintos, e eu me alongaria demais aqui, em repetir o que já está dentro da Mensagem.

Mas, antes de entrar neste tópico, queremos nos reportar as folhas 10 do Processo; vejam aqui, e vamos comparar com a atual Legislação Organizacional do Estado.

Atualmente, a Governadoria é composta de quatro setores: Casa Civil, Secretaria Particular do Governador, Casa Militar, e Coordenação do Desenvolvimento do Estado. E hoje, como é que vai ficar esta Governadoria, passa a ser integrada, por nada menos que onze órgãos, e eu vou aqui lê-los: Governadoria do Estado, Casa Civil, Casa Militar, Gabinete do Governador, Ouvidoria Geral do Estado, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Assessor Especial do Governador, Procuradoria Geral do Estado, Procuradoria Geral da Justiça, Secretaria de Estado e do Planejamento, Coordenação Geral, Secretaria de Estado e Comunicação Social, e Secretários especiais. O último item, 1.11, Secretários especiais.

E hoje, o que vai ficar na Governadoria?

Onze órgãos vão compor a Governadoria.

Vamos voltar, Srs. Deputados, ao informativo da Casa, nos itens, cargos de Provimento em comissões criadas; na Governadoria seis cargos de Secretário de Estado Especial, um cargo de assessor especial de Governo, um cargo de Ouvidor Geral de Estado, um cargo de Chefe de Gabinete, do Governador, na Casa Civil, oito cargos de assessor especial Símbolo DAS-2, um cargo de assessor especial, quatorze cargos de assessor especial, um cargo de Secretário Executivo do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, na Procuradoria Geral do Estado, um cargo de Diretor Geral; na Secretaria do Planejamento, aí vem na seqüência de cargos, como também na Secretaria de Estado da Agricultura, Secretaria de Estado da Educação, e outras Secretarias que, também, deixo de mencionar porque, todos os Srs. Parlamentares, evidentemente leram com muita atenção esta Mensagem.

Vejam bem, Srs., dos sessenta e três cargos criados, quarenta e oito cargos foram criados para dentro da Governadoria, e apenas quinze para os demais órgãos, desvinculados da Governadoria. Talvez, os Srs. Deputados do Governo possam nos explicar melhor a razão dessa super concentração de poderes, na Governadoria, porque é bom que se frise, todos os órgãos que



doravante, passarão a integrar a Governadoria, são órgãos de decisão, são órgãos que traçarão as linhas, os rumos pelos quais a administração vai caminhar.

Diversas Secretarias e outros órgãos foram completamente esvaziados, como é o caso da Secretaria da Fazenda e da Secretaria da Saúde, para que o poder fôsse concentrado exatamente na Governadoria, mas pedíamos uma melhor explicação do Deputado e do Governo, porque o Projeto, também é bastante falho; vejamos, sequer possui dentro desta Mensagem, um organograma, para que possamos saber a distribuição dos órgãos, os que ficam, os que mudam e os que são extintos, não existe este organograma.

Por isso, precisamos de uma orientação que não nos foi permitida nas Comissões, porque um projeto desta natureza, deveria passar por todas as Comissões da Casa, afinal envolve matéria pertinente a todas elas, mas as que examinaram, fizeram a toque de caixa. Fizeram, exatamente, a toque de caixa esta análise, o nosso companheiro Deputado Valderi Mendes Vilela, da Bancada do PDT, lutou na Comissão de Constituição e Justiça, lutou com unhas e dentes, e com todas as forças possíveis, para ter vista a este processo e não conseguiu. A força da maioria, tira os direitos da minoria, como se fazia nos tempos da ditadura, se faz hoje também; não tivemos o direito de vista a este processo, através de um membro do nosso Partido, compondo a Comissão de Constituição e Justiça.

Fazer o que? Srs. Deputados, quando não temos reconhecido o nosso direito de lutar por uma lei justa, coerente e decente.

O Sr. Caíto Quintana - V. Exa. me permite um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Na sequência, nobre Deputado Caíto Quintana.

Senhores Deputados, o tempo para discutirmos tão importante matéria, é pouco e teremos que passar rapidamente pelas partes mais importantes e mais gritantes nesta 1.ª Discussão que versa sobre a legalidade da matéria.

Vamos tirar mais um pouco das poucas atribuições desta Casa, se aprovamos este projeto, como ele veio, como essa Mensagem veio do Governador, nas condições que ela está, esta Assembléia terá a finalidade de dar título de Cidadão Honorário, de dar nome de estradas e dos políticos chegarem aqui na tribuna e fazer os seus discursos e nada mais, e mais adiante vou dizer, porque é que vai acontecer isso.

Senhores Deputados, vejamos o artigo 14 desta Mensagem: O Governador do Estado, mediante decreto, tão condenado pelos ho-

mens hoje da situação, o decreto, o famigerado decreto usado no tempo da ditadura. O Governo do Estado mediante decreto, poderá nomear Secretários Especiais, até o número de seis, com "status" de Secretário de Estado, por prazo determinado, para coordenação da ação do Poder Executivo, em áreas de relevante interesse para o Estado.

No seu parágrafo único diz: "Do decreto de nomeação deverão constar as atribuições do Secretário Especial, a indicação dos órgãos e entidades que passam para sua subordinação ou vinculação e a definição do órgão ou entidade que lhe proporcionará suporte administrativo. A indicação do número de servidores e respectivas funções para apoio direto ao Secretário Especial.

Vejamos bem os Senhores, o famigerado decreto, já de início, faz parte dessa Mensagem do Governador e aliás, ele faz parte por oito ocasiões. Em oito oportunidades essa Mensagem fala no famigerado decreto.

O Sr. Caíto Quintana - V. Exa. me permite um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Na sequência, nobre Deputado.

Senhores Deputados, esse artigo realmente é uma temeridade. Vamos dar permissão para que o Governador, usando um instrumento tão odiado, vilependido, no período da Revolução, o decreto. Os então homens da oposição, hoje do Governo, não pouparam nunca este instrumento do arbítrio, o famoso, famigerado decreto. Pois bem, através do decreto vamos autorizar que o Governo possa nomear super-secretários que desempenharão atribuições especiais, podendo usar a estrutura mais adequada ou politicamente mais indicada com suporte financeiro e servidores inclusive para o apoio direto. E, vejamos que poderão ser nomeados por decreto, seis secretários simultaneamente.

No art. 15 também autorizando Sua Excelência o Governador a legislar por decreto. E o que é que diz o art. 15: "a definição das unidades de nível departamental, integrantes das estruturas básicas constantes deste título, será feito através dos regulamentos das Secretarias de Estado a serem baixados por Decreto do Governador do Estado". O instrumento decreto - repito - dentro desta Mensagem aparece por oito ocasiões.

Pelo que estamos vendo, a grande Reforma Administrativa visa antes de tudo criar uma super concentração de poderes nas mãos do Governador, porque o que muda mesmo é a transferência de atividades, de atribuições e decisões para a Governadoria. No mais, é pura repetição da Lei

atual 6636/74.

Vejam aqui, o que diz o art. 16 da Mensagem: "O âmbito de ação da Casa Civil compreende a administração geral do Palácio e das residências oficiais do Governo; a assistência direta e imediata na sua representação civil; relações públicas com autoridades civis; políticas com a Assembléia Legislativa; recepção, estudo e triagem do expediente encaminhado ao Governador, a transmissão e controle da execução das ordens dela emanadas; o Cerimonial Público, a Coordenação".

Mas ela suprime - vejam aqui - quanto à Casa Civil: tira-se apenas um item que é passado para a competência da super-Secretaria da Comunicação - a articulação da promoção e divulgação das realizações governamentais. Aliás, esta Secretaria e a Casa Civil estão sendo aparelhadas para produzir a imagem do super Governador que será criado se este Projeto for aprovado na sua íntegra. Só a Casa Civil passará a contar com mais vinte e quatro assessores.

Por que, Senhores Deputados? Para que esta super-estrutura na Casa Civil, mas vinte e quatro assessores? Senhores Deputados, eu repito mais uma vez: não há tempo para uma análise que deveria e precisaria ser feita.

Vamos, então, rapidamente caminhar para o final do Projeto. Vejam o que diz o art. 98: "O Chefe da Casa Civil, o Ouvidor Geral do Estado, o Assessor Especial do Governo, o Procurador-Geral do Estado, o Procurador Geral da Justiça e os Secretários Especiais têm "status", deveres e prerrogativas de Secretários de Estado".

Pois bem, Senhores: prima pelo desprestígio ao setor militar do Estado. Por que tiraram o "status" de Secretário do Chefe da Casa Militar? Não consegui entender.

Ninguém quer a volta do regime militar; absolutamente. Mas, não é o caso. Cada um tem que ser respeitado pelo que é. A respeito deste artigo, vamos corrigir com uma Emenda como outros artigos receberão emendas nossas em 2. Discussão.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado, apenas para não roubar seu tempo, entrar em pequenas colocações que V. Exa. faz.

V. Exa. fala sobre o tempo de discussão da matéria, Senhor Deputado Algaci Túlio. O tempo de discussão da matéria inicia a contar para nós Parlamentares - de acordo com o interesse de cada um -, de quando a matéria chega a esta Casa e é dado conhecimento aos Parlamentares. Faz mais de vinte dias que a matéria está na Assembléia.

Quando V. Exa. enfatiza tanto a falta de dada de vistas como se isso gerasse o desconhecimento da matéria por parte de Parlamentares, eu, desnecessariamente, até mostro para V. Exa. - tenho em mãos - o cuidado que a Mesa teve em mandar imprimir na gráfica da Assembléia, quinhentos exemplares da reforma administrativa e distribuir em todos os gabinetes, para que os Parlamentares pudessem estudar como V. Exa. fez. Estudar a reforma administrativa com uma cópia fiel para ser manuseada, durante esses vinte dias. O tempo da Assembléia - é bom que se diga, para aqueles que aqui vieram, não entender que estamos votando apressadamente a matéria. Passou nas Comissões responsáveis, está em 1.ª Discussão em Plenário, será discutido mais uma vez, será admitido emendas, as quais serão discutidas tanto quanto necessário.

Faço essa ressalva apenas como valorização do Executivo, para que não se dê a falsa idéia de que estamos tocando a toque de caixa. Agora, quando V. Exa. se refere dando grande ênfase ao - Decreto do Governador, eu não entendi, Sr. Deputado! V. Exa. dá ênfase do uso do Decreto - porque no artigo 14 diz que o Governador pode nomear até seis Secretários especiais. Ora nobre Deputado, o Governador está pedindo na Mensagem para criar seis Secretários, como é que V. Exa. julga que seriam nomeados seis Secretários? Pelo Senhor, ou pela Assembléia, pela população?

É uma prerrogativa: sempre o Secretário de Estado foi nomeado por decreto do Governador! Não vejo arbítrio nenhum nisso. Os Secretários anteriores foram nomeados por decreto e os futuros também serão. É uma competência do Governador.

Não quero entrar na colocação dos cargos de nível de governadoria que seria muito extenso e iria roubar o tempo de Vossa Excelência - que eu respeito - num belo pronunciamento. Agora, quero colocar para Vossa Excelência, que na verdade, também o "status" de Secretário não muda a não ser a nomenclatura do cargo, o "status" que é dado ao cargo não altera nada, nem aumenta pessoal.

Nós vamos, na sequência, discutir sobre isso, reduzindo pessoal e aproveito a ressalva para dizer-lhe que, por um lado da matéria, realmente faltou a chefia da Casa Militar, o "status" corrigido já na C.C.J. e faz parte da Mensagem que está aqui para ser aprovada.

Eu agradeço o seu aparte.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado Senhor Deputado Caíto Quintana.

Evidentemente Vossa Excelência ocupará a tribuna para em nome da sua Bancada discorrer sobre a Mensagem. Quero ainda, dizer, que no art. 102 desta Mensagem, fica

o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais no âmbito da Administração Direta e Indireta, visando a implementação do disposto nesta Lei, dentro dos limites das respectivas dotações da Lei n. 8426, de 08/12/86, para o exercício de 1987. E do Decreto 9949 de 14 de janeiro de 87, que aprova orçamentos próprios das fundações, autarquias, órgãos de regime especial e empresas públicas.

Vejam bem, não entende este Parlamentar da necessidade de neste Projeto darmos esta autorização ao Governador. Por que motivos vamos transferir nossas atribuições ao Executivo?

Estamos - eu repito - mais uma vez, esvaziando o poder desta Casa. Por que vamos autorizar o Governo a abrir créditos adicionais no âmbito da Administração Direta e Indireta, onde o certo é o Executivo encaminhar a esta Casa projetos específicos?

O art. 103 também é outra temeridade: "Fica também o Poder Executivo autorizado a proceder conversão nos orçamentos próprios, de recursos de outras fontes para recurso ordinário não vinculado" é outra temeridade, Senhores Deputados.

O art. 104 também volta a falar no famigerado decreto, que não posso admitir, e tenho certeza e repito aos Senhores Deputados hoje da situação, brigavam violentamente pelo uso deste famigerado decreto.

O artigo 103, como já mencionei, o artigo 104, para implementação dos artigos 102 e 103, o Poder Executivo baixará decretos regulamentando e disciplinando todas as ações que se fizerem necessárias.

Ainda no parágrafo 2.º, do artigo 105, fica o Poder Executivo autorizado a transformar cargos de provimento em comissão para implantação das estruturas organizacionais decorrentes da presente Lei. É outra temeridade.

Vejam bem que venho à esta tribuna para mostrar a minha preocupação...

O Sr. Cândido Bastos - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Senhor Deputado Algaci Túlio, estava a ouvir atentamente o vosso pronunciamento e acredito que as observações que Vossa Excelência fez com relação ao artigo 98 que é aquele que dá o "status" de Secretários de Estado a diversos cargos da Administração Direta e que Vossa Excelência se referiu a não inclusão do cargo de Chefe da Casa Militar, devo esclarecer a Vossa Excelência e à Casa, que tem uma observação que já foi solucionada na Comissão de Constituição e Justiça, na qual tive o prazer de relatar o presente projeto, em que já consta da Emenda Substitutiva Geral que a referida Comissão já aprovou e que esta observação que Vossa Excelência fez

já está sanada.

Com relação ao artigo 102, que Vossa Excelência se refere que o Poder Executivo fica autorizado a abrir créditos adicionais no âmbito Executivo fica autorizado a abrir créditos adicionais no âmbito de Administração Direta e Indireta, dentro dos limites das respectivas dotações da Lei n. 8.426, que é a Lei Orçamentária de 1987, devo dizer a Vossa Excelência - a título de esclarecimento e à Casa, que esta é a forma legal de que se este Projeto poderá ser feito as anulações, as transformações, as anotações respectivas dos órgãos que serão extintos ou transformados e a abertura de novos créditos adicionais para os órgãos que tiveram as suas denominações transformadas e aqueles que foram criados. Acredito que o Projeto está perfeitamente enquadrado dentro das normas orçamentárias legais vigentes.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado pelo aparte.

Respeito suas observações, mas ainda temo e repito mais uma vez, pela aprovação de como esta Mensagem veio para esta Casa, porque ela vai esvaziar o poder desta Casa.

O Sr. Antônio Belinati - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Senhor Deputado Algaci Túlio, parabéns a Vossa Excelência que se aprofundou neste estudo a respeito do projeto do Senhor Governador sobre a Reforma Administrativa. Permita-me dar ciência à Casa de uma emenda que já fizemos chegar às mãos da Douta Presidência desta Casa de uma emenda que já fizemos chegar às mãos da Douta Presidência desta Casa de Leis, sobre a reforma administrativa, no tocante à quebra da autonomia das universidades estaduais. E esta emenda foi elaborada pelos próprios participantes da Mesa Redonda, realizada ontem, aqui. Apenas assinei a emenda, endossando esta manifestação de professores, alunos e reitores que participaram deste conclave nesta Assembléia.

A emenda, volto a repetir, foi elaborada pelas partes que estão diretamente ligadas ao problema da quebra de autonomia, e nós sabemos que a Assembléia, aprovando esta Emenda que endereçamos na manhã de hoje, à Presidência, preservará a autonomia das universidades, porque com esta quebra de autonomia, entendo que levará quebra de autoridade do próprio Reitor e os projetos científicos vão ser altamente prejudicados. Eu diria que tudo isso, nobre Deputado, poderíamos colocar acima até de um eventual interesse do professor e do funcionário, num aumento de seus salários.

Então, vamos pedir o apoio, porque entendemos que a figura do Reitor deve ser respeitada, ele tem que ter o seu cargo valorizado, e quebrando-se esta autonomia eu estou vendo um enfraquecimento da própria autoridade do Reitor, os Diretores de Centros não poderão mais ter ação, sem que tenha aqui um Parecer, uma aprovação de Curitiba e nós vamos prejudicar o nível de ensino no nosso Estado.

Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência com o apelo para que os Deputados de todas as bancadas aprovem a Emenda, que eu diria não é apenas minha, mas também dos reitores, professores, funcionários e alunos das universidades!

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Antônio Belinati, eu quero complementar, falando ainda do artigo 107, desta Mensagem.

Ficam criados os cargos de provimento em Comissão, no âmbito da Administração Pública Estadual, conforme segue: - Governadoria, seis cargos, de Secretário de Estado Especial, um cargo de assessor especial de governo, um cargo de Ouvidor Geral do Estado, que já deve ter sido retirado, através de uma Emenda da Bancada do PMDB, um cargo de Chefe de Gabinete do Governador.

Na Casa Civil, oito cargos de Assessor Especial, símbolo DAS-2, um cargo de Assessor Especial, DAS-4; 14 cargos de Assessor Especial, um cargo de Secretário Executivo do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

Vejam bem, é mais uma concentração de poder!

É mais uma concentração do poder decisório nas mãos do Governador!

Senhor Presidente, Senhores Deputados, de maneira rápida, e sem a profundidade que a matéria exige. Repito mais uma vez, nós estamos dando a nossa humilde contribuição à discussão desta Emenda da Mensagem encaminhada pelo Governador.

Como vimos e procuramos mostrar o que ressurgiu de uma análise, embora superficial, é que no seu conteúdo, o projeto visa mesmo uma concentração de poder, nas mãos do Governador.

As demais mudanças, podemos dizer, não passam de cortina de fumaça, destinada a encobrir o verdadeiro objetivo deste Projeto, não se muda nada a não ser para dar maior poder ao Chefe do Executivo, que afirma querer governar juntamente com esta Casa, quando é o contrário, ele está procurando esvaziar o poder desta Casa. Entendemos que as ampliações dos cargos de ação dos órgãos ligados e vinculados diretamente à Governadoria, são por demais extensas e até mesmo diríamos exageradas, porque visam e repito, mais uma vez, o

poder nas mãos do Governador.

Quanto à constitucionalidade da matéria, entendemos que não reside aí o principal defeito dessa lei, que merecia, repito, desta Casa, um substituto geral, elaborado nas Comissões. Mas, tudo o que é importante já dissemos, é feito a toque de caixa e sem que o direito de discutir e analisar com mais tempo, com mais vagar, que seja permitido ao Parlamentar.

Dizíamos da constitucionalidade da matéria. Não pode ser taxada de inconstitucional, mas de imoral pode ser taxada, porque tira do Legislativo e aqui é que eu quero me apegar e chamar a atenção dos Senhores Parlamentares. Não se trata de uma Mensagem inconstitucional. Mas, ela é um tanto quanto imoral, porque tira as prerrogativas deste Legislativo. Ela esvazia o poder de discussão e de decisão desta Casa, não permitindo que a mesma possa discutir sobre matérias importantes encaminhadas que seriam pelo Governador. Elas serão todas analisadas e aprovadas via Decreto governamental.

E quanto à utilidade? Será, Senhores Deputados, que a administração do Estado está a precisar de reforma tão urgente assim? Será que não se poderia esperar um pouco mais e se fazer alguma coisa mais duradoura?

Para finalizar, queremos lembrar que um projeto idêntico foi encaminhado à Câmara Municipal de Curitiba e é exatamente em cima disso que eu quero alertar os Senhores Parlamentares.

O Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva, no início de sua gestão, encaminhou uma Mensagem de reforma administrativa, na Prefeitura Municipal de Curitiba. Criação de Secretarias, criação de freguesias, e outros órgãos. E na ocasião também, na Câmara Municipal de Curitiba, subimos à tribuna, estudamos a Mensagem, analisamos, discutimos e mostramos da inviabilidade de se aprovar naquele conteúdo todo, aquela Mensagem.

Lamentavelmente, como deverá ocorrer aqui nesta Casa, não seremos ouvidos. Outros colegas do PDT, na Câmara também lutaram, e até mesmo alguns companheiros do PMDB com maioria na Câmara Municipal - vinte e dois contra onze da Oposição também se mostraram preocupados com a delegação de poder que se daria ao Prefeito Municipal de Curitiba.

Lamentavelmente, a maioria votou favorável e nós, hoje o que temos em Curitiba? Se Sua Excelência o Prefeito Roberto Requião quiser governar sem a Câmara, ele governa. Ele não depende mais da Câmara Municipal. E assim será também aqui nesta Casa, no meu entendimento.

Hoje, a Câmara Municipal se limita a votar nomes de ruas, títulos de Cidadania

Honorária e discursos de tribuna e mais nada. O Senhor Prefeito hoje governa com os seus Secretários com os seus diretores de freguesias e desconhece a existência do Parlamentar. E é esta a preocupação que eu tenho, aqui nesta Casa.

Eu não quero depois de aprovada esta Mensagem, tornar-me mais um Parlamentar que vem a esta Casa para dar nome de estrada, ou título de Cidadão Honorário ou vir aqui matar o tempo e fazer discurso. É esta a minha preocupação e é por isso que eu estudei esta matéria. É esse o sentido da minha discussão, nesta Mensagem.

Hoje, Senhores, eu quero deixar bem claro aqui que não subo à tribuna para discutir essa matéria em termos de revanchismo político. Está em segundo plano o problema político de eu pertencer ao PDT, e a maioria da Casa pertencer ao PMDB. Eu até tenho e os Senhores são testemunhas disto, usado dessa tribuna para elogiar algumas atitudes de Sua Excelência o Senhor Governador Álvaro Dias.

Tenho usado os meus veículos de comunicação também, onde atinge, evidentemente, um universo maior do que as quatro paredes aqui, e digo abertamente da importância das modificações feitas pelo Governador Álvaro Dias.

No entanto, nesta Mensagem eu não posso concordar com Sua Excelência, quando pretende esvaziar completamente este Legislativo.

Aí sim, viremos a esta Casa para tomar cafezinho, para ler jornal, enquanto um ou outro Parlamentar sobe à tribuna e vem fazer discurso, porque não teremos mais nada para legislar aqui nesta Casa. Nada, absolutamente nada! É o meu entendimento.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Vossa Excelência me permite um aparte. (Assentimento).

Deputado Algaci Túlio, nós observamos atentamente as suas preocupações com relação a esse projeto e também quero dizer que é a nossa preocupação. Estamos preocupados e estamos estudando no dia-a-dia, minuciosamente, os itens dessa matéria. E pretendemos, ao longo da discussão - talvez seja a mais polêmica das matérias discutidas neste ano legislativo no Estado do Paraná.

Nós vemos no seu bojo alguns fatos e, o exemplo é de que estão sendo extintos dois órgãos de assistência social, aos quais todos nós temos livre acesso, que são o IAM e o PROMOPAR.

Nós temos uma preocupação - respeitamos e conhecemos muito bem o homem político, o Secretário do Trabalho, Rubens Bueno, conhecemos a sua intenção. Mas, também ficamos preocupados quando sentimos que esses órgãos que são de assistência so-

cial: o IAM destinado à assistência ao Menor, e o PROMOPAR destinado à assistência de um modo geral, os quais passam a ser dependentes de uma Secretaria, e, naturalmente, de um Secretário, nós sabemos disso.

Ficamos, nós, Deputados, preocupados, se todas as vezes que precisarmos da assistência desses homens, tenhamos que ir lá pedir a bênção, entregarmo-nos, pedir socorro, ficarmos na iminência dos favores de um Secretário, quando esses órgãos atendiam a todos, indistintamente. E, além do mais, tantos outros órgãos, como estão sendo extintos aqui.

Nós nos preocupamos com Vossa Excelência, e o parabenizamos pela sua manifestação, pelo conhecimento que já tem demonstrado do Projeto, e queremos dizer que nós, do PFL, também pretendemos lutar para que seja aprovado, mas que sejam feitas emendas, e, uma delas com relação à Reforma Administrativa é a questão da autonomia da universidade.

Nós entendemos que a universidade, autônoma, tem condições de discutir, promover e levar a público o desenvolvimento de toda a comunidade estudantil, de toda uma população.

E sabemos que a universidade dependente, sem condições de promover as discussões e ficando dependente ao Governo do Estado, naturalmente perde a sua plenitude democrática!

Entendo que a democracia tão discutida, tão falada pelo PMDB, nós gostaríamos que a universidade tivesse a liberdade plena e que fosse democrática.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Senhor Deputado.

O Sr. Ezequias Losso - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, quero cumprimentar Vossa Excelência pelo magnífico estudo que apresentou nesta oportunidade.

O que nos chama a atenção de maneira especial é o alerta que está apresentando aos Parlamentares.

Cada um deve refletir muito bem sobre isto, para que a posteridade não venha apanhá-los dizendo que não tomaram uma atitude mais decisiva neste momento, porque não foram suficientemente esclarecidos!

Vossa Excelência está esclarecendo este ponto!

Por isso, as emendas que Vossa Excelência já manifestou que irá apresentar, terão o apoio da nossa parte. O Projeto em si, evidentemente deve ser aprovado, mas vamos corrigir estas falhas, vamos colocar cada coisa no seu lugar, para que assim, o

Executivo possa cumprir com seu papel e o Legislativo também, porque enfim, são dois Poderes distintos, e não pode em delegar ao outro, simplesmente, atribuições que lhe são deferidas pela Constituição.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado. Eu queria também deixar bem claro, neste momento, em especial à Bancada do PMDB que, tenho certeza que está analisando mais profundamente a matéria. Talvez os Senhores Deputados até entendendo que deveriam votar contra esta Mensagem. Mas, também entendo o problema da Bancada, do interesse da Bancada de atender o apelo de Sua Excelência, o Senhor Governador, só falta um alerta, amanhã ou depois, possivelmente Vossas Excelências serão Oposição, e saberão quanto será difícil ser um Parlamentar quando se tem as portas fechadas. É este o alerta que faço. E dizer também, porque, na seqüência, subirá à tribuna, o Deputado do PMDB e dizer, e fazer já uma referência ao pronunciamento do Deputado Nestor Baptista. Este Deputado quando lançou-se à política, foi lançado por amigos, e só tinha duas opções, ou PMDB ou PDS, na época. E quero deixar bem claro, nunca freqüentei os Palácios, nunca estive de braços dados com Governadores autoritários, e deixar também esclarecido aqui o seguinte, que a minha eleição como Vereador mais votado nesta Capital do Estado, foi graças à minha atuação interpartidária, a minha atuação imparcial, criticando os governos autoritários acima de tudo, foi desta maneira. Este Vereador, na época, foi contrariando até o seu partido, foi o único que subiu no palanque das "Diretas" ao lado de Tancredo Neves e outros políticos que aqui vieram. Portanto, a mim não cabe a pecha de pertencer ao autoritarismo. Talvez até da bancada do lado de lá, da Bancada hoje do PMDB estejam mais pessoas que pertenceram ao passado arbitrário, dos Governos autoritários, do que a bancada do lado de cá, que teve uma renovação muito grande de Parlamentares que tão tiveram nenhum vínculo com o Governo do passado.

Repito mais uma vez aos nobres Parlamentares: não venho discutir a Mensagem em termos de revanchismo, nem em termos políticos. Venho discutir, preocupado, no esvaziamento que esta Casa possa sofrer se aprovarmos como está esta Mensagem enviada à Casa. Espero ter podido contribuir dentro da minha simplicidade e dos meus poucos conhecimentos.

Muito obrigado! (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A matéria continua em discussão. Encerrada a discussão, está em votação. Os Senhores

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Com a palavra, pela Ordem, o Sr. Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, eu solicitei a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Vossa Excelência tem a palavra para encaminhamento de votação, por dez minutos.

O Sr. Antônio Belinati (Pela Ordem) - É para encaminhar a Vossa Excelência, um requerimento pedindo na forma regimental a votação nominal para o Projeto da Reforma Administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - O Senhor Deputado Pedro Tonelli, com a palavra.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado, Senhor Presidente.

Gostaria de não me estender muito, não abusar da paciência dos colegas e dos presentes aqui, hoje. E gostaria de continuar a discussão muito bem encaminhada pelo Deputado Algaci Túlio quando lembrou pontos importantes dentro da Reforma Administrativa, que são pontos questionáveis quando do ponto de vista que é Ordem do Dia de hoje - discutir a constitucionalidade.

Queria tornar público, e gostaria que fosse levado em conta, queria questionar especificamente a questão da autonomia universitária e a sua constitucionalidade.

O Projeto de Lei n. 32/87, ao estabelecer que as fundações são parte da Administração Indireta, e vinculando essas mesmas Fundações de Ensino Superior, Secretaria de Estado da Educação, e subordinando-as à fiscalização, controle, avaliação e análise, bem como à captação de recursos, na base de 1/3 no setor particular, está evidentemente terminada a autonomia constitucionalmente garantida anteriormente.

Portanto, este é um ponto que a gente gostaria e levar em conta. Segundo ponto - o Projeto é inconstitucional, pois, não pode determinar fiscalização, controle, bem como, a avaliação e análise de resultados das fundações educacionais, por isso, ele é inconstitucional. As Fundações Universitárias de Londrina, de Maringá, Ponta Grossa, enquadradas na definição constitucional de autonomia, didático-científica, por isso, a sua avaliação e aos seus resultados devem ser feitos diretamente pelos organismos internos das próprias Universidades.

A autonomia administrativa lhe dá base para todos os poderes da Administração Geral, e a autonomia financeira lhe garante



a aplicação de recursos públicos, conforme suas deliberações internas; por isso é inconstitucional.

A garantia constitucional e a autonomia não podem assim ser afetadas pela Lei Ordinária, cabendo apenas ao Legislador, regulamentar a aplicação dessa autonomia, e nunca restringi-la ou terminá-la, como quer esse Projeto de Reforma Administrativa.

Em consequência, devem ser excluídos do Projeto de Lei, as Fundações universitárias de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, em decorrência do princípio constitucional da autonomia, não estando sujeitos a vínculos ou fiscalização, e nem o controle, e muito menos de avaliação de resultados e de análise. Conclusões estas que, com muito boa iniciativa, o Colega nesta Casa, Deputado Lindolfo Júnior, fez realizar no dia de ontem uma mesa redonda, e que já está sendo proposta com bases nestas conclusões, onde participaram três Secretários de Estado, participou um grande número de Parlamentares desta Casa, e participaram representantes, reitores, funcionários, professores, das Universidades mencionadas, e que chegaram a conclusões, e com bases nestas é preciso que, realmente, a Emenda do Deputado Antônio Belinati, e o reconhecimento do valor substancial dessa mesa redonda de ontem, tão muito bem comentada pelo Deputado Lindolfo Júnior, decorre que este Parlamento respeite essa vontade, que não é vontade dele, mas de uma maioria representada, e principalmente da família universitária, que tem o seu valor fundamental: o valor de produzir idéia, de produzir ciência, de despertar a consciência das pessoas, isso é de competência da família universitária.

Não é de alguém que é leigo e porque acha que está numa função de poder, tem o poder de fazer e desfazer o que bem entende.

Portanto, essa é uma consideração que eu gostaria que fosse levada em conta.

Gostaria também, de endossar o que o Deputado Algaci Túlio, o Deputado Valderi Vilela e outros, aqui manifestaram no dia de hoje, e ver qual é, quem é que tem a competência de representar e de fiscalizar.

Coloca-se em dúvida, nessa Reforma Administrativa, qual é a verdadeira função do Tribunal de Contas; ou o que ele está fazendo. É preciso que se discuta isto. É preciso também, rediscutir e tentar cair de pé, quando a gente analisa qual é a verdadeira função deste Parlamento, que do nosso ponto de vista tem a função fiscalizadora do Executivo e do Judiciário e, principalmente fiscalizar o Poder Público e os recursos públicos. Por isso, acho que nós temos que nos questionar e localizar

os pontos que são pertinentes e que nós temos que levar em conta.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Continua em votação a matéria.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A exemplo dos ilustres Deputados Algaci Túlio e Pedro Tonelli que teceram considerações acerca da Mensagem da Reforma Administrativa, encaminhada pelo Senhor Governador a esta Casa, nesta oportunidade que se aprecia esta importante proposição em 1.<sup>a</sup> Discussão, eu quero, inicialmente, cumprimentar os dois Deputados pelo posicionamento pessoal e partidário. Evidentemente que, estando em 1.<sup>a</sup> Discussão nós apreciaremos de forma mais minuciosa por ocasião das demais discussões.

Mas, eu pretendo também, Senhor Presidente, Senhores Deputados e a bancada, deixar registrada uma preocupação cujos aspectos que envolvem, que está tendo e terá repercussão dessa mesma reforma, cujo discurso passo a ler. (Lê):

"Logo após ter assumido o cargo de Governador do Estado, o Senhor Álvaro Dias veio a público para anunciar que seria posta em prática a demissão em massa de servidores públicos excedentes nos órgãos da administração estadual.

Essa manifestação do Chefe do Executivo causou surpresa junto à opinião pública, visto que os dois Governadores anteriores do PMDB estavam sendo denunciados pela prática de empreguismo, prática essa reiteradamente condenada pela Oposição nesta Assembléia e sistematicamente negada pelas lideranças governistas. E para demonstrar ao povo paranaense que a Oposição estava com a verdade, foi o próprio Governador do Estado, correligionário dos governadores anteriores, Srs. Richa e Ferraz de Campos, que revelou aos paranaenses o exercício da prática empreguista pelos Governos do PMDB.

Para corrigir essa situação, o novo Governador anunciou a "degola" dos servidores excedentes, o que mereceu aplausos da opinião pública, desde que isso fosse feito sob critérios que correspondessem às necessidades dos serviços, às circunstâncias de dificuldades do Tesouro Estadual, respeitados os direitos dos servidores e atendidos os princípios de moderação, justiça e equidade, que devem presidir as decisões daqueles que detêm posições de poder, dispondo, muitas vezes, sobre a fonte de sobrevivência de milhares de pessoas, dentre as quais se encontram humildes servidores públicos.

Porém, pelo que registra a imprensa estadual, nada disso está ocorrendo. O

conceituado "Jornal do Estado", em sua edição de ontem, registra, em manchete de primeira página, que "os servidores estaduais estão apreensivos com as "degolas" sem critérios e que o Governador Álvaro Dias está deixando o funcionalismo em sobressalto. O "Jornal do Estado" revela que o Governador iniciou pelos "pequenos" a degola no funcionalismo público. Foram desligados do BADEP, sem qualquer critério de competência, quarenta funcionários de salários menores. Segundo o "Jornal do Estado", os demitidos eram servidores considerados "chaves" no sistema de funcionamento do BADEP, mas que eram mantidos com salários relativamente baixos, que entraram na lista negra do Governador Álvaro Dias, que mandou cortá-los simplesmente. Em contrapartida - prossegue a denúncia do "Jornal do Estado" -, os "marajás" do BADEP, apadrinhados politicamente, nem ao menos foram molestados pelos "olheiros" do Governador paranaense.

Enquanto isso - prossegue a denúncia do "Jornal do Estado" -, o Chefe do Executivo Estadual aparece diariamente em notícia nacional nas emissoras de TV, como um inimigo intransigente de apenas quatro "marajás" do Tribunal de Contas. Verbas para promoção pessoal não faltam e continuam os estudos para a instalação de novas Secretarias Extraordinárias, que servirão como "cabides de empregos" para cabos eleitorais. A simpatia política - denuncia com veemência aquele prestigioso Jornal paranaense - passa a ser o critério principal para os cortes no funcionalismo público estadual.

Aí está, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o retrato fiel da atualidade administrativa paranaense. Logo em seguida, também em manchete, o "Jornal do Estado" diz que "Álvaro sofre sua primeira derrota no caso dos "marajás" do Tribunal de Contas, quando aquele veículo de comunicação social informou sobre a decisão do Tribunal de Justiça do Paraná, que concedeu liminar em Mandado de Segurança contra o Decreto do Governador que cassou aposentadorias no TC."

As denúncias sobre as demissões no BADEP estão oferecendo uma boa oportunidade para que o Governador do Estado informe ao povo paranaense quais são os critérios que estão sendo adotados para as demissões em massa; visto ser intolerável essa prática da "simpatia política." Ou melhor: de antiga prática política.

Outro aspecto a considerar é que - segundo o "Jornal do Estado", o Chefe do Executivo já sofreu a sua primeira derrota na Justiça e mesmo assim, foi à televisão, em horário nobre, para afirmar que "continua a luta", numa espécie de "cortina de fumaça" para a demissão dos funcionários

públicos que recebem salários menores e a manutenção de muitos outros "marajás" no Governo.

Ao invés do espalhafato, como ao convocar centenas de Prefeitos ao Palácio Iguaçu para anunciar as cassações no Tribunal de Contas, atingindo o conceito de pessoas dignas e honradas, nomeadas por decisão governamental, inclusive de seus partidários do PMDB, esquecendo os princípios de moderação que devem presidir os atos de justiça e de ação governamental, o Governador Álvaro Dias deveria vir a público para informar quais são os critérios adotados para efetuar as anunciadas cinco mil demissões de servidores estaduais, a fim de que não permaneçam pairando dúvidas de que essas demissões são "patrulhamento político".

Se o Governador do Estado deseja realmente enxugar a máquina estadual, deveria começar pela própria Governadoria, extinguindo cinquenta e tantos cargos de assessores, todos DAS, criados pelo seu partidário, o ex-Governador José Richa, para beneficiar, sem dúvida, seus companheiros políticos. Esses cargos, criados pela Lei n. 8002, de dezembro de 1984, são os de melhor remuneração no serviço público. Logo, "marajás" estão também no Palácio Iguaçu. E como a tal da modernização administrativa vai criar mais cargos de secretários de Estado, diretores, assessores etc., temos pela efetiva política saneadora e ágil da máquina administrativa.

Oxalá, o Governador Álvaro Dias possa enxugar e não enxargar a máquina administrativa.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Este Deputado e outros colegas de nossa Bancada já nos manifestamos a favor de todas as medidas anunciadas pelo Governador Álvaro Dias, que visam modernizar a máquina administrativa, que possa também, de alguma forma, torná-la mais ágil, mais produtiva, com mais economia.

Nós estamos aqui presentes, mesmo que a Bancada do PMDB não desse número suficiente, nós permanecemos aqui dando quorum para votar esta matéria da maior importância para o Estado. E como se nota, tem-se até a impressão que se inicia hoje, nesta Casa, o Governo Álvaro Dias porque votamos as duas matérias da Ordem do Dia, Mensagens de Sua Excelência, o Senhor Governador.

Portanto, tenho até a impressão que esta Casa começa hoje, com o Governo Álvaro Dias, com dois assuntos de maior importância.

O primeiro sobre as Carteiras de Identidade já aprovado em 1ª Discussão, sem maior discussão e uma medida do maior alcance social que esta Casa votou por unanimidade, com as nossas congratulações ao

Governador Álvaro Dias.

Mas, com relação à Reforma Administrativa, Senhor Presidente e Senhores Deputados, esta Casa precisa analisar artigo por artigo, discutir item por item, porque aqui ficou muito claro, nas primeiras exposições de pensamentos dos Deputados Pedro Tonelli e Algaci Túlio, preocupados com a particularidade, de que se dê muita competência, muita autoridade ao Senhor Governador, diminuindo a desta Casa.

Por isso, estaremos presentes aqui, na próxima semana, para votarmos a Mensagem da maior importância do Senhor Governador, mas com a preocupação de que os funcionários públicos não continuem preocupados com o amanhã".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- A matéria continua em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra, por dez minutos, ao Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, no dia 14 de abril, nos ingressamos com um recurso junto a essa Executiva, sobre o nosso pedido de vistas, quanto à matéria inserida na Reforma Administrativa, Senhor Presidente, essa matéria foi incluída hoje em 1.ª Discussão, e entendemos que ainda não seria possível colocar essa matéria em discussão, porque não foi apreciado o nosso recurso; está ainda na dependência de julgamento por essa Executiva.

Isso é fundamental para que amanhã ou depois esse processo não volte por outro meio à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- A Mesa chama a atenção de Vossa Excelência que sua observação procede e na segunda-feira, a Mesa lhe apresentará uma solução. E a matéria não fica prejudicada em 1.ª Discussão.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Nós aguardaremos então, Senhor Presidente, para segunda-feira apresentarmos as nossas razões quanto ao nosso pedido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitação de votação nominal para o projeto de Lei n. 32/87. Rejeitado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)  
Essa matéria precisa de votação no Regimento Interno? Daria para informar?

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Pois não. No parágrafo 3.º, do art. 134 no inciso 5.º, está a resposta a Vossa Excelência. "Serão escritos e independem de apoio e discussão e só poderão ser votados com a presença da maioria dos Senhores Deputados, os requerimentos de: inciso VI. (Preferência), inciso IV (encerramento de discussão), inciso 5.º (votação por determinado processo)". É o caso. Está em votação. Está rejeitado o requerimento.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. ANTONIO BELINATI - Solicitei chamada nominal, também.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal que Vossa Excelência solicita agora. A Mesa solicita ao Senhor 1.º Secretário para que proceda a chamada nominal.

(O Sr. 1.º Secretário inicia a chamada nominal).

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, atendendo ponderação de um dos ilustres companheiros da Casa e já que é visível que há número para votação, vou pedir a retirada de minha questão de ordem, de chamada nominal e só lamentar que não vai ser feita a votação nominal.  
Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Vossa Excelência ainda está insistindo na verificação de votação.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Na verificação de votação, sim.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- O requerimento do Deputado Antônio Belinati está em votação. Estamos atendendo a solicitação do Deputado Antônio Belinati, de verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Treze Senhores Deputados aprovam, vinte e nove Senhores Deputados rejeitam. Está REJEITADO o requerimento. Está em votação o Projeto n. 32/87. Aprovado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Pela ordem. Senhor Presidente, gostaria que Vossa Excelência fizesse constar na Ata o meu voto contrário ao Projeto.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Pela ordem.  
O meu também, Senhor Presidente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Pela ordem. Votamos favoravelmente à aprovação do requerimento do Deputado Antônio Belinati. Também pedimos que conste que a Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro votou favoravelmente à Mensagem do Governador.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela ordem. Gostaria que constasse de que este Parlamentar votou contra a Mensagem da Reforma Administrativa.

O SR. ALGACI TÚLIO - Este Deputado também pede que conste na Ata da sessão, que votou contrário à Mensagem da Reforma Administrativa.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Pela ordem.  
Pediria que consignassem que votei a favor da reforma.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Pela ordem. Gostaria que consignassem que votamos quanto à legalidade, mas que apresentaremos as emendas necessárias para que as Universidades obtenham a autonomia absoluta.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Pela ordem. Gostaria que constasse em Ata que a representação do PL votou favoravelmente no aspecto constitucional e na segunda-feira voltará com as emendas corretivas.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Newton Isaac da Silva Carneiro e de sua esposa, Elza Gomes de Carneiro, ocorrido no dia 16 de abril do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Percy Bostelmann, ocorrido no dia 17 do corrente mês, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Rosa Fraga de Andrade, ocorrido nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do "Dia do Escoteiro". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Erondy Silvério, Caíto Quintana,

Pedro Tonelli, Ezequias Losso, Antônio Belinati e Basílio Zanusso, na qualidade de líderes dos Partidos: PTB, PMDB, PT, PL, PDT e PFL, constante do expediente, solicitando o suprimento do Pequeno e Grande Expediente, nas sessões realizadas no período matutino. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n. 177/86, 189/86, 200/86, 218/86, 039/87, bem como aos Projetos de Resolução n. 003/87, 004/87, 005/87, 006/87, 007/87 e 008/87. Em discussão. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Gostaria que a Mesa me informasse a que se referem estes Projetos em Regime de Urgência.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Referem-se aos Projetos de Lei de Utilidade Pública, e os Projetos de Resolução, referem-se a convênios a serem firmados, todos com Pareceres Favoráveis. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário dos Transportes e Diretor Geral do DER, encarecendo a transferência aos cuidados e manutenção do DER, do trecho Água de Limeira, passando o Bairro Cristo Rei (Areião) até a Rodovia Carlos Pereira de Araújo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Conglomerado BANESTADO, encarecendo a reinstalação da Agência Regional do mesmo, no Município de Francisco Beltrão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, viabilizando a concessão de uma ajuda financeira à Associação Marrecas do Bem-Estar ao Menor. AMARREM. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a reconstrução, em alvenaria, da ponte sobre o Rio Xambrê, divisa dos Municípios de Francisco Alves e Iporã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente

ao Senhor Secretário do Desenvolvimento Urbano, encarecendo a execução dos serviços de distribuição de água potável no Bairro Catarinense, Município de Francisco Alves. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a inclusão no Programa de Obras e Pavimentação de Estradas Municipais do Governo do Estado, dos trechos Bairro Palmital, Alto Alegre, passando pelo Bairro Catarinense, Ouro Verde e Encantado, até o Distrito de Rio Bonito, numa extensão de aproximadamente 20 km. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Chefe do 9.º Distrito Rodoviário Federal- DNER, encarecendo a fiscalização no trecho da BR-276, entre Curitiba e Campo Largo, no que tange às árvores de eucaliptos, plantadas às margens da Rodovia, que poderão cair sobre o leito da mesma. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência Social, encarecendo o levantamento de custos de gastos do Sistema Médico-Hospitalar e aposentadorias, em decorrência de doenças provocadas pelo uso do fumo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, pleiteando a implantação do 2.º Grau no Colégio José de Anchieta, no Distrito de Graciosa, Município de Paranavaí. **Em Discussão.** **Em votação.**

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - (Pela Ordem). Nós gostaríamos de fazer constar, neste dia de trabalho, a presença do Professor Jorge Bonassar Filho, Reitor da Universidade de Londrina.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Anote-se. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretários da Educação e Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo a ampliação da Escola Estadual Edito Cordeiro Marques - Ensino de 1.º grau, no município de Turvo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expedien-

te ao Senhor Ministro das Comunicações, apoiando a reivindicação formulada pelo Vereador Mário Bittencourt de Oliveira, do Município de Ponta Grossa, quanto à revisão da disposição contida na Portaria Ministerial n. 209/86, de 06 de agosto de 1986, que proíbe a negociação de aparelhos telefônicos entre os usuários. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem dos 40.º aniversário de fundação da Associação dos Professores do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que o mesmo determine à Secretaria dos Transportes, a inclusão dos Município de Atalaia e Uniflor, no Programa de Pavimentação Asfáltica, lançado recentemente pelo Governo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que o mesmo determine à Secretaria dos Transportes, a inclusão do Município de Engenheiro Beltrão, no Programa de pavimentação Rural, lançado pelo Governo, recentemente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado para que o mesmo determine à Secretaria dos Transportes, a inclusão do Município de Fênix, no Programa de Pavimentação Rural, lançado pelo Governo, recentemente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que o mesmo determine à Secretaria dos Transportes, a inclusão do Município de Munhoz de Mello, no Programa de Pavimentação Rural, lançado pelo Governo recentemente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que o mesmo determine à Secretaria dos Transportes, a inclusão dos Municípios de Guaporema, Mirador, Amaporã e Guairacá, no Programa de Pavimentação Rural, lançado pelo Governo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que o

mesmo determine à Secretaria dos Transportes, a inclusão dos Municípios de Tapejara e Indianópolis, no Programa de pavimentação Rural, lançado pelo Governo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, com apoio do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que o mesmo determine à Secretaria dos Transportes, a inclusão dos Municípios de Mandaguari e Astorga, no Programa de Pavimentação Rural, lançado pelo Governo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, com apoio do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que o mesmo determine à Secretaria dos Transportes, encarecendo a inclusão dos Municípios de Mandaguari e Iguaraçu, no Programa de Pavimentação Rural, lançado recentemente pelo Governo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, com apoio do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que o mesmo determine à Secretaria dos Transportes, a inclusão dos Municípios de Itambé e Marialva, no Programa de Pavimentação Rural, lançado recentemente pelo Governo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que o mesmo determine ao Senhor Secretário dos Transportes, a inclusão do Município de Flórida, que indiretamente beneficiará o Município de Iguaraçu, no Programa de Pavimentação Rural, lançado pelo Governo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que o mesmo determine à Secretaria dos Transportes, a inclusão dos Municípios de Santo Antônio do Caiuá e Inajá, no Programa de pavimentação Rural, lançado pelo Governo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, encarecendo a liberação de recursos para a construção de uma Unidade de Abastecimento da CEASA, no Município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro das Relações Exteriores, viabilizando atribuição de "status" de Embaixada para a Representação Diplomática da Organização para a Libertação da Palestina no Brasil. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações, pela passagem do 40.º aniversário de fundação da Associação dos Professores do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 80.º aniversário de fundação do Jornal "Diário dos Campos", no Município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de uma Rede Telefônica, no Distrito de Itacolmi, no Município de Cambira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo reforma total da viatura policial do Município de Engenheiro Beltrão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, das conclusões da Mesa Redonda sobre a Autonomia Universitária. Em votação. Aprovado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, (Pela Ordem).

Eu gostaria de pedir que acrescentasse nesse requerimento o pedido para constituirmos uma Comissão Interpartidária para discutir o interesse do ensino superior do Estado do Paraná, que deve constar também no requerimento, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Vossa Excelência ...

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu gostaria de salientar, também, que o pedido feito à Assessoria foi para que criássemos também esta Comissão Interpartidária para que possa ter membros de todos os Partidos desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Vossa Excelência deverá encaminhar este pe-



dido por escrito. Da maneira como Vossa Excelência redigiu a matéria, a matéria está aprovada. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial Interpartidária, objetivando estudo acurado do problema que trata da autonomia das universidades estaduais do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo medidas cabíveis para a implantação da 2.ª Vara Cível, na Comarca de Telêmaco Borba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma nova ponte sobre o Rio Cinzas, no local que liga os Municípios de Bandeirantes e Itambaracá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Agricultura, encarecendo um reajuste de 26% no preço do trigo a ser comprado pelo Governo, e de 39% nos valores básicos de custeio para a safra que está sendo plantada, diante do risco de uma queda na área plantada e na produtividade. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Ministro da Previdência e Assistência Social, ao Conselho Superior da Previdência Social e aos Deputados Federais do Paraná, encarecendo sejam equiparados os benefícios dos trabalhadores rurais em relação aos trabalhadores urbanos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a implementação de uma Corporação de Bombeiros, no Município de Marechal Cândido Rondon. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo o encaminhamento a esta Casa de Leis, de uma Mensagem propondo a alteração de dispositivo, e dando outras providências à Lei n. 6639, de 20 de novembro de

1974. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente aos membros das Bancadas do Paraná na Câmara e no Senado, para que somem também na luta que o Senador Affonso Camargo Neto promete deflagrar. **Em discussão. Em votação.**

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - (Pela Ordem) Gostaria de dizer, de lembrar aos nobres Deputados, que nós já aprovamos no dia 21, matéria nesse sentido e, muito boa hora vem o Deputado do PTB, apresentar uma proposta dessa maneira.

Apenas eu gostaria de ler para Vossa Excelência o nosso requerimento:

(Lê):

"Nós aprovamos por unanimidade, o envio, ao Presidente da República e ao Ministro dos Transportes, onde manifestamos o desagrado do povo do Paraná, face às medidas recentemente anunciadas, à construção de ferrovia que interligará os Estados de Goiás ao Maranhão, em detrimento à nossa Ferrovia da Produção que, pelo menos, fica apenas na palavra, Senhor Presidente".

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) **Em votação. Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo as medidas cabíveis para a implantação da 2.ª Vara Cível, na Comarca de Apucarana. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A Mesa consulta o Deputado Lindolfo Júnior, se fará uso da palavra em Explicações Pessoais.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - (Declino)

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Apenas para comunicar à Casa que um requerimento de minha autoria passou, foi aprovado há duas semanas atrás, com relação a uma audiência pública, a respeito da Reforma Administrativa. Eu comunicaria, então, aos demais Parlamentares e aos interessados, que essa audiência pública está marcada para as 10:00 horas, no Plenário.

Nada mais havendo a tratar declare encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 32/87 e 40/87

Levanta-se a sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LINDOLFO JÚNIOR, EM SESSÃO DO DIA 23 DE ABRIL DE 1987.**

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PARANÁ  
MESA REDONDA SOBRE  
A AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA  
CONCLUSÕES DA MESA REDONDA**

Os participantes concluíram que:

1. Deve ser formulada proposta de adendo ao art. 7.<sup>o</sup>, do Projeto de Reforma Administrativa, no sentido de garantir às instituições de ensino superior mantidas pelo Estado, a sua autonomia didática, científica, disciplinar, administrativa e financeira, exercida na forma da lei e de seus Estatutos, e atendendo ao disposto no Art. 138, inciso XIII, da Constituição do Estado do Paraná.

2. Igualmente, deve ser reconhecido e garantido aos professores, funcionários e alunos, o direito à livre organização e à participação na gestão das instituições, nos termos da Lei e do Art. 138, inciso XIV, da Constituição Estadual.

3. Que o Estado assegure, na mensagem de reformulação do orçamento vigente, dentro das rubricas já previstas para as instituições de ensino superior mantidas pelo Estado - pessoal, custeio e capital - a suplementação orçamentária necessária.

4. Que seja dado continuidade aos estudos e debates sobre questões da universidade paranaense levantadas nesta Mesa Redonda, através de uma Comissão Interpartidária Especial formada dentro da Assembléia Legislativa.

5. Deve ser destacada a manifestação da vontade política do Governo do Estado do Paraná, expressa pelos Secretários presentes, de manter um sistema estadual de ensino superior, o qual, progressivamente, será tornado inteiramente público e gratuito.

6. Finalmente, os participantes destacam o clima de diálogo reinante, inclusive entre os Secretários de Estado presentes e recomendam às Autoridades e à Assembléia Legislativa a observância dos princípios acordados acima, com vistas ao desenvolvimento continuado da comunidade e do Estado do Paraná.

Curitiba, 22 de abril de 1987.

- Seguem-se vinte e duas (22) assinaturas, ilegíveis."

1.<sup>a</sup> **SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 06.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 1.987**

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelo Sr. Deputado Anibal Khury e pela Sra. Deputada Vera Agibert.

Às treze horas e cinquenta minutos, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acir Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (51). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Gernote Kirinus, Paulino José Delazeri e Rafael Greca (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Não havendo expediente a ser lido,  
Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 51 Srs. Deputados:

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.<sup>a</sup> **DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei n. 298/86, de autoria dos Deputados ANTONIO ANNIBELLI e LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que denomina de "Manoel Lustosa Martins" o trecho da Rodovia BR-280, entre Palmas, Clevelândia e Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 159/86, de 22.12.86).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 298/86**

PARECER:

O presente Plano de Lei, de autoria

dos nobres Deputados Antônio Annibelli e Luiz Alberto Oliveira, tem por finalidade denominar de "Manuel Lustosa Martins", o trecho da Rodovia BR-280, entre Palmas, Clevelândia e Pato Branco.

O Projeto em questão está devidamente justificado, nos termos do Regimento Interno, e de acordo com as normas constitucionais vigentes, nada havendo, portanto, que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13.04.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
HERMAS BRANDÃO - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 002/87 (Mensagem n. 18/87, ex-Proposição n. 28/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Revigoração de 28/11/86, dos Convênios celebrados em 26/06/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros vinculados ao Projeto Especial de Mobilização Energética - PME/PR. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Ordinária para segunda-feira, dia 27, às 14:00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada, e mais

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 298/86 e de Resolução n. 002/87.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N. 234/87  
aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, item II, combinado com o Art. 140, itens I e III, ambos da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com proventos correspondentes ao seu cargo efetivo acrescidos de vinte por cento (20%) da simbologia DAS-4; gratificação prevista no Artigo 3.º, da Lei n. 8198, de 17 de dezembro de 1985; cinco (05) triênios, de acordo com o Art. 4.º e § 1.º, da Resolução n. 02/64; cinco (05) quinquênios incorporados e um (01) adicional incorporado, de acordo com o Art. 170, e parágrafo único, e 171, §§ 1.º e 2.º, da já mencionada Lei n. 6.174; gratificação de produtividade, nos termos

do Artigo 1.º da Lei n. 6641, de 04 de dezembro de 1974, e cinquenta por cento (50%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços extraordinários, o funcionário IVO GUSSO matrícula n. 264, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n. 1314).

DECRETO LEGISLATIVO N. 235/87  
promover, por merecimento, DURVAL DAROS, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para o cargo de Procurador.

DECRETO LEGISLATIVO N. 238/87  
alterar a letra "M", do Decreto Legislativo n. 57/86, de 28 de fevereiro de 1986, passando de Liderança do PCB, para Liderança do PT, a partir de 01 de fevereiro de 1987.

DECRETO LEGISLATIVO N. 240/87  
prover, LUIZ FERNANDO GOMES DE CARVALHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete da Deputada Irondi Pugliesi, ficando dispensado, a pedido, Savério Simoni Neto.

(Protoc. n. 1020/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 241/87  
prover, ATANAÍDO GURAL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Erondy Silvério.

(Protoc. n. 1370/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 242/87  
prover, LUCI MARTINS AZEVEDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PTB, ficando dispensado, a pedido, Jair de Lara Manoel.

(Protoc. n. 1372/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 243/87  
I - exonerar, a pedido, GABRIEL CASTRO NETO, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Erondy Silvério;  
II - exonerar, a pedido, JÚLIO MOREIRA CARNEIRO, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Erondy Silvério.

(Protoc. n. 1287/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 244/87  
I - exonerar, a pedido, LAURO ANTÔNIO FERNANDES RODRIGUES, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Erondy Silvério;  
II - prover, LAURO ANTÔNIO FERNANDES RODRIGUES, para exercer o cargo em Comissão,

símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Erondy Silvério.

(Protoc. n. 1288/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 245/87

prover, VERA SILVIA PENTEADO SETTI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Chefe de Gabinete da Liderança do PTB.

(Protoc. n. 1205/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 246/87

prover, MARIA AUXILIADORA IBANHEZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta, da Coordenação de Assessoramento Técnico, da Diretoria Legislativa.

(Protoc. n. 1267/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 247/87

I - exonerar, a pedido, MARIA AUXILIADORA IBANHEZ, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti;

II - prover, DANZ BARREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

(Protoc. n. 1268/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 248/87

prover, CARLOS ALBERTO CRUZINSKI MARQUES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado José Domingos Scarpellini.

(Protoc. n. 1204/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 249/87

prover, JOSÉ DO NASCIMENTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado José Domingos Scarpellini.

(Protoc. n. 1161/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 250/87

I - prover, MARGARETE CLÉLIA PAGLIOSA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira.

II - prover, EDGAR MARQUETTI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira.

III - prover, LINA MENEZES POLACHINI LOPES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira.

IV - prover, WILMAR REICHEMBACH, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira.

(Protoc. n. 975/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 251/87

prover, MARIA CRISTINA CUNHA TEIXEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado José Afonso Júnior.

(Protoc. n. 1030/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 252/87

prover, HELENA APARECIDA MACEDO FAÉ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Nereu Carlos Massignan.

(Protoc. n. 934/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 253/87

prover, HILDÉRICO ALVES DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nereu Carlos Massignan.

(Protoc. n. 925/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 254/87

I - prover, MIRIAN DE CARVALHO KUMANO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado José Rogério Carvalho.

II - prover, JOSÉ CARLOS DE ANDRADE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Rogério Carvalho.

III - prover, RODRIGO VIEIRA PROENÇA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado José Rogério Carvalho.

IV - prover, FÁTIMA MIRIAN BORTOT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado José Rogério Carvalho.

V - prover, PAULO BRITTES MARTINS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado José Rogério Carvalho.

VI - prover, CORNÉLIO AFONSO CAVERDE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Rogério Carvalho.

(Protoc. n. 988/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 255/87

I - prover, LUIZ CARLOS ANTUNES MACHADO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, da Liderança do Partido Liberal (PL).

II - prover, ERNESTO HANSEN DE CASTILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabinete da liderança do Partido Liberal (PL).

III - prover, JULIO CESAR RIBEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do Partido Liberal (PL).

(Protoc. n. 931/87).

## DECRETO LEGISLATIVO N. 256/87

I- prover, ROSELIS HESS GOEBEL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa.

II- prover, MARIA CÉLIA FAVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nilton Barbosa.

III- prover, JOSÉ VIEIRA PINTO NETO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa.

IV- prover, ZAUMIR NEVES TEIXEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa.

(Protoc. n. 1.013/87).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.04.87.

(aa) ANTONIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY

1. Secretário

LINDOLFO JÚNIOR

2. Secretário.

## DECRETO LEGISLATIVO N. 257/87

prover, WILMAR SAUNER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenador Adjunto, da Coordenadoria de Processamento de Dados, da Diretoria de Serviços Especiais.

(Protoc. 1.537/87).

## DECRETO LEGISLATIVO N. 258/87

I- prover, JOANA MACIEL DE FARIA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Algaci Túlio.

II- prover, CARLOS ALBERTO SENA MAIA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Algaci Túlio.

III- prover, ANTONIO FERNANDES CRUZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Algaci Túlio.

IV- prover, IOLE MARIA RAGASSI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Algaci Túlio.

V- prover, ANA CRISTINA DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Algaci Túlio.

VI- prover, ROLAND RODOLFO RUTYNA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Algaci Túlio.

(Protoc. n. 998/87).

## DECRETO LEGISLATIVO N. 259/87

I- exonerar, a pedido, NEWTON VILELA, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti.

II- exonerar, a pedido, MARGARETH MATOS DE CARVALHO, do cargo em Comissão,

símbolo 6-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti.

III- exonerar, a pedido, CRISTINA MARIA VILELA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti.

IV- exonerar, a pedido, NILZA JUNQUEIRA DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti.

(Protoc. n. 1.196/87).

## DECRETO LEGISLATIVO N. 260/87

prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem os cargos em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, conforme especifica:

DAS-5 : NEWTON VILELA

3-C : FRANCISCO JOSÉ PENTEADO SETTI

6-C : MIRTHES PAVANI FERREIRA

4-C : MARIA CECÍLIA ASSUMÇÃO PENTEADO SETTI

4-C : JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS DA ROCHA LOURES.

(Protoc. n. 1.196/87).

## DECRETO LEGISLATIVO N. 261/87

prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem os cargos em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Vera Antonia Agibert, conforme especifica:

DAS-5 : MARIA ANGELA DE LARA ARAUJO

3-C : YARA ROSANE DA SILVA MATOS

6-C : DOAR AFONSO MARTINS DE OLIVEIRA

4-C : ELI CARLOS LENS RODRIGUES

4-C : APARECIDA CÂNDIDA DE JESUS

4-C : MARIA CORREIA

(Protoc. 1.709/87).

## DECRETO LEGISLATIVO N. 262/87

prover, VANESSA DE LARA CICHON, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Chefe de Gabinete da Terceira Secretaria.

(Protoc. n. 1709/87).

## DECRETO LEGISLATIVO N. 263/87

prover, CARMEN CARDINAL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Werner Wanderer.

(Protoc. n. 997/87).

## DECRETO LEGISLATIVO N. 264/87

prover, GIL HAILTON PEREIRA DE MIRANDA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessor Parlamentar, do Gabinete da Liderança do PFL, ficando dispensado, a pedido, José Lázaro Dumont.

(Protoc. n. 972/87).

Palácio XIX de Dezembro, em 13.04.87.

## DECRETO LEGISLATIVO N. 265/87

I - exonerar, a pedido, JOSÉ CARLOS SAVINIEC, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5,

do Gabinete do Deputado Erondy Silvério, a partir de 01 de abril de 1987.

II - prover, DINIZ MEHL ANDRUSKO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Erondy Silvério.

(Protoc. n. 1680/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 266/87

prover, ROSE MARI ESMERALDINO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Nereu Carlos Massignan.

(Protoc. n. 1396/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 267/87

prover, VALDECIR FRANCISCO CAGNINI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nereu Carlos Massignan.

(Protoc. n. 1395/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 268/87

prover, LENIRA TEIXEIRA BEGHETTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Nereu Carlos Massignan.

(Protoc. 2224/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 269/87

prover, EDSON MENEZES DE ARAUJO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no gabinete do Deputado Antônio Belinati.

(Protoc. n. 1.609/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 270/87

I- exonerar, a pedido, LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA ABRÃO, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PDT.

II- prover, ROSE APARECIDA MUNIZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PDT.

(Protoc. n. 1.610/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 271/87

I- exonerar, a pedido, SOLON LUCIANO GOMES DE SOUZA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PDT.

II- exonerar, a pedido, ROSILAINE FORTES, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Antonio Belinati.

III- prover, ROSILAINE FORTES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PDT.

(Protoc. n. 1717/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 272/87

prover, FLADEMIR MARTINS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Belinati, ficando

dispensado, a pedido, Carlos Roberto Pereira.

(Protoc. n. 1.756/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 273/87

prover, JOÃO CARLOS VILELA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Chefe de Gabinete da Liderança do PDT, ficando dispensada, a pedido, ROSAINE FORTES.

(Protoc. n. 1.954/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 274/87

I- exonerar, a pedido, MARCO ANTONIO ELIAS, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Kielse Crisóstomo.

II- prover, JOÃO CIONI NETO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Kielse Crisóstomo.

(Protoc. n. 1.676/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 275/87

prover, ANGELINA MACHADO DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Kielse Crisóstomo, ficando dispensado, a pedido, Mirtes Maciel Pisetti.

(Protoc. n. 1383/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 276/87

I- exonerar, a pedido, NELSON F. A. CALDERARI, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Kielse Crisóstomo.

II- prover, SIMONE CRISTINA LUNDGREN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Kielse Crisóstomo.

(Protoc. n. 1828/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 277/87

I- exonerar, a pedido, ATAUL FRANCO DE CARVALHO, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Kielse Crisóstomo.

II- prover, IRMA TEREZINHA CAPELETO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Kielse Crisóstomo.

(Protoc. n. 1827/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 278/87

I- exonerar, a pedido, ALÉCIO ALFREDO ARCIE, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Kielse Crisóstomo.

II- prover, NILSA BORDINI CRISÓSTOMO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Kielse Crisóstomo.

(Protoc. n. 1536/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 279/87

prover, VINICIUS FRANÇA GOMES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado João Batista Arruda.

(Protoc. n. 2515/87).



## DECRETO LEGISLATIVO N. 280/87

prover, AMILTON JOSÉ VANDERSEN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado João Batista Arruda.

(Protoc. n. 2516/87).

## DECRETO LEGISLATIVO N. 281/87

exonerar, a pedido, a partir de 01 de abril de 1987, UMBERTO GOMES, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado João Batista Arruda.

(Protoc. n. 2124/87).

## DECRETO LEGISLATIVO N. 282/87

I - prover, JOÃO BATISTA DE ARRUDA JÚNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado João Batista Arruda.

II - prover, ADRIANA INÊS SUTILE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado João Batista Arruda.

(Protoc. n. 1327/87).

## DECRETO LEGISLATIVO N. 283/87

I- exonerar, a pedido, CARLOS H. PATIÑO BAPTISTA, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Gernote Kirinus.

II- prover, CELSO HANKE CAMARGO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Gernote Kirinus.

(Protoc. n. 1317/87).

## DECRETO LEGISLATIVO N. 284/87

prover, RICARDO JOSÉ PENTEADO CARRARA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenador Adjunto, da Coordenação de Execuções e Auxílios Sociais, da Diretoria Financeira.

(Protoc. n. 1191/87).

## DECRETO LEGISLATIVO N. 285/87

I- exonerar, a pedido, ARION PAULO DE CASTRO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Tadeu Lúcio Machado.

II- prover, MARIA DE FÁTIMA MACHADO DE ÁVILA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Tadeu Lúcio Machado.

(Protoc. n. 2251/87).

## DECRETO LEGISLATIVO N. 286/87

I- exonerar, a pedido, JOSÉ NERI DAS CHAGAS, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Sabino Campos.

II- prover, RODIMAR LUIZ SOARES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Sabino Campos.

(Protoc. n. 2162/87).

## DECRETO LEGISLATIVO N. 287/87

I- exonerar, a pedido, REINALDO DE ALMEIDA

CÉSAR SOBRINHO, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Djalma de Almeida César.

II- prover, DALVA LOURENÇO CORREA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Djalma de Almeida César.

(Protoc. n. 2160/87).

## DECRETO LEGISLATIVO N. 288/87

prover, EZEQUIAS DE LIMA PEREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Artagão de Mattos Leão, ficando dispensado, a pedido, FLORES PILARSKI.

(Protoc. n. 2129/87).

## DECRETO LEGISLATIVO N. 289/87

prover, VIDAL CORREIA DA LUZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Edmar Luiz Costa, ficando dispensado, a pedido, JOÃO COSTA JÚNIOR.

(Protoc. n. 2121/87).

## DECRETO LEGISLATIVO N. 290/87

I- exonerar, a pedido, MARIA EMILIA STONOGA GALANDO, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, do Gabinete do Deputado David Cheriegate.

II- prover, NEIDE BARBOSA LOPES CAIADO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, do Gabinete do Deputado David Cheriegate.

(Protoc. n. 2105/87).

## DECRETO LEGISLATIVO N. 291/87

prover, EDMILSON CARLOS FERRY, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do Governo.

(Protoc. n. 2006/87).

## DECRETO LEGISLATIVO N. 292/87

I- exonerar, a pedido, ARMANDO BERALDO, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Antônio Costenaro Neto.

II - prover, ELVIRA TEIXEIRA DE CARVALHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Antônio Costenaro Neto.

(Protoc. n. 1983/87).

## DECRETO LEGISLATIVO N. 293/87

I- exonerar, a pedido, MARIA APARECIDA ATUATI SIQUEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão.

II - prover, ROSELI CRISTINA FERREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão.

(Protoc. n. 2301/87).

## DECRETO LEGISLATIVO N. 294/87

I - exonerar, a pedido, IARA MACHADO MA-

CHEL, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Raul Lopes.

II - prover, GLEIDE SUELI WECKERLIN RAMIRES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Raul Lopes.

(Protoc. n. 2521/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 295/87

prover, ROSEMARY MACIEL PASSOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PDS, ficando dispensado, a pedido, CLEMENDE HOROCHOVSKI SOBRINHO, a partir de 04 de abril de 1987.

(Protoc. n. 2436/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 296/87

prover, JEFFERSON ALBERTO TREML, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PDS.

(Protoc. n. 2435/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 297/87

exonerar, a pedido, LIA REGINA PAZ, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Alexandre Ceranto.

(Protoc. n.2347/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 298/87

prover, MÁRIO HARUKI NOGAVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Alexandre Ceranto.

(Protoc. n. 2315/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 299/87

prover, BRÍGIDA DE VIVO BIANCHI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Afonso Júnior.

(Protoc. n. 1791/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 300/87

exonerar, a pedido, LÚCIA HELENA JORGE, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Afonso Júnior.

(Protoc. n. 1590/87).

DECRETO LEGISLATIVO N. 301/87

exonerar, a pedido, MARIA CRISTINA CUNHA TEIXEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado José Afonso Júnior.

(Protoc. n. 1591/87).

DECRETO LEGISLATIVO N.302/87

prover, CARLOS ANDRÉ CORREA DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado José Afonso Júnior, ficando dispensada, a pedido, Maria Cristina Cunha Teixeira.

(Protoc. n.1711/87)

DECRETO LEGISLATIVO N.303/87

prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem os cargos em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Lauro João Alcantara, conforme especifica:

DAS- 5: Maria das Graças Moreira Alcantara

6-C: Luiz Carlos Mascaranhas Mazali

3-C: Carlos Alberto Alves

4-C: Antônio Pedro da Silva

4-C: Francisco Mendes Moreira

4-C: Maria Jussara Piatikowski Colin

(Protoc. n.1708/87)

DECRETO LEGISLATIVO N.304/87

I - prover, SILVANA DUATE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Algaci Túlio, ficando dispensada a pedido, Joana Maciel Faria.

II - prover, ALCIDES REGASSI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Algaci Túlio, ficando dispensada, a pedido, Ana Cristina de Souza.

(Protoc. n.1696/87)

DECRETO LEGISLATIVO N.305/87

prover, CLARA SILVA SOARES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessora parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Haroldo Ferreira.

(Protoc. n.1650/87)

DECRETO LEGISLATIVO N.306/87

exonerar, a pedido, a partir de 16 de março de 1987, ROBERTO RODRIGUES ORTIZ, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, da Liderança do Governo.

(Protoc. n.1872/87)

DECRETO LEGISLATIVO N.307/87

I - exonerar, a pedido, DALTRO ANTONIO MARONEZI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PMDB.

II - prover, SUELI TEREZINHA DE MORAES NEVES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PMDB.

(Protoc. n.1874/84)

DECRETO LEGISLATIVO N.308/87

I - prover, JOÃO LUIZ GOEBEL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nilton Barbosa.

II - prover, RONALDO FERNANDO RIBEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa.

(Protoc. n.1530/87)

DECRETO LEGISLATIVO N.309/87

designar GERSON EVANGELISTA PASSOS, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Assessor de Gabinete da Pre-

sidência, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

(Protoc. n.1514/87)

DECRETO LEGISLATIVO N.310/87

prover, MARIA DAS GRAÇAS CALDAS DE QUADROS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado José Domingos Scarpellini.

(Protoc. n.1397/87)

DECRETO LEGISLATIVO N.311/87

prorrogar até 31 de março de 1989, a permanência da disposição da Superintendência da Receita Federal, da 9.<sup>a</sup> Região Fiscal, em Foz do Iguaçu, da funcionária BELKIZ FERNANDES, matrícula n.385, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens.

(Protoc. n.1277/87)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO" em 16.04.87

ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI  
Presidente

ANIBAL KHURY

1.<sup>o</sup> Secretário

LINDOLFO JÚNIOR

2.<sup>o</sup> Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.312/87

prover, ALZELI BASSETTI PROCHAMNN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Nereu Carlos Massignan, ficando dispensada, a pedido, Rose Mari Esmeraldino.

(Protoc. n.2222/87)

DECRETO LEGISLATIVO N.313/87

prover, ROSE MARIA ESMERALDINO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, do Gabinete do Deputado Nereu Carlos Massignan, ficando dispensado, a pedido, Vadecir Francisco Cagnini.

(Protoc. n.2223/87)

DECRETO LEGISLATIVO N.314/87

prover, VALDECIR FRANCISCO CAGNINI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Nereu Carlos Massignan.

(Protoc. n.2221/87)

DECRETO LEGISLATIVO N.315/87

aposentar, nos termos dos artigos 138, item II § 1.<sup>o</sup> e 140, itens I e III, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, IRANI CARINI, matrícula n.179, ocupante do cargo de Consultor Técnico às Comissões, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de vinte por cento (20%) da simbologia DAS-4; cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.<sup>o</sup> e §

1.<sup>o</sup>, da Resolução n.2/64; cinco (05) quinquênios incorporados e quatro (04) adicionais incorporados, de acordo com o Art.170 e parágrafo único e Art.171 e §§ 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup>, respectivamente, da citada Lei n.6174, e cem por cento (100%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art.6.<sup>o</sup>, da Lei complementar n.21, de 26 de outubro de 1984.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.04.87

ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY

1.<sup>o</sup> Secretário

LINDOLFO JÚNIOR

2.<sup>o</sup> Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA N. 60/87

I - retificar, "ex-offício", o item II, da Portaria n. 210, de 29 de março de 1984, para declarar que a incorporação de tempo contada em dobro pelo mesmo referente ao quarto quinquênio, em favor de RONALDO BAPTISTA, matrícula n. 430, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe B, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, está compreendido entre 11 de setembro de 1976 e 11 de julho de 1980, antecipada em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio, e das férias relativas aos anos de 1976, 1977, 1978 e 1979, contadas em dobro, e não como consta naquele ato;

II - mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da citada Lei n. 6174, com nova redação dada pelo Art. 2.<sup>o</sup>, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1986, que deixou de gozar; e,

III - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da mesma Lei n. 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 11 de julho de 1980 e 11 de maio de 1984, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1980, 1981, 1982 e 1983, contadas em dobro.

(Protoc. n. 00015/87).

PORTARIA N. 61/87

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, no acervo de serviço público, de SÉRGIO VALÉRIO ANTANUNCIO, matrícula n. 433, ocupante do cargo de Consultor Legislativo Classe C, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 22 de setembro de 1979 e 22 de novembro de 1983, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1979 e 1981, contadas em dobro.

(Protoc. n. 10317/87).

PORTARIA N. 62/87

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de IBANEZA SANTOS SALLES, matrícula n. 122, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe B, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1986, que deixou de gozar; e,  
II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da referida Lei n. 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 07 de fevereiro de 1982 e 07 de fevereiro de 1986, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1983, 1984 e 1985, contadas em dobro.

(Protoc. n. 00033/87).

PORTARIA N. 63/87

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de LUCIANO LACERDA FILHO, matrícula n. 279, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 14 de maio de 1983 e 14 de março de 1987, antecipado em razão da incorporação correspondente ao

quinto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1983, 1984, 1985 e 1986, contadas em dobro.

(Protoc. n. 2134/87).

PORTARIA N. 64/87

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOUBERT DA SILVA SANTOS, matrícula n. 037, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1986, que deixou de gozar; e,  
II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da referida Lei n. 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 28 de julho de 1982 e 28 de julho de 1986, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1982, 1983 e 1984, que deixou de gozar.

(Protoc. n. 1029/87).

PORTARIA N. 65/87

conceder a HILDA MARIA CESAR DE OLIVEIRA, funcionária contratada deste Poder, licença para tratamento de saúde, a partir de 25 de março de 1987, em prorrogação.

(Protoc. n. 1917/87).

PORTARIA N. 66/87

conceder a MARIA DO CARMO DOS SANTOS, funcionária contratada deste Poder, pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho, licença-maternidade, de acordo com o Art. 392, da C.L.T., no período compreendido entre 10 de março a 01 de junho de 1987.

(Protoc. n. 2118/87).

PORTARIA N. 67/87

conceder a MARILENE B. SCHAFER, funcionária contratada deste Poder, pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho, licença-maternidade, de acordo com o Art. 392, da C.L.T., no período compreendido entre 06 de abril a 29 de junho de 1987.

(Protoc. n. 2345/87).

PORTARIA N. 68/87

conceder a ANDRELINA CORREIA ALVES, matrícula n. 191, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe B, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1986, a partir de

06 de abril de 1987.

(Protoc. n. 2309/87).

Gabinete da Diretoria Geral, em 03/04/87.

PORTARIA N. 69/87

I - retificar, "ex-offício", a Portaria n. 161, de 07 de março de 1984, para declarar que o período relativo à incorporação correspondente ao quarto quinquênio, contada pela mesma, ao acervo de serviço público de SEBASTIÃO DE LIMA CARDOSO, matrícula n. 172, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe D, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, está compreendido entre 30 de junho de 1976 e igual data de 1980, antecipada em razão da incorporação referente ao terceiro quinquênio, e das férias relativas aos anos de 1976, 1978 e 1979, contadas em dobro, e não como consta naquele ato;

II - mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor do mesmo o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1986, que deixou de gozar; e,

III - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da mesma Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 30 de junho de 1980 e 30 de abril de 1984, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1977, 1981, 1982 e 1983, contadas em dobro.

(Protoc. n.00024/87).

PORTARIA N. 70/87

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARIA ARANTES DE LIMA, matrícula n. 216, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1986, que deixou de gozar; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da mesma Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado

do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 07 de janeiro de 1980 e 07 de janeiro de 1984, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1980, 1981, e 1982, contadas em dobro.

(Protoc. n.01997/87).

PORTARIA N. 71/87

I - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de BERTOLDO SCHWARBCH, matrícula n. 306, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 07 de março de 1980 e 07 de março de 1984, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1973, 1980 e 1981, contadas em dobro; e,

II - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da citada Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1985 e 1986, que deixou de gozar.

(Protoc. n.00271/87).

PORTARIA N. 72/87

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de GERSON EVANGELISTA PASSOS, matrícula n. 336, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe D, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo decênio, compreendido entre 23 de outubro de 1974 e 23 de outubro de 1982, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias relativas aos anos de 1974, 1975, 1976, 1977, 1978 e 1981, contadas em dobro.

(Protoc. n.10547/87).

PORTARIA N. 73/87

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.

6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JÚLIA JOLINSKI DE PAULA, matrícula n. 560, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1986, que deixou de gozar.

(Protoc. n. 0288/87).

PORTARIA N. 74/87

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Artigo 2º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARLENE DE BRITO PERRONE, matrícula n. 222, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe D, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1986, que deixou de gozar; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da referida Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 28 de janeiro de 1981 e 28 de janeiro de 1985, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1981, 1982 e 1983, que deixou de gozar.

(Protoc. n. 00008/87).

Gabinete da Diretoria Geral, em 07.04.87.

PORTARIA N. 75/87

comunicar aos funcionários desta Assembléia Legislativa, que não haverá expediente nos dias 16 (quinta-feira), 17 (sexta-feira) e 20 (segunda-feira), em razão da antecipação do feriado do dia 21.

PORTARIA N. 76/87

I - retificar, "ex-ofício", a Portaria n. 132, de 23 de fevereiro de 1984, para

declarar que a incorporação do tempo de seis (06) meses, ao acervo público de LUIZ ANTÔNIO CARON, matrícula n. 301, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, correspondente ao quinto quinquênio está compreendido entre 17 de janeiro de 1979 e 17 de janeiro de 1983, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio, e das férias relativas aos anos de 1978, 1980 e 1982, contadas em dobro, e não como consta naquele ato;

II - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, de 16 de novembro de 1970, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 17 de janeiro de 1983 e 17 de setembro de 1986, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1979, 1981, 1983, 1984 e 1985, contadas em dobro.

(Protoc. n. 01366/87).

Gabinete da Diretoria Geral, em 13.04.87.

PORTARIA N. 77/87

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n. 186/86, ao funcionário JOGUIBE MANSUR, matrícula n. 312, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n. 2845/87).

PORTARIA N. 78/87

conceder a RUBIA ESTER GONÇALVES DA COSTA, funcionária contratada deste Poder, licença-maternidade, de acordo com o Art. 392, da C.L.T., no período compreendido entre 10 de abril a 31 de junho de 1987.

(Protoc. n. 2627/87).

Gabinete da Diretoria Geral, em 15.04.87.

(a) CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI  
Diretor Geral